



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LEONARDO ALVES DOS SANTOS

EMOÇÃO E PENALIDADE

Mulheres no Complexo Penal Dr. João Chaves em Natal/RN

NATAL

2015

LEONARDO ALVES DOS SANTOS

EMOÇÃO E PENALIDADE

Mulheres no Complexo Penal Dr. João Chaves em Natal/RN

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Juliana Melo

NATAL-RN

2015

LEONARDO ALVES DOS SANTOS

EMOÇÃO E PENALIDADE

Mulheres no Complexo Penal Dr. João Chaves em Natal/RN

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a D^a Juliana Gonçalves Melo
Presidente

Prof. Dr. Luís Roberto Cardoso de Oliveira (PPGAS/UNB)
Membro Externo

Prof^a Dr^a Rita de Cássia Maria Neves (PPGAS/UFRN)
Membro Interno

Prof. Dr. José Glebson Vieira (PPGAS/UFRN)
Suplente

Este trabalho é dedicado a toda sociedade brasileira que financia nossos estudos em universidades federais em todo o país. A todas as mulheres cumprindo pena de prisão no Brasil e no mundo. Em especial as internas do Complexo Penal Dr. João Chaves. E em especial a minha mãe (in memoriam) e ao meu avô (in memoriam) que não puderam estar aqui para ver os resultados dos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica, pois sem eles dificilmente teria terminado essa dissertação. Agradeço principalmente aos que me impuseram mais dificuldades, pois tive que superar meus limites de aprendizado para poder seguir adiante.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRN, do qual fui aluno nos últimos dois anos. Ao corpo docente, principalmente àqueles com os quais tive oportunidade de acompanhar um curso. Em especial a minha orientadora Juliana Melo, que como sempre mostrou uma paciência sobre humana neste percurso cheio de altos e baixos que tem sido a minha pós-graduação, mas que sempre manteve uma crítica apurada ao meu trabalho.

À CAPES pela bolsa de mestrado concedida, que possibilitou a plena realização deste trabalho. Como também pelo intercâmbio feito para Brasília, através do PROCAD Casadinho UFRN/UNB, que me possibilitou um rico aprendizado, que sem o qual este trabalho certamente não seria o mesmo.

Aos professores Rita de Cássia Maria Neves e Luís Roberto Cardoso de Oliveira por aceitarem compor a banca examinadora desta dissertação e pelos ensinamentos transmitidos enquanto docentes. À primeira por ter sido uma verdadeira guia durante meu estágio docente, experiência que jamais vou esquecer. O segundo por ter me acolhido em seu curso na Universidade de Brasília e ter se mostrado disponível para as ideias ainda prematuras que tinha para este trabalho.

A todos os envolvidos no projeto Bibliosesc, os funcionários da biblioteca, a professora Ulisdete, o pessoal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. À este último um agradecimento especial à Guiomar Veras, amiga desde os tempos em que foi supervisora do meu estágio na Ouvidoria do Sistema Penitenciário.

À todos as membras e membros da equipe dirigente do Complexo Penal Dr. Joao Chaves que sempre me receberam da melhor forma possível e se mostraram solícitas na realização do meu trabalho.

À todas as mulheres que me concederam entrevistas, internas e agentes penitenciárias, que me cederam algumas horas do seu tempo para falar sobre suas histórias de vida. Sem a

atenção e boa vontade dessas mulheres a realização deste trabalho seria impossível. Aquelas que não tiveram suas narrativas aqui descritas saibam que também foram essenciais para a realização desta dissertação.

Ao professor Edmundo Pereira, pois devo a ele o meu encantamento pela Antropologia. Como também ao professor Alípio de Sousa por ter se disposto a debater comigo alguns tópicos teóricos essenciais para a elaboração deste trabalho.

Aos colegas do curso de mestrado da UFRN, em particular a Lillyane Priscilla, Livia Freire e Lígia Fonseca, amigadas que se estenderam para além dos limites do PPGAS.

Aos colegas da Katakumba na UNB com os quais muitas vezes pude discutir a ideia da minha dissertação, como também tomar uma quantidade inimaginável de cerveja, em especial aqueles com quem passei mais tempo: Nicholas, Ranna, Mariana, Renata, Pezão, Zeza e João Francisco.

Aos caros colegas da UNB que compartilham o mesmo interesse no estudo das emoções Fabiene Gama e Matheus França, com os quais debati várias vezes e enviei alguns manuscritos que eram na verdade o embrião desta dissertação.

Aos meus amigos de longa data, Clênio, Felipe, Ewaldo, Théo e Raphael, que sempre me proporcionaram momentos de descontração, seja jogando ou bebendo, eles sempre estão lá pra me lembrar de viver a vida.

À Talita, por ter me ajudado com as milhares de anotações que fiz para esse trabalho e por sua atenção ao meu estado de saúde durante o mesmo, sempre lhe serei grato.

Por fim a minha família materna e paterna por todo o apoio, em especial ao meu pai, Leoman Santos, e a minha avó, Miraci Santos, por me aguentarem cotidianamente durante os últimos vinte e sete anos.

São tantas pessoas queridas que posso, porventura, ter esquecido de citar, mas peço que compreendam e sintam-se agradecidos também.

*E se não tivesse o amor
E se não tivesse essa dor
E se não tivesse o sofrer
E se não tivesse o chorar
E se não tivesse o amor.*

**- It's A Long Way, por
Caetano Veloso.**

RESUMO

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa de campo na ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves. Foram entrevistadas internas e agentes penitenciárias. Pretende, em termos gerais, compreender a influência das emoções em um determinado espaço de tempo das histórias de vida de nossas interlocutoras que compreende desde a entrada no mundo do crime ao cotidiano dentro da prisão. O texto está estruturado em três partes. A primeira recupera o debate (em termos históricos e sociais) sobre a relação entre mulheres e sistema prisional, a nível nacional e posteriormente local. As partes dois e três foram escritas com o intuito de responder às duas questões centrais que orientaram este trabalho: qual a influência das emoções entre as percepções de crime e justiça? E qual o seu papel nas relações de poder e afeto no cotidiano prisional? A segunda parte examina o processo de inserção dos internos em uma *instituição total*. Aqui analiso as formas e motivações que levaram as mulheres ao crime e à prisão. No contexto, trato dos sentimentos de amor, humilhação e indignação através de dois exemplos distintos, o primeiro a partir da ideia de *insulto moral*, e o segundo a partir do termo “amor bandido”. Na terceira parte disserto sobre as regras de convivência que tanto as agentes como as internas têm que aprender para viver cotidianamente umas com as outras. Em um primeiro momento, trato do processo de internalização das regras e como elas funcionam na prática, abordando o papel de quem exerce a coerção normativa e também de quem está sujeita a ela. Posteriormente, mostro como se dão as relações homossexuais dentro do presídio mesmo sua prática sendo desencorajada e suscetível a punição. No último capítulo examino algumas formas de controle praticadas no estabelecimento, pensando seus métodos e objetivos. Por último, apresento algumas considerações finais versando sobre os temas abordados no presente trabalho e as respostas encontradas através da investigação antropológica.

Palavras-chave: Prisão; Emoções; Mulher; Moral; Reciprocidade; Identidade;

ABSTRACT

The current work was made from a field research at Dr. João Chaves Penal Complex female ward. Female inmates and prison guards were interviewed. This work has the objective of comprehend the influence of emotions in a specified period in the interviewed life stories, from the beginning of their life crimes to their everyday life in the prison. The manuscript is structured in three parts. The first brings up the debate (in historical and social terms) about the relation between woman and the prison system, in a national and local scale. The second and the third part were written with the intention to scrutinize the two central questions that guided this work: 1) what are the influences of emotions in a crime and justice perception? 2) What is the role of the affection and power relation in a prison everyday life? The second part examined the insertion process of the inmates in a *total institution*. Herein, I analyze the forms and motivations that led the woman to crime and prison. In the context, I address the love feelings, humiliation and indignation through two distinct examples, the former from the idea of *insulto moral* (*moral insult*) and the latter from the term *amor bandido* (*prison love*). The third part of this work discusses the relationship rules among the female inmates and prison guards. At a first instance, I debate the internalization process of the rules and its practice, approaching the role of who does the normative coercion and who is subjected to it. Afterwards, I present how the homosexual relationship occurs inside a prison, even this practice being discouraged and susceptible to punishment. In the last chapter, I study some forms of control practiced at the establishment, analyzing the methods and objectives. At last, I present some final consideration discussing over themes approached in the current manuscript and the answers found through anthropological investigation.

Keywords: prison; emotions; women; moral; reciprocity; identity.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
<i>ENVOLVIMENTO COM O CAMPO</i>	12
<i>OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA</i>	14
<i>METODOLOGIA</i>	15
<i>INDO A CAMPO</i>	17
PARTE I A PRISÃO E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL E DA CIDADE DO NATAL	23
CAPÍTULO 1 ENCARCERAMENTO E PENALIDADE	24
<i>AS TEORIAS POR TRÁS DA ANÁLISE</i>	24
<i>PARADIGMAS DO ENCARCERAMENTO</i>	25
<i>A ORIGEM DO MODELO NEOLIBERAL DE PENALIDADE</i>	27
CAPÍTULO 2 MULHER, PRISÃO E PENALIDADE NO BRASIL E NA CIDADE DO NATAL	36
<i>AS ORIGENS HISTÓRICAS DAS PRISÕES DE MULHERES NO BRASIL</i>	36
<i>UM BREVE HISTÓRICO DA PENALIDADE NA CIDADE DO NATAL</i>	39
CAPÍTULO 3 A PRISÃO FEMININA DO COMPLEXO PENAL DR. JOÃO CHAVES	47
<i>ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA</i>	48
<i>A direção</i>	48
<i>As agentes</i>	49
<i>Profissionais da saúde e assistência social</i>	50
<i>A polícia militar</i>	51
<i>ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS INTERNAS</i>	52
<i>Das celas de convivência</i>	52
<i>No berçário</i>	52
<i>As celas especiais</i>	53
<i>Trabalhando na cozinha</i>	54
PARTE II DAS RUAS À PRISÃO: A INFLUÊNCIA DAS EMOÇÕES NAS PERCEPÇÕES DE CRIME E JUSTIÇA	56
CAPÍTULO 4 AMOR, HUMILHAÇÃO E JUSTIÇA	57
<i>ESTUDANDO EMOÇÃO – AS TEORIAS POR TRÁS DA ANÁLISE</i>	57
<i>NARRATIVAS SOBRE AMOR E HUMILHAÇÃO</i>	59
<i>Silvia</i>	61
<i>Paloma</i>	63
<i>AMOR, HUMILHAÇÃO E REPARAÇÃO</i>	64
<i>Primeira etapa: O dom de abertura</i>	64
<i>Segunda etapa: Reconhecimento e retribuição</i>	66
<i>Terceira etapa: A busca por reparação</i>	67
CAPÍTULO 5 O AMOR DA “MULHER DE BANDIDO”	73
<i>A CONSTRUÇÃO DA “IDENTIDADE BANDIDA”</i>	73
<i>A “bandida”</i>	77
<i>O amor bandido</i>	79
<i>HISTÓRIAS DE UM “AMOR BANDIDO”</i>	80
<i>Bianca</i>	80
<i>Cibele</i>	81
<i>Paula</i>	83

<i>A NARRATIVA ROMÂNTICA E A EMERGÊNCIA DO SUJEITO</i>	85
<i>O fim trágico</i>	86
<i>UM AMOR COMO QUALQUER OUTRO</i>	89
<i>A morte será mesmo o fim?</i>	89
<i>A MOTIVAÇÃO POR TRÁS DO AMOR BANDIDO</i>	90
PARTE III A VIDA NA PRISÃO E A INFLUÊNCIA DAS EMOÇÕES NAS RELAÇÕES DE PODER E AFETO	94
CAPÍTULO 6 O PROCESSO DE ADMISSÃO NA PRISÃO (AGENTES E INTERNAS)	95
<i>ANTES DA PRISÃO – A FORMAÇÃO DOS NOVOS AGENTES</i>	96
<i>OS PRIMEIROS DIAS NA PRISÃO FEMININA DO COMPLEXO PENAL DR. JOÃO CHAVES</i>	99
<i>As agentes penitenciárias</i>	99
<i>As internas</i>	101
<i>AS REGRAS DA PRISÃO, DOS TEXTOS NORMATIVOS ÀS REGRAS NATIVAS DE CONVIVÊNCIA</i>	102
<i>A revista íntima</i>	103
<i>A triagem e o castigo</i>	106
<i>AS REGRAS DO SENTIMENTO</i>	110
<i>O labor emocional no cotidiano da equipe de agentes penitenciárias</i>	110
<i>As internas e o trabalho emocional</i>	112
CAPÍTULO 7 AS “ENTENDIDAS” E AS FORMAS DE RELACIONAMENTO AMOROSO NA PRISÃO	114
<i>CLASSIFICAÇÕES LOCAIS</i>	117
<i>As entendidas</i>	117
<i>Os bofinhos</i>	118
<i>Fitas</i>	119
<i>ALGUMAS FORMAS DE AMAR</i>	119
<i>Os relacionamentos por interesse</i>	120
<i>Por gostar</i>	122
<i>Por carência</i>	123
<i>Os relacionamentos puros e a prisão</i>	124
CAPÍTULO 8 AS EMOÇÕES E O CONTROLE DOS CORPOS EM UMA PRISÃO DE MULHERES	127
<i>FORMAS DE CONTROLE ATRAVÉS DE SANÇÕES DIRETAS</i>	127
<i>Punições coletivas</i>	127
<i>As sindicâncias</i>	128
<i>FORMAS DE CONTROLE POR SANÇÕES INDIRETAS</i>	129
<i>A questão simbólica do embelezamento</i>	129
<i>Fragilizadas pelo abandono</i>	131
<i>AS EMOÇÕES E A RELAÇÃO DOMINADOR X DOMINADO</i>	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo a análise da influência das emoções nas relações sociais no contexto carcerário feminino, pensando a partir de duas questões¹ em específico, são elas: Qual a influência das emoções entre as percepções de crime e justiça? E qual o seu papel nas relações de poder e afeto no cotidiano prisional?

O campo etnográfico é o pavilhão feminino do Complexo Penal Dr. João Chaves², localizado na cidade de Natal no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa constitui-se de visitas feitas à Instituição entre outubro de 2013 e março de 2014, onde participei de projetos, realizei entrevistas e acompanhei o dia-a-dia da instituição como pesquisador - dentro das possibilidades possíveis como homem e visitante externo, conforme problematizarei adiante.

O interesse no debate é decorrente da minha trajetória acadêmica, que culminou na elaboração de pesquisa de graduação na ala feminina do CPJC. Em novembro de 2011 defendi a monografia *Entre o amor, o crime e a solidão: cotidiano e histórias de vida de mulheres em situação de prisão no Complexo Penal Dr. João Chaves*. Além de questões instigantes, a pesquisa me levou a refletir sobre a relação entre sistema prisional, crime e emoção. A proposta é justamente recuperar, e adensar, algumas dessas questões.

Envolvimento com o campo

Depois de finalizada minha pesquisa de graduação, passaram-se dois anos para que eu voltasse a visitar a ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves novamente. Embora tenha passado boa parte desse tempo fisicamente longe do campo da pesquisa, em meu cotidiano ele se fazia presente.

Posteriormente à minha formação como cientista social (2012) passei a integrar a equipe do Centro de Referência em Direitos Humanos (CDRH), fruto de um projeto da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da UFRN. Durante os dez meses em que trabalhei no CDRH pude privilegiar a temática da penalidade e da violência,

¹ Essas duas questões foram colocadas de maneiras distintas para orientar melhor a pesquisa e porque agrupam nelas várias outras perguntas relacionadas à criminalidade, gênero, hierarquia, etc. Espero, ao buscar suas respostas, tentar responder e adensar algumas das questões que se apresentaram no decorrer da pesquisa.

² De agora em diante optarei algumas vezes por abreviar o nome da instituição para CPJC.

tendo a oportunidade de realizar visitas a algumas instituições do sistema penitenciário do estado, tais como a Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento e a ala masculina do Complexo Penal Dr. João Chaves. Tive também a chance de visitar o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator, onde pude acompanhar uma revista nas celas e depois conduzir uma conversa sobre criminalidade, drogas e violência com um grupo de jovens que estavam no local. Em uma segunda visita, à qual me senti bastante afetado nos termos propostos por Favret-Saada (2005), soube que alguns dos jovens com os quais havia conversado tinham sido assassinados – logo depois de terem sido liberados da detenção provisória.

Nos últimos meses do meu trabalho tive a oportunidade de representar o CDRH em três audiências sobre o sistema penitenciário no Ministério Público do RN. As reuniões tratavam da imposição de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ao governo do Estado, para que se realizassem melhorias nas unidades penais. Durante o processo tive a oportunidade de acompanhar o ponto de vista de vários atores do sistema, entre eles, juízes, promotores, diretores das unidades, diretores de centros de educação, integrantes de instituições de direitos humanos e líderes de sindicato da polícia civil e dos agentes penitenciários, etc. Em termos gerais, as reuniões proporcionaram um ambiente de debate sobre o sistema penitenciário e me permitiram dialogar com pessoas que o conhecem de perto a realidade prisional, mesmo que falassem de um ponto de vista institucional.

Diante do contexto, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN em 2012 e vislumbrei a possibilidade de dar continuidade e ampliar meus estudos sobre o sistema prisional e o encarceramento feminino, especialmente. Ao meu ver, tratava-se da oportunidade ideal para analisar em densidade todas essas experiências que me foram sendo proporcionadas e, finalmente, poder explorar novas possibilidades de análises de fenômenos sociais percebidos em meus trabalhos e os quais não compreendia em densidade como, por exemplo, o campo da antropologia das emoções.

Em 2013, já cursando o mestrado em antropologia social na UFRN, e tendo acesso a novos referenciais temáticos, voltei ao campo e tentei aprofundar algumas das questões que se apresentavam e que despertavam minha atenção enquanto pesquisador. O presente trabalho, dentro das limitações encontradas, é resultado desse processo onde realizei novas incursões etnográficas e, ao mesmo tempo, busquei dar maior aprofundamento teórico a respeito da temática envolvida - tão complexa e delicada ao mesmo tempo.

Objetivos e justificativa

Como mencionado, a proposta é analisar a influência das emoções³ nas relações sociais em um presídio feminino, particularmente na ala feminina do CPJC. Uma vez que em minha pesquisa anterior não foi possível investigar esse tema profundamente, retornei à ala feminina para tentar compreender *os relatos emocionados* que havia registrado antes - e que tanto me despertaram atenção.

Na análise do material de campo, busquei entender os usos da emoção como forma de linguagem, usada como uma maneira de comunicar estados interiores (“amor”, “tristeza” e etc.), bem como forma reflexiva do mundo social (o que envolveria, grosso modo, a forma de pensar as emoções sobre si e sobre os outros). Dessa maneira foi se tornando cada vez mais visível a relação entre os *discursos emocionados* (ou carregados de afetividade) e as relações sociais, o que me levou a entender outras dimensões relacionadas a essas narrativas como: hierarquia, gênero, poder e discurso.

Se planejava estudar *a priori* apenas a influência das emoções nas relações de controle dentro da prisão, fui surpreendido por toda uma gama de fenômenos intrincados às relações sociais e estabelecidas dentro da ala feminina. Durante as entrevistas e a análise dos discursos emocionados apresentados, pude reconhecer um forte papel da moral e das percepções de justiça nos relatos das trajetórias de vida das minhas interlocutoras. Era usual que colocassem os termos “justiça” e “injustiça” quando eu colocava questões sobre como interpretavam o processo judicial e a pena de prisão, em particular.

Em resumo, apesar de ter partido para o campo com uma hipótese mais ou menos delimitada, a realidade encontrada me mostrou o quão transversal seria usar “emoção” como uma categoria de análise e como o uso desse termo era influenciado por outros construtos sociais como moral, gênero e justiça. Uma vez que seu caráter micropolítico se mostrou evidente, decidi desenvolver um estudo dos usos pragmáticos da emoção. O intuito, é o de evidenciar nuances diferenciadas sobre a relação entre justiça, mulheres e sistema prisional.

Noto, finalmente, que na realização da minha pesquisa sempre me preocupei com qual seria o uso do meu trabalho na mão dos operadores do sistema penitenciário e de como eu poderia afetar a vida das internas que acompanhei. Sempre achei indispensável o conhecimento originado do trabalho antropológico, me preocupando então em dar

³ Porque falar de emoção também é falar de poder, gênero e moral.

contribuições, ainda que limitadas, no contexto envolvido. Espero, portanto, que esse trabalho seja de utilidade não só para a antropologia, mas também para outras áreas das ciências que também trabalham com o ambiente carcerário (como o direito, a psicologia e o serviço social) e principalmente com a população feminina. Nesse sentido, espero que a pesquisa seja relevante também para os operadores dos sistemas judiciários, já que coloca o sistema e suas técnicas sob o olhar crítico antropológico, mostrando novas possibilidades para repensar as técnicas de controle usadas nas instituições penais.

Metodologia

Em termos metodológicos realizei pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas com mulheres cumprindo pena em regime fechado e também com agentes penitenciárias. A pesquisa bibliográfica foi feita quase que inteiramente na Biblioteca Central Zila Mamede na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com exceção de algumas obras que só obtive acesso na Biblioteca Central do Campos Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília.

A pesquisa de campo, por sua vez, foi realizada na ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves e teve apoio da administração do Complexo Penal, do TJ-RN e do SESC-RN. Assim como procedi em minha pesquisa de graduação, optei pela ênfase na noção de trajetória de vida, o que me permitiu ter acesso a questões que marcam a vida das mulheres dentro e fora da prisão e entender nuances que não se revelam em documentos oficiais. Os relatos de histórias de vidas foram analisados e o recorte temporal cronológico (passado-presente-futuro) privilegiado.

A pesquisa envolveu o trabalho de observação direta e a observação participante em um contexto de alteridade próxima⁴ no qual foram escolhidas informações para registro e análise dos dados etnográficos. Aliás, a observação participante aqui desempenha uma função fundamental, já que é através dela, como já pontuava Malinowski (1976), que “*podemos apreender os imponderáveis da vida social*”. É também durante as incursões a campo que podemos ver as discrepâncias entre os discursos e as práticas sociais como nos mostra Fonseca: (1999; pág. 11)

⁴ Mariza Peirano (1999) define alteridade próxima como o exercício de alteridade desempenhado nos centros urbanos, onde o pesquisador compartilha do mesmo local do pesquisado e que é característico dos estudos urbanos sobre violência, criminalidade, drogas e etc.

Quando o objeto de estudo não é mais “informante”, submetido a regras da entrevista, que lhe são estranhas, mas sim “nativo” dominando seu pedaço. Nesta situação, o pesquisador, um intruso mais ou menos tolerado no grupo, não nutre mais a ilusão de estar “em controle da situação”. É justamente aqui, quando seu mal-estar, sua incompetência nas linguagens locais o obriga a reconhecer dinâmicas sociais que não domina bem, que o antropólogo sente que está chegando em algum lugar.

O que Fonseca (op. cit) coloca é essencial, pois em minhas incursões em campo percebi várias vezes as diferenças nos discursos das internas e agentes penitenciárias em situação de entrevista para com a prática fora dela, principalmente quando observado a relação mantida entre elas.

A prática da observação participante, por sua vez, foi difícil. A pesquisa ocorria dentro de uma unidade penal de regime fechado e além disso em uma unidade feminina, o que limitava bastante meu acesso ao campo e possibilidade de acompanhar seu dia a dia. Participar do Projeto Bibliosesc, aliás, foi fundamental para que eu pudesse suprir essa lacuna.

Posteriormente, tive a oportunidade de acompanhar as agentes em seus turnos de trabalho, compartilhando algumas vezes as refeições preparadas pelas internas na cozinha do presídio. De modo geral, foi dessa forma que pude compartilhar espaço e experiências com minhas interlocutoras, participando de rodas de conversas, vivenciando situações descontraídas e outras bastante tensas - como a revista de internas ou problemas decorrentes de tentativas de fuga ou de apreensão de drogas.

É através desse trabalho descritivo do cotidiano do pavilhão feminino, aliado aos relatos fornecidos por minhas interlocutoras que pretendo evidenciar relações entre emoção, justiça, hierarquia e poder. Apoio-me em Geertz (2008), que afirma que para entendermos uma sociedade precisamos compreender como ela pensa e para isso decifrar os seus sistemas simbólicos. Não obstante, importa trabalhar com o contexto nos quais os atores estão inseridos e concepções mais amplas para que se estabeleça todo um contexto no qual seja possível enxergar esses atores e suas práticas sociais. Como propõe Fonseca (1999: p. 5-6):

É só ao completar este movimento interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico. Sem esta “contextualização”

(um tipo de representatividade post ipso facto), o “qualitativo” não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica.

Indo a campo

Após alguns meses do meu ingresso no Programa Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN, e tendo em vista que desejava dar continuidade às minhas pesquisas, fiquei pensando em como voltaria a entrar no CPJC. Ora, a entrada nesse universo (por questões diversas) é extremamente complicada. Durante minha graduação, tinha tido um apoio fundamental da advogada Guiomar Veras⁵ e sua ajuda foi central nesse segundo momento também.

Como funcionária do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN), Guiomar me informou que estava acompanhando um projeto educacional na ala feminina em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) chamado BIBLIOSESC. Após os comentários mais que positivos sobre como andava o projeto mostrei meu interesse em conhecer o projeto e voltar a visitar a ala feminina. Ela, de pronto, me falou que haveria possibilidade para que acompanhasse o projeto e disse que iria me apresentar à equipe assim que possível. Contudo, devido a contratempos do projeto e da administração da ala feminina (ambos estavam em processo de mudança de membros em suas equipes) a notícia que eu esperava só me foi dada alguns poucos meses depois, quando me tornei voluntário do projeto.

Em setembro de 2013 participei pela primeira vez do projeto supracitado, apoiado pelo SESC/TJ-RN. De modo geral, essa visita constituiu o meu retorno a campo e é marco inicial de boa parte dos dados que serão apresentados na dissertação. Em virtude disso, compartilho algumas notas que fiz após a visita para que o leitor compreenda melhor não só o projeto que participei, mas a forma com que realizava minhas visitas. Mais do que dados descritivos, a proposta é evidenciar como fui afetado e afetei o campo da pesquisa no sentido proposto por Favret-Saada (2005). Aliás, tive uma ótima recepção por parte da equipe da ala feminina e o meu reencontro com as internas foi bastante significativo, como demonstra trecho abaixo:

⁵ Guiomar é ex-ouvidora do Sistema Penitenciário do RN e foi minha chefe, supervisora, durante o meu estágio na Secretaria de Justiça e Cidadania do RN (SEJUC-RN) e no desenvolvimento de alguns projetos que participei dentro das prisões.

O Bibliosesc vai de 15 em 15 dias para a prisão, cada interna tem o direito de pegar até 2 livros e passar com eles no máximo um mês. Acompanhei o início da atividade dos livros onde grupos de 10 em 10 internas vão entrando no caminhão baú transformado em biblioteca, devolvendo seus livros e escolhendo outros para levar emprestado. Fiquei surpreso ao ver alguns rostos conhecidos da época do Cinema nos Bairros⁶. Inclusive, enquanto falava com uma das internas, outra veio reclamar porque eu não lembrava dela também... Eu ri e disse que são muitas pessoas para se lembrar de uma vez e que já fazia certo tempo... Mas, assim que ela havia falado comigo, já havia lembrado - o que de fato me ocorreu. Fato interessante relacionado à primeira interna com quem falei, que infelizmente não recordo o nome, é que ela estava grávida quando participava do Cinema nos Bairros e quando perguntei notícias do bebê ela parecia estar triste e um pouco irritada por não ter tido notícias do filho ultimamente. Tinha ficado com ele o tempo assegurado pela justiça... A conversa, contudo, infelizmente foi interrompida pelas agentes, pois o tempo delas na biblioteca estava acabando... Nesse momento, percebi que poderia estar atrapalhando um pouco ao usar esse precioso tempo que tinham para matar as saudades e curiosidades que me abatiam...

De modo geral fui ao CPJC cerca de cinco vezes como voluntário do projeto, tempo em que os trabalhos tiveram prosseguimento. Até onde fui, percebi que, apesar de ser um ótimo projeto e apresentar bons resultados, faltou não só apoio para uma renovação com a unidade penal por parte do SESC (que cancelou o projeto para o uso da biblioteca em cidades do interior do estado), como sinto que cabia à organização do presídio gerir melhor os horários e a troca de informações entre as equipes que lá trabalham.

⁶ O Cinema nos Bairros foi um projeto da UFRN que desenvolvia sessões de cinema em bairros populares da cidade com a intenção de desenvolver debates sobre os principais temas apresentados nos filmes. Através do interesse de alguns alunos e da parceria com a SEJUC-RN foi possível realizar duas edições na ala feminina do CPJC, onde primeiramente participei como estudante e posteriormente como voluntário. Para mais informações ver Santos, L.A (2011).

No decorrer do processo, contudo, havia estabelecido contato com a então vice-diretora do CPJC e encarregada da ala feminina⁷. No final de 2013, quando o projeto *Bibliosesc* já havia chegado ao fim, voltei à instituição e restabeleci o contato com a diretora através de uma conversa onde expliquei a pretensão da minha pesquisa e entreguei um ofício do departamento de antropologia da UFRN (informando sobre a pesquisa como parte da minha pós-graduação) e uma cópia da minha monografia, realizada naquele mesmo contexto dois anos antes, como já mencionado anteriormente. Diante dos fatos, tive autorização para pesquisa e pude estabelecer um cronograma de visitas e entrevistas.

Em termos gerais, foi definido que as entrevistas aconteceriam na maior parte do tempo durante o período da tarde. Eu aproveitaria o fato de que boa parte dos projetos e das atividades religiosas estavam de recesso devido ao período de final de ano (dezembro de 2013) para entrar em contato com as internas e entrevistá-las. De acordo com a agenda proposta, poderia ir até lá e fazer entrevistas nas segundas, terças e sextas à tarde. Somente em alguma exceção, iria pela manhã - horário mais concorrido e ocupado por outras atividades e práticas.

Diante do panorama, preparei alguns tópicos para entrevista, assim como mapas da instituição que me serviriam de ferramentas metodológicas. “Negocie” a entrada do aparelho celular como gravador de voz para que pudesse gravar as entrevistas, assim como a entrada do *notebook* para anotações, sendo essa também uma outra forma de gravar a voz. Para entrar com os aparelhos referidos tinha que desmontá-los e tirar os *chips* das operadoras e entregá-los a uma agente que acompanhava tudo⁸.

Ficou acordado que as entrevistas seriam feitas na sala da pediatra já que a mesma só ia nas quintas-feiras (entretanto algumas vezes, por imponderáveis, acabei por realizar a entrevista na sala de aula, o que me dificultava um pouco a entrevista pois a entrevistada não ficava à vontade e a qualidade do áudio era prejudicada devido ao barulho). A primeira interna que entrevistei me era familiar do grupo de leitura do *Bibliosesc*. O fato de já nos conhecermos deixava a situação menos tensa e isso era um diferencial.

Aproveito o momento do meu relato pré-entrevista para deixar claro que todos os nomes referentes a mulheres em situação de prisão e agentes penitenciárias contidos nesse

⁷ A quem vou me referir várias vezes como diretora da ala feminina ou simplesmente “Diretora”.

⁸ Obviamente não tenho reclamações sobre essas práticas entendendo-as como procedimentos padrão. Fiquei, aliás, agradecido que tenha sido assim e dessa forma não tenha de nenhuma forma levantado suspeitas sobre a seriedade da minha pesquisa e meu comprometimento com ela.

texto são fictícios. Devido ao contexto do trabalho de campo e das possíveis implicações às entrevistadas, entre elas pôr em risco a própria vida, optei por omitir alguns dados mais aprofundados sob suas biografias, assim como o uso de nomes fictícios, por mais que

Todos nós reconhecemos que o uso de nomes fictícios não garante o anonimato aos informantes. Justamente porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais – tanto do local, quanto do indivíduo – não é difícil para qualquer pessoa próxima aos nossos sites etnográficos reconhecer cada personagem, que seja nomeado ou não (FONSECA, 2010; pág.9).

Também estou ciente de que o anonimato retira parte da agência dessas mulheres e se um dos meus objetivos é “dar voz” as que não são ouvidas, o anonimato de certo as prejudicam. Contudo,

O uso de pseudônimos em nossos textos é uma maneira de lembrar a nossos leitores e a nós mesmos que não temos a pretensão de restituir a “realidade bruta” (e nem por isso consideramos a antropologia uma ciência “menor”). O nosso objetivo, sendo aquele mais coerente com o método etnográfico, é fazer/desfazer a oposição entre eu e o outro, construir/desconstruir a dicotomia exótico-familiar, e, para alcançar essa meta, a mediação do antropólogo é fundamental. (FONSECA, 2010; pág.15)

Em janeiro de 2014 já havia entrevistado cerca de nove internas e era o momento de interromper a pesquisa de campo. Em função do projeto PROCAD UFRN/UNB realizaria um intercâmbio na Universidade de Brasília, onde passaria o próximo semestre. Para concluir essa etapa, decidi entrevistar também a Diretora e quatro agentes penitenciárias, passando a ir à Unidade quase todos os dias em busca de novos dados e perspectivas.

A situação de entrevista com as agentes foi uma experiência nova pra mim, pois sempre havia trabalhado somente com as internas. Como acontecia com as internas, essas

entrevistas também eram carregadas de emoções e de revelações sobre o cotidiano que compartilham com as internas. Realizei essas entrevistas na pretensão de ter uma visão o mais completa possível da unidade, pois estaria na descrição etnográfica congregando três visões sobre o mesmo campo: o a das internas, o das agentes penitenciárias e a minha como pesquisador (e visitante).

A partir de novembro de 2014 retomei o contato com o pavilhão feminino, que já havia mudado de direção novamente, fiz novas visitas e uma última entrevista, totalizando um total de quinze internas entrevistadas e quatro agentes penitenciárias, dessas quatro duas ocupam ou ocuparam o cargo de direção do pavilhão.

De modo geral, essa foi a forma como procedi em minhas visitas em campo, onde busquei refletir também sobre o fazer antropológico, suas implicações e minha subjetividade nesse contexto. O trecho do meu diário de campo, aliás, é elucidativo nesse sentido.

Outra coisa que me dói de verdade o coração, é não poder citar seus nomes ou os maiores detalhes de suas histórias, histórias tão ricas que dariam um filme. Mas tenho medo de romper o anonimato e provocar mais dor e sofrimento àquelas mulheres. Porque devo tudo isso a elas e espero que um dia minha pesquisa as ajudem em algo, se não aquelas mulheres, as mulheres que estarão na mesma situação no futuro. Sem elas não haveria este trabalho. Elas não seu meu objeto, são o que há de real, são o campo em que reside o objeto, pois o meu objeto não é nada mais do que a própria interpretação que elas têm de suas histórias, de si mesmas e de suas emoções.

Em termos gerais, o texto está estruturado em três partes. A primeira, dividida em dois capítulos, recupera o debate (em termos históricos e sociais) sobre a relação entre mulheres e sistema prisional, a nível nacional e posteriormente local. As partes dois e três foram escritas com o intuito de responder às duas questões centrais colocadas na introdução deste trabalho.

A segunda parte, também dividida em dois capítulos, examina o processo de inserção dos internos em uma *instituição total*, termo proposto por Goffman (2008). Aqui analiso as formas e motivações que levaram as mulheres ao crime e à prisão. No contexto, trato dos sentimentos de amor, humilhação e indignação através de dois exemplos distintos, o primeiro

a partir da ideia da ideia de *insulto moral* (Cardoso de Oliveira, 2011) e o segundo a partir do termo “amor bandido”. Na terceira parte, composta por três capítulos, verso sobre as regras de convivência que tanto as agentes como as internas têm que aprender para viver cotidianamente umas com as outras. Em um primeiro momento, trato do processo de internalização das regras e como elas funcionam na prática, abordando o papel de quem exerce a coerção normativa e também de quem está sujeita a ela. Posteriormente, mostro como se dão as relações homossexuais dentro do presídio, pois mesmo que essa prática seja desencorajada e punida, trata-se de um tema bastante presente. No último capítulo examino algumas formas de controle praticadas no estabelecimento, pensando seus meios e fins. Posteriormente, apresento algumas considerações finais versando sobre os temas abordados no presente trabalho em termos gerais.

PARTE I
A PRISÃO E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES AO LONGO DA HISTÓRIA
DO BRASIL E DA CIDADE DO NATAL

Capítulo 1

Encarceramento e penalidade

No presente capítulo apresento as teorias que guiaram meu entendimento sobre a prisão, penalidade e o fenômeno do encarceramento. Também será exposto o que, ao meu ver, são os dois maiores paradigmas quanto ao encarceramento e penalidade da modernidade. Ao fim, mostro as origens do atual modelo neoliberal de penalidade, entre outros aspectos.

As teorias por trás da análise

Nesta pesquisa trabalho a ala feminina do CPJC, enquanto prisão, a partir de uma perspectiva multifacetada e do resultado de uma junção de conceitos que dialogam entre si e que acredito serem importantes para o desenvolvimento da pesquisa no ambiente prisional.

O primeiro deles é o conceito de *instituição total*. Para usar os termos de Goffman, trata-se de “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 2008; p.16).

É interessante ressaltar que o autor ao caracterizar as *instituições totais* deixa claro que essas podem variar quanto ao nível de seu fechamento ou caráter total e que “é simbolizado pela barreira a relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (op. cit.; p. 16). Dessa forma, é importante entender que seu caráter total é contextualizado e que pode diferir quando comparado a outras unidades penais ou até mesmo na gestão de diferentes diretores.

O segundo é o conceito de *panóptico*, trabalhado por Foucault (2002) a partir do modelo de Jeremy Bentham de 1785. Quando aplicado às unidades penais permite a um vigilante observar todos os prisioneiros sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. O que, como argumentado por Foucault, faz com que aqueles sujeitos a este tipo de técnica vigiem a si mesmos devido à incerteza de estarem ou não sendo vigiados por um outro. Então, enquanto a arquitetura das unidades penais apresentarem caráter *panóptico* seja através de câmeras ou torres de vigilância, acredito ser indispensável o uso deste conceito para avaliar sua influência nos diversos fenômenos sociais em uma instituição penal.

O terceiro, é o conceito de *vasos comunicantes*, concebido por Godoi (2010) como tudo que implica uma efetiva comunicabilidade entre o mundo prisional e outros territórios. Pensar esse conceito é importante para que se possa refletir sobre a prisão de forma porosa e não como um todo fechado, para também tentar entender melhor os fluxos de trocas materiais e simbólicas entre os residentes da prisão e aqueles que a visitam.

Para concluir, é preciso ressaltar que concebo a origem da prisão a partir do trabalho de Foucault (2002), da passagem dos suplícios ao encarceramento, da punição do corpo a da “alma” e dos corpos mortos aos corpos úteis. Assim como também concordo que na contemporaneidade encaramos a ideia de um modelo neoliberal de penalidade que como colocado por Wacquant (2001) exerce um tratamento penal da pobreza, através do que ele chamaria mais tarde de *Prisonfare*⁹.

Baseado na visão destes, gostaria de expor o que na minha visão se configura como os dois grandes paradigmas sobre prisão e encarceramento que nos acompanha desde a passagem dos corpos supliciados aos corpos úteis, do feudalismo ao capitalismo simples e posteriormente ao capitalismo avançado.

Paradigmas do encarceramento

Atualmente existem duas grandes questões quando se pensa em punição e encarceramento, que nos conduzem a duas grandes dicotomias: punir/educar e encarcerar/pacificar. Tais dicotomias não são novas e vêm sendo apontadas há anos por autores como Funes (1953), Thompson (1984) e Foucault (2002; 2004).

O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. (...) A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes

⁹ Criado em analogia ao *workfare*, “para designar programas de penalização da pobreza via o direcionamento preferencial e o emprego ativo da polícia, dos tribunais e das prisões (bem como suas extensões: liberdade vigiada, liberdade condicional, bases de dados de criminosos e sistemas variados de vigilância) no interior e nas proximidades dos bairros marginalizados, onde o proletariado pós-industrial se aglomera” (WACQUANT, 2012).

são úteis tanto no domínio econômico como no político (FOUCAULT, 2002; p.131-132).

A prisão, portanto, produz seus próprios sujeitos, aqueles que dependendo do discurso serão chamados de delinquentes, criminosos, pessoas em conflito com a lei, entre outros termos. Como coloca Foucault (2003; 2004) as instituições produzem seus sujeitos através de um discurso técnico que carrega consigo uma verdade/poder, assim como os hospícios fabricam os loucos, os hospitais os doentes, as prisões os delinquentes, etc.

Como comprovam as análises de Foucault (2002; 2004)¹⁰ a partir de 1840, se passa a utilizar o aumento do número de “delinquentes” e o crescimento da criminalidade para se justificar um Estado punitivo mais forte e interventor na vida dos cidadãos. Quanto maior o risco supostamente corrido pela população, maior a justificativa para o uso da força e dos recursos do Estado. É nesse contexto que dentro de uma economia do poder faz mais sentido vigiar do que punir, pois os métodos de vigilância, disciplinam, constroem corpos úteis à política e à economia, como também custam menos em recursos humanos e financeiros para serem mantidos.

Assim, vem à tona o primeiro grande paradigma penal, o da ressocialização¹¹, que originou-se com o tratamento religioso através da purificação do suposto mal presente nos prisioneiros, mas que na contemporaneidade compõe uma agenda em que governos investem grandes quantias em projetos de reeducação na prisão – projetos, esses, que mesmo quando realizados perante todas as dificuldades recorrentes ao contexto, não apresentam sucesso em comparação aos índices de reincidência criminal¹². As metas da ressocialização tratam o interno como sujeito passivo que deve sofrer interferência positiva das políticas públicas do Estado em sua “recuperação” e também desconsideram que, muitas vezes, o encarcerado jamais foi socializado. A busca por uma ressocialização, portanto, serve como uma justificativa para projetos de educação através do trabalho, onde os encarcerados se

¹⁰ Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente? Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto (FOUCAULT, 2004, p.137-138).

¹¹ A meta ressocializadora prima pela neutralização dos efeitos nefastos adquiridos especialmente na execução da pena de prisão, de forma a não estigmatizar o preso. Sugere, para tanto, uma intervenção positiva neste com o fim de habilitá-lo para se integrar e participar, digna e ativamente, da sociedade, sem traumas e limitações (MOLINA *apud* MACHADO, 2010).

¹² Segundo o CNJ a taxa de reincidência criminal no Brasil chega a 70%. Segundo o PNUD que só analisou a reincidência carcerária, a mesma é de 47,4% entre os homens e 30,1% entre as mulheres. Ambos os levantamentos foram feitos entre 2013-2014.

transformam em mão de obra barata na mão do setor privado ou nas mãos do Estado (vide exemplos de encarcerados trabalhando em *call centers* nos EUA¹³ ou mesmo aqui no Brasil trabalhando nas obras da Copa da FIFA 2014¹⁴). Enfim, embora estejamos falando de processos de longa duração, seguimos reproduzindo esse paradigma através de uma economia do poder e do uso dos corpos para justificar políticas e ganhos específicos.

O segundo grande paradigma, o do encarceramento (ou do hiperencarceramento), passa a existir se fundamentando em um suposto aumento da criminalidade, o que dá prerrogativa ao Estado para o uso de uma maior vigilância e de um maior policiamento. Com isso promulgam-se leis mais rígidas, de tolerância zero, o que aumenta o controle de grande parte da sociedade. A vigilância passa a existir dentro de cada indivíduo em um nível capilar de poder alimentado pelo discurso da segurança pública, pelos meios de mídia e outros que corroboram com a manutenção de um estado de medo, que é alimentado e transformado em uma oportunidade política e econômica. Essa estrutura, como um todo, reforça a atuação de um dos setores mais rentáveis de comércio existente nos países que enfrentam aumento constante da criminalidade: o da segurança privada – altamente rentável em países como o Brasil¹⁵ e os EUA.

A relação entre Brasil e os EUA é ainda bem mais profunda em se tratando de penalidade, já que o Brasil como vários outros países do ocidente incorporou princípios do modelo neoliberal à sua economia e também ao seu modelo penal. No reflexo do suposto sucesso das medidas de tolerância zero no país norte-americano, tenta-se até os dias de hoje aplicar medidas semelhantes em um contexto cultural e econômico que muito difere do estadunidense, comprometendo não só a vida daqueles internados nos estabelecimentos penais decrépitos dos estados brasileiros, mas também na vida daqueles que vivem em condição de pobreza e passam a ser as principais vítimas desse modelo. Ou seja, é muito importante compreendermos a origem do modelo neoliberal de penalidade e como ele chega até o Brasil para analisar as configurações atuais brasileiras.

A Origem do Modelo Neoliberal de Penalidade

¹³ Ver WACQUANT, 2001

¹⁴ Na cidade de Natal-RN, apenados foram recrutados pelo programa *Novos Rumos* do TJ-RN, para trabalharem através de um acordo com o governo do estado e a empresa responsável pela obra da construção do estádio *Arena das Dunas*.

¹⁵ Para se ter uma ideia segundo dados do SINDESP só em 2012 no estado de SP as empresas de segurança arrecadaram cerca de R\$ 14.551.034,17.

No presente capítulo iremos falar sobre a situação penitenciária no Brasil, entretanto para isso usaremos como exemplos comparativos alguns países que também enfrentam problemas em seu sistema penitenciário ou nos quais o modelo brasileiro se inspira. Pretendo apresentar dados que exemplifiquem a atual situação do sistema penitenciário nacional e refletir sobre as configurações estabelecidas em nosso país e, particularmente no Rio Grande do Norte, em Natal e em uma unidade específica, que é a João Chaves.

Para o exercício analítico faremos uso do trabalho de Løic Wacquant (2001). Wacquant, indica que para entendermos melhor o sistema penal brasileiro precisaremos voltar um pouco no tempo e nos remontar aos Estados Unidos da América (EUA). Ainda que a perspectiva seja reducionista, neste país em 1970 surge o neoliberalismo, sistema político e econômico de governo que terá influência em todo o mundo até os dias de hoje e que é fundamental para entendermos o sistema penal do mundo ocidental contemporâneo e particularmente no Brasil.

De acordo com Wacquant (idem) no período pós-segunda guerra mundial (entre os anos de 1950 – 1960) a Europa e os EUA viviam o que é chamado de *welfare state*¹⁶. As críticas a esse modelo indicavam que o *welfare state* estava chegando a uma proximidade socialista de igualdade e de poder estatal, já que o Estado era forte e responsável pela regulação do mercado. Então, algumas camadas da sociedade (partindo das classes mais altas) e alguns economistas (em sua maioria neoliberais) começam a criticar o *welfare state* culpando-o da estagnação em que o mercado se encontrava e que seria, segundo eles, resultado do alto gasto do Estado com as políticas públicas de proteção social e com a insegurança quanto à capacidade do Estado de regular o ciclo econômico com políticas fiscais.

Dessa forma o *welfare state* começa declinar a partir dos anos 1970. Podemos dizer que o processo de implementação das teorias neoliberais contribuiu com o seu declínio enquanto modelo político e econômico (com os cortes nos gastos públicos das políticas de proteção social e implementação do sistema de *workfare*) ainda na mesma década, durante o governo Nixon. Nos anos 1980, graças a uma política de desengajamento social promovida

¹⁶ Desenvolvido a partir da teoria econômica de John Maynard Keynes ou Keynesianismo. O também conhecido como Estado de Bem-Estar Social ou Estado Providência. Era uma Política adotada pelo Estado e pelo empresariado, na tentativa de aumentar os mercados consumidores. O Estado aplicava políticas públicas em prol da sociedade e fornecia incentivos as empresas para que essas contratassem mais pessoas, as empresas então garantiam os empregos e os salários de seus empregados. Como os cidadãos tinham um conjunto de bens e serviços que incluía entre eles: educação, assistência médica e auxílio desemprego garantidos pelo Estado o seu capital excedente se voltava para o consumo.

pelo governo republicano de Ronald Reagan e com o assentimento do Congresso, de maioria democrata. O *welfare state* foi sendo absorvido e transformado dentro do modelo neoliberal nos EUA¹⁷. Essa batalha contra o *welfare state* teve sua base intelectual no livro de Charles Murray, *Losing Ground*, que segundo Wacquant (2001, p.14) lança a ideia de que:

A excessiva generosidade das políticas de ajuda aos mais pobres seria responsável pela escalada da pobreza nos Estados Unidos: ela recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões ilegítimas que são a causa última de todos os males da sociedade moderna entre elas a “violência urbana”.

A partir de perspectivas como essa, o governo Reagan aplica os princípios do neoliberalismo¹⁸ ao sistema econômico nos EUA, cujo modelo passa a ser difundido a nível global. Segundo os economistas neoliberais da época (entre eles Friedman, Hayek e Von Mises) o *welfare state* era uma política de favorecimento ao governante, pois se trocava a eficiência econômica pela política, usando os escassos recursos do governo em investimentos não viáveis economicamente. Assim, ao invés de criar um estado de bem-estar para a sociedade, esse modelo só estaria prolongando um estado de estagnação, se não depressão, econômica e social. Nesse panorama, o neoliberalismo se firmou de forma estável nos EUA durante o governo Reagan, na década de 1980. (WACQUANT, 2001).

Com o corte dos programas de proteção social do Estado, o cidadão teria que pagar por tudo aquilo que recebia anteriormente, sendo que aqueles que não tivessem condições para isso entrariam no sistema de *workfare* ou sistema de trabalho forçado. Nesse sistema de trabalho, o cidadão precisa trabalhar para continuar recebendo os auxílios do governo, porém os salários são baixos e na maioria das vezes o indivíduo precisa trabalhar dois expedientes, ocupando muitas vezes cargos e funções diferenciadas. Entretanto, na análise de Wacquant, esse tipo de política gera várias consequências negativas para a sociedade:

¹⁷ Mesmo o modelo neoliberal defendendo uma ausência do estado, eles ainda mantêm políticas de auxílio social mesmo que sendo em troca de trabalho forçado (*workfares*).

¹⁸ O neoliberalismo em questão é um sistema econômico desenvolvido na conhecida Escola de Chicago, onde seu maior teórico e defensor foi Milton Friedman. O neoliberalismo apoia o livre comércio, livre mercado, a desregulamentação de preços e salários e a propriedade privada dos meios de produção. Entrou em vigor nos EUA a partir do governo de Ronald Reagan e se espalhou pelo mundo desde então. Os princípios do neoliberalismo, nos dias de hoje, fazem parte do sistema econômico de quase todos os países do mundo.

Os partidários das políticas neoliberais de dismantelamento do Estado-providência gostam de frisar como essa "flexibilização" estimulou a produção de riquezas e a criação de empregos. Estão menos interessados em abordar as conseqüências sociais devastadoras do dumping social que elas implicam: no caso, a precariedade e a pobreza de massa, a generalização da insegurança social no cerne da prosperidade encontrada e o crescimento vertiginoso das desigualdades, o que alimenta segregação, criminalidade e o desamparo das instituições públicas. (WACQUANT, 2001. Pág. 49)

A partir da análise do autor pode-se perceber como o desenvolvimento dos EUA deu-se a partir de um “menos Estado” social e “mais Estado” penal. Dessa forma, os EUA conseguiram gerar suas riquezas, lucrar mais e ter sua eficiência econômica. Em troca, segundo Wacquant (2001), houve o crescimento da desigualdade, insegurança, criminalidade, e outros fatores sociais negativos.

É nessa sociedade de crescente criminalidade que uma teoria vai se firmar no senso comum e servir de base para as políticas de combate à criminalidade: a *Broken Windows Theory*¹⁹ formulada em 1982 por James Q. Wilson e George Kelling. Esta teoria, como indica Wacquant (2001), defendia a luta contra os pequenos delitos. Seria então combatendo os pequenos delitos do dia-a-dia que evitaríamos os grandes delitos. Kelling, propondo soluções para os problemas da criminalidade, lança um livro que serve como inspiração para a doutrina da tolerância zero, o *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities*²⁰. Esta doutrina, de tolerância zero, é colocada em prática²¹ a partir de 1993 na cidade de New York, (2001) gerando.

Aumento em 10 vezes dos efetivos e dos equipamentos das brigadas, restituição das responsabilidades operacionais aos comissários de bairro com obrigação quantitativa de resultados,

¹⁹ Teoria da vidraça quebrada.

²⁰ Consertando as vidraças quebradas: como restaurar a ordem e reduzir o crime em nossas comunidades.

²¹ Através da “Operação Tolerância Zero” iniciada na cidade e New York.

e um sistema de radar informatizado (com arquivo central sinalético e cartográfico consultável em microcomputadores a bordo dos carros de patrulha) que permite a redistribuição contínua e a intervenção quase instantânea das forças da ordem, desembocando em uma aplicação inflexível da lei sobre delitos menores tais como a embriaguez, a jogatina, a mendicância, os atentados aos costumes, simples ameaças e "outros comportamentos anti-sociais associados aos sem-teto", segundo a terminologia de Kelling. (WACQUANT, 2001, Pág. 16)

Ademais, vale ressaltar a implementação da *three strikes and you're out law*²², cujo nome foi inspirado na regra do Baseball: depois de três tacadas (*strikes*), você está fora. A lei então consiste em estender o tempo da pena do prisioneiro se for o terceiro crime pelo qual ele está sendo condenado. Ela foi criada com a intenção de diminuir o número de reincidência criminal no país, que estava muito elevado. Embora varie de estado para estado, o tempo que é adicionado a pena do criminoso é em média de 25 anos, mas pode ser estendido até a prisão perpétua²³. Entretanto, vale lembrar, que leis de tolerância zero vêm sendo aplicadas desde os anos 1970 nos EUA. Um exemplo é a “guerra contra as drogas”, declarada por Nixon, que condenava a prisão qualquer cidadão que estivesse portando drogas e que até hoje não obteve efeitos sobre o comércio ilegal de drogas. A título ilustrativo, observemos a tabela abaixo onde constam os índices de crimes violentos nos EUA desde 1991 até 2010²⁴.

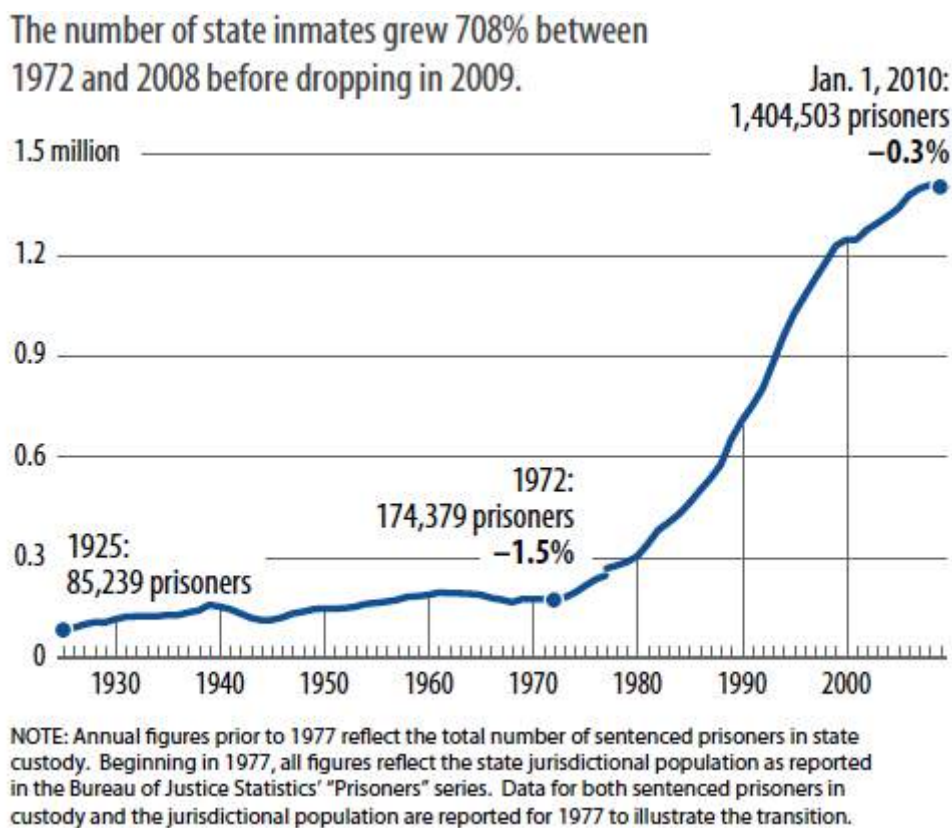
Crime Rate	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2010
Violent crime rate	758.2	747.1	684.5	611.0	523.0	504.5	475.8	469.0	472.0	429.4	403.6

²² Três tacadas e você está fora.

²³ Vinte e oito estados aderiram a *three strikes law*, mas New York não está entre eles.

²⁴ Dados do FBI, polícia federal dos EUA, que ao lado do Bureau of Justice desenvolve pesquisas estatísticas sobre o crime e a violência nos EUA.

Como podemos ver até o ano de 1993 os EUA possuíam uma alta taxa de crimes violentos, a partir do ano de 1995 observamos uma queda nos números que continuam até os dias de hoje, mas a que preço?



Como podemos ver a partir do gráfico fornecido pelo *Bureau of Justice Statistics*²⁵ o número de encarcerados cresce absurdamente desde que os EUA começam a adotar uma política de “menos Estado” social e “mais Estado” policial. A interpretação da lei se torna mais rígida a partir do final dos anos 1970 e atinge seu auge durante os anos 1990 sob a influência da doutrina da “tolerância zero”, que se espalhou pelo país e, de formas diferentes, corre o mundo como um todo. Poderíamos então pensar: o encarceramento é um mal necessário para se diminuir a criminalidade?

É importante entendermos um pouco do sistema penal dos EUA, pois ele foi completamente influenciado pelo neoliberalismo e este modelo foi bastante influente no Brasil, como veremos adiante. Segundo Wacqüant a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo:

²⁵ Dados do *Bureau of Justice Statistics* (Departamento de Estatísticas, o que seria o equivalente ao Ministério da Justiça aqui no Brasil).

Pretende remediar com um "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo (WACQUANT, 2001, p.04).

Em termos gerais, como podemos observar, os EUA vêm produzindo um discurso de individualização de culpa sobre a criminalidade e a desigualdade social. Fomentando com tal discurso a escolha estatal parece ser não por um *tratamento social da miséria* mas sim um *tratamento penal*. Ou seja,

Persiste a visão neoliberal de que a fonte das desigualdades sociais é um reflexo das diferenças de “personalidade” individuais e segundo Murray e Herrnstein, é de “capacidade cognitiva”. A qual nenhuma política pública seria capaz de controlar (WACQUANT, 2001, p.31.).

Ainda nos anos 1980 o neoliberalismo chega ao Brasil. Após 20 anos de vigência do regime militar o Brasil volta a uma democracia participativa. Entretanto a adesão ao neoliberalismo começa ainda no período militar, com políticas de “menos Estado” social. Entretanto os níveis de violência no Brasil são bem maiores do que nos EUA e a miséria e a desigualdade já marcavam as nossas cidades anteriormente. O Brasil ainda conta com um histórico de preconceitos e conflitos que envolvem, por exemplo, a questão social e racial. Aliás, como indica Wacquant (2001), o nível de mortes violentas no Brasil é duas vezes maior do que o dos EUA e vinte vezes maior do que os índices europeus. Outro índice perturbador é o da violência policial.

Em 1992 uma estatística²⁶ mostra que a polícia de São Paulo matou 1.470 civis quando que em New York a mesma só causou 24 mortes. A violência por parte das forças policiais só agrava a insegurança e a população passa a temer a polícia. Segundo Wacquant (2001, p.5), que a partir da análise do caso estadunidense volta-se para o Brasil, “*essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos*

²⁶ WACQUANT, 2001, Pág. 5.

miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar”.

É de fator crucial a questão racial no Brasil, pois aqueles que são negros frequentemente são vistos de forma suspeita pelos policiais e quando presos, recebem os tratamentos mais rígidos e enfrentam mais problemas para ter acesso a uma ajuda jurídica como comprova Adorno (1996). Somados a tantos problemas, o Brasil é marcado por um imaginário social terrivelmente afetado pelo autoritarismo histórico e retrógrado, agravado pelos 20 anos de ditadura militar. “*O que faz com que o conjunto das classes sociais tenda a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância à bandidagem*” (WACQUANT, 2001, p.6). Por isso, para Wacquant (2001), a adoção do modelo de Estado penal Estadunidense pelo Brasil levaria a uma *ditadura sobre os pobres* já que seriam os únicos a serem punidos nesse Estado de penalização.

É nesse contexto, ainda que simplificado, que estão minhas interlocutoras. Grande parte é proveniente das classes menos abastadas da sociedade brasileira. A ala feminina do CPJC como muitos outros estabelecimentos penais destinado as mulheres no Brasil não é mais do que um antigo pavilhão masculino desativado. Abriga principalmente o regime fechado e conta com algumas internas em regime semiaberto²⁷ e mantém em falta uma estrutura necessária para se trabalhar com a especificidade de gênero, entre outros aspectos²⁸.

Os números, por sua vez, não as favorecem: a reincidência, assim como o número de encarceramento no Brasil não param de crescer - segundo levantamento do CNJ de junho desse ano já somos a terceira maior população carcerária do mundo com 711,463 encarcerados. Mesmo assim, boa parte da população brasileira segue inconformada com a atual situação da segurança pública e isso começa a dar força a discursos conservadores nas mídias e na política, associados a uma onda de linchamentos pelo país e que cresce mais e mais.

²⁷ No estado do RN não há albergues, casas, colônias agrícolas ou industriais para as egressas. Dessa forma, a mulher encarcerada que progrediu de regime para o semiaberto ou aberto recebe alvará de soltura e o direito de voltar ao convívio da sociedade, restando uma única diferença em termos formais entre os dois regimes: a egressa cumprindo o semiaberto deve assinar seu nome todo dia na porta do Complexo Penal Dr. João Chaves (ou, em raros os casos, outro lugar determinado pelo juiz, como uma comarca no interior), ao passo que aquela cumprindo o regime aberto deve assinar apenas uma vez por mês.

²⁸ O espaço físico apresenta rachaduras pelas paredes, guaritas ameaçando desabar, fossas estouradas e etc. Quanto aos recursos humanos faltam inúmeros profissionais e o número de agentes penitenciárias ainda é pouco para a instituição, muitas vezes ficando apenas duas ou três para todo o pavilhão.

A partir desse panorama mais amplo, e tendo como objetivo entender melhor a relação entre mulheres e sistema penitenciário (e o porquê do baixo número de instituições voltadas para a “criminalidade feminina”), adiante, recupero o contexto histórico e sociológico da origem das prisões de mulheres no Brasil.

Capítulo 2

Mulher, prisão e penalidade no Brasil e na cidade do Natal

Neste capítulo irei focar a história os discursos responsáveis pela construção da criminalidade feminina e como se originaram as primeiras prisões para mulheres no Brasil. Como as mulheres condenadas se inserem em um contexto prisional maior, recuperamos também o avanço dos métodos punitivos na cidade do Natal, desde a colônia até os dias atuais, chegando até o campo onde foi realizado a pesquisa.

As origens históricas das prisões de mulheres no Brasil

De acordo com Soares e Ilgenfritz (2002) durante os séculos XV a XVIII²⁹ as mulheres em situação de prisão no Brasil eram em sua grande maioria escravas. Eram detidas em prisões-navio classificadas por Lemos de Brito³⁰ como “Galés infectas” (Lemos de Brito, *apud* Soares e Ilgenfritz, op. cit.) ou acorrentadas em calabouços nas Casas de Correção, prática que perdurou até o final do século XIX. Até essa data eram raras as prisões destinadas especialmente a mulheres (como alternativa, um número significativo de mulheres era enviado para conventos ou hospícios).

A partir do início do século XX, contudo, cresce uma tendência no sentido de propor mudanças no tratamento da mulher encarcerada. Lemos de Brito e Candido Mendes foram centrais nesse processo. Lemos de Brito, aliás, foi um dos principais ideólogos das prisões femininas no Brasil. Em 1923 foi encarregado pelo então ministro da Justiça a elaborar um projeto de reforma penitenciária. Para tanto, percorreu o país visitando todas as prisões e ofereceu um plano geral sobre a situação encontrada e propostas de encaminhamento. Em 1924, aconselhou a União a construir um “reformatório especial (em pavilhão totalmente isolado) não somente para as mulheres condenadas há mais de três anos do Distrito Federal, mas também às que foram remetidas pelos estados (Soares e Ilgenfritz, 2002; p.53).

²⁹ Na época o Brasil era uma colônia portuguesa.

³⁰ José Gabriel de Lemos Brito foi professor, penitenciário, legislador, deputado, membro do Instituto dos Advogados do Brasil e do Chile, Presidente do Conselho Penitenciário do DF, autor de uma extensa bibliografia sobre a questão prisional e de prolixos estudos sobre a questão sexual nas prisões.

Candido Mendes de Almeida³¹, por sua vez, em 1928 apresentou ao Ministro da Justiça o estudo *As mulheres criminosas no centro mais populoso do Brasil*, classificando a situação da mulher condenada como “vergonhosa e miseranda”. Entre outros aspectos, propõe um cadastro que registrasse os dados referentes a mulher (como o delito, o estado de origem e etc.) e ainda “a criação de uma penitenciária agrícola para mulheres, que, segundo ele, seria o local onde elas poderiam, com vantagem, serem educadas nas práticas de trabalhos rurais e agrícolas próprios para as mulheres” (Soares e Ilgenfritz, idem; p.53-54).

Embora as propostas de Lemos Brito e Candido Mendes de Almeida fossem inovadoras naquele contexto, a abordagem sobre a criminalidade feminina seguia a tradição da criminologia naturalista italiana iniciada por Lombroso e Ferrero (1896), que influenciou fortemente o desenvolvimento da criminologia no Brasil. Basta ler, por exemplo, o título da obra dos autores sobre as mulheres encarceradas *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*, (Lombroso e Ferrero, 1896), para se ter uma ideia da forma de como o corpo da mulher era visto percebido por meio de um viés biológico (e vinculado ao sexo e à sua prática).

Em 1934, já durante o Estado Novo, cria-se a Inspetoria Geral Penitenciária destinada a funcionar como órgão de caráter nacional em consonância com o Conselho Penitenciário. É nesse contexto de unificação penitenciária que se cria, entre outros, o projeto da Penitenciária de Mulheres elaborado por uma comissão presidida por Lemos de Brito. Cabe, inclusive, ressaltar aqui um pequeno trecho das motivações do anteprojeto de criação da Penitenciária de Mulheres para expor o pensamento conservador do período (cf, Soares e Ilgenfritz, 2002).

A promiscuidade aí é de arrepiar. Ao lado da mulher honesta e de boa família, condenada por um crime passional ou culposos, ou a que aguarda julgamento, seja por um aborto provocado por motivo de honra, seja por um infanticídio determinado muitas vezes por uma crise psíquica de fundo puerperal, estão as prostituídas mais sórdidas, vindas como homicidas da zona do baixo meretrício, as ladras reincidentes, as mulheres portadoras de tuberculose, sífilis, moléstias venéreas, ou hostis à higiene. Quando não atacadas pela satiríase, tipos acabados de ninfômanas, que submetem ou procuram submeter,

³¹ Candido Mendes de Almeida foi diretor do Conselho Penitenciário do DF, professor, publicista, advogado e jornalista.

pela força, as primeiras aos mais repugnantes atos de homossexualismo, como o próprio Conselho Penitenciário teve oportunidade de constatar (LEMOS DE BRITO *apud* SOARES E ILGENFRITZ, 2002, p.56).

O tom conservador (e eclesiástico) da época é marcante e deve ser frisado:

A fim de corresponder ao padrão Paulino – caladas e sofridas – era preciso que nenhuma aparência sensualizada confundisse a mulher normatizada com a outra, luxuriosa, e porque luxurioso tentador e perigosa. A conjunção entre a mulher bela e desobediente aos ditames da Igreja alimentava o mito da dissimuladora, encarnada na vida prática por aquela que não havia contraído aliança sacramentada (Mary Del Priore, 1995, p. 110).

Segundo a historiadora Ângela Texeira Artur (2009) foi somente na década de 1940, a partir de medidas efetivas do Estado visando à acomodação legal de mulheres que cometeram crimes, que criaram-se as duas primeiras prisões de mulheres do Brasil.

Assim, no 2º parágrafo, do Art. 29º, do Código Penal de 1940, determinou-se que “as mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”. Cumprindo esta lei, somente duas prisões para mulheres foram criadas. Em São Paulo, em 11 de agosto de 1941, foi instituído o Decreto-Lei n.º 12.116 que dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”. Inaugurado em 21 de abril de 1942, permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. E no Rio de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 3.971 de 24 de dezembro de 1941, foi criada a Penitenciária Feminina da Capital Federal, também administrada por freiras da mesma congregação até o ano de 1955 (Arthur, 2009, p.2).

Entretanto, como indicam Soares e Ilgenfritz, tais estabelecimentos são criados mais por uma necessidade de garantir a “não contaminação” da mulher honesta (como visto anteriormente) e o funcionamento “harmônico” nas prisões masculinas (sem a interferência da mulher), do que por uma preocupação com a dignidade da mulher. Complementam:

A ciência penitenciária tem sustentado sempre que as prisões de mulheres devem ser inteiramente separadas das destinadas aos homens. É que a presença das mulheres exacerba o sentimento genésico dos sentenciados, aumentando-lhe o martírio da forçada abstinência (Lemos de Brito *apud* Soares e Ilgenfritz, 2002, p.57).

Como pode ser visto durante o período que se segue à criação das duas primeiras prisões de mulheres do Brasil, a administração dessas unidades era de responsabilização de congregações de freiras. Contudo, no estado do Rio Grande do Norte, distante do Distrito Federal e da cidade de São Paulo, o processo se desenvolveu de maneira diferente.

Um breve histórico da penalidade na cidade do Natal

Na capital do estado do RN são poucos os registros históricos sobre suas prisões. Os dados disponíveis indicam que não havia prisões-navio fixas no porto. De acordo com as fontes consultadas³² a primeira prisão da qual temos notícia no estado do RN situava-se no Forte dos Reis Magos. A construção do forte foi iniciada pelo Padre de Samperes em 1598 e terminada em 1614 pelo Engenheiro-mór e dirigente das obras de fortificação do Brasil, Francisco de Frias da Mesquita. No Forte dos Reis Magos havia duas prisões, uma para militares desobedientes e uma prisão subterrânea composta por três salas, onde ficavam os prisioneiros de guerra e em sua maioria acusados de traição (ou acusados de crimes de lesa majestade³³).

Durante os séculos XVII e XIX, séculos em que o Forte dos Reis Magos esteve ativo, o sistema punitivo era centrado no suplício do criminoso. As três salas subterrâneas foram

³² Câmara Cascudo (1947) e Veríssimo de Melo (1976).

³³ Traição cometida contra a pessoa do Rei ou seu Real Estado.

projetadas para níveis supliciantes diferentes: a primeira sala conhecida como Calabouço, era uma sala onde o supliciado passava por chicotadas, queimaduras e outras torturas físicas que levava ao quebramento de ossos e desfiguração do corpo. A segunda sala ou “sala escura” era uma sala sem qualquer entrada de luz onde o supliciado ficava de quatro a cinco dias e depois era levado e exposto ao sol, onde muitos por consequência ficavam cegos. E a terceira sala que era a prisão e também usada como casamata³⁴ em caso de algum ataque ao forte. Esta última sala continha uma câmara inferior onde era atirado o supliciado muitas vezes após ter passado pelas duas salas anteriores, a câmara tem o chão de arrecifes onde se o supliciado não morresse ao cair nele, morreria quando a maré enchesse, já que esse era ligado diretamente ao mar.

O preso mais famoso da prisão do forte foi André de Albuquerque Maranhão, Cavaleiro da Casa Real, capitão-mor das ordenanças de Vila Flor e Arês, Senhor de Cunhaú e Coronel comandante da Divisão do Sul. Preso em 25 de Abril de 1817 como o chefe da Revolução de 1817 ou Revolução Pernambucana. Apunhalado durante sua prisão, morreu após agonizar uma noite inteira no enclausuramento da sala escura da prisão do forte. Podemos ver nesse caso, como Foucault (2002) explica o ato do suplício àquele que se impõe ao Estado Real e de como ele funciona como a reativação do poder por parte do soberano, o que legitimava mortes como a do subversivo André de Albuquerque:

O castigo então não pode ser identificado nem medido como reparação do dano; deve haver sempre na punição pelo menos uma parte, que é a do príncipe; e mesmo quando se combina com a reparação prevista, ela constitui o elemento mais importante da liquidação penal do crime. Ora, essa parte que toca ao príncipe, em si mesma, não é simples: ela implica, por um lado, na reparação do prejuízo que foi trazido ao reino (a desordem instaurada, o mau exemplo dado, são prejuízos consideráveis que não têm comparação como o que é sofrido por um particular); mas implica também em que

³⁴ A casamata é uma fortificação contra bombardeios, geralmente encontrada de forma subterrânea, entretanto no caso naval pode-se encontrar de outras formas elevadas como parapeitos que fazem a proteção dos canhões. Existem casamatas passivas, que abrigam tropas ou materiais e as ativas que constituem postos de combate (no caso do forte ela tinha as duas características).

o rei procure a vingança de uma afronta feita à sua pessoa.
(FOUCAULT, 2002, p.42)

Outro fruto do século XVII na capitania do Rio Grande era o pelourinho da cidade, erguido na então Rua Grande (Atual Rua Pres. Passos), nas proximidades da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Primeiramente símbolo da independência municipalista, depois convertido em símbolo de martírio e humilhação. Segundo Cascudo (2010), o pelourinho enquanto meio de aplicação de penalidades servia para surrar os escravos sobre pena de açoite e amarrar os criminosos que sofriam penas de exibição e de exposição pública.

Os que furtavam no peso de carne, peixe, pão, vinho, ladrões, vadios, insultadores eram presos ao pelourinho e aí ficavam algumas horas cercados pela curiosidade do povo, comentando o crime ou dando vaias. Era um princípio de vulgarização da pena, levando o criminoso até o povo e este, participando do fato, tornaria a reincidência mais difícil e rara (CASCUDO, 2010; p.455-456).

Posteriormente no século XVIII, em janeiro de 1722 foi concluída a construção da primeira Casa de Câmara e Cadeia de Natal, “a cadeia se plantou no mesmo canto da primitiva prisão, de taipa, coberta de palha, guardada à boca de mosquete” (Cascudo, 2010, p.199). Não por coincidência estabelecida em frente ao Pelourinho usado para o escárnio dos criminosos que ali seriam detidos. Além do uso do pelourinho para a exposição dos criminosos, as Casas de Câmara e Cadeia normalmente ficavam localizadas próximas a igrejas e praças públicas, com propósitos semelhantes.

Durante o período de funcionamento, o estabelecimento recebia condenados de ambos os sexos. Segundo Cascudo (2010), durante o século XIX o prédio chegou a abrigar 158 homens ocupando um espaço de 15 metros. Suas detenções eram coletivas e não seguiam o modelo celular. Sobre as condições em que eram mantidos seus internos, Cascudo (idem) nos conta através do relato do tenente de artilharia Francisco Primo de Souza Aguiar, que em 4 de fevereiro de 1846, afirma que: “Os presos de ambos os sexos nunca se banhavam e cozinhavam na sala da prisão, sobre o solo coberto de pedras irregulares, de superfície úmida e lodosa. Os que não possuíam redes deitavam-se em tábua soltas e as fezes eram lançadas n’um barril que ficava todo o dia a um canto” (p.200).

Foi por volta do mesmo período do relato acima citado que a Casa de Câmara e Cadeia abrigou os únicos quatro homens executados por ordem da lei na cidade do Natal. Das quatro execuções realizadas na cidade, três foram sentenciados à forca e o último, por falta de executor voluntário, ao fuzilamento. Sobe a forca escreveu Cascudo (2010; p.195),

A forca em Natal era armada na praça ou largo do Quartel da Tropa da Linha (praça Tomás de Araújo Pereira, 1946, murada e sem serventia pública). [...] Também ergueram a forca ao lado, onde era o mercado do peixe, englobado na construção do atual edifício do mercado público da Cidade Alta. Não ficava armada, assombrando os transeuntes, numa ameaça constante. A lei mandava desarmá-la logo após o suplício.

No dia anterior à execução, era de costume o sentenciado sair as ruas algemado, ao lado de um soldado, para pedir dinheiro de porta em porta, para a missa que seria rezada antes da caminhada para a forca. Após realizada a missa no dia de sua execução era realizada uma *via crucis* com o sentenciado, onde as beatas da cidade lhe ofereciam bolo e vinho. Ao chegar no lugar onde havia sido montado o cadafalso “já uma multidão aguardava o cortejo sinistro. Os professores levavam os alunos para que o *exemplo servisse*. Pais e mães estavam com seus filhos” (Cascudo, 2010; p.197). Executada a pena perante o público, feitas as diligências burocráticas, o réu era enterrado e a forca desarmada. “Depois disso corriam os comentários, reavivando nos sermões familiares, a coragem ou covardia do executado no momento supremo. Depois, outras preocupações vinham, dispersando a memória. A justiça fora feita...” (CASCUDO, 2010; p.195).

Vemos aqui que tanto o pelourinho, quanto a forca e a prisão em uma das principais ruas da cidade configuravam a forma com que o sistema punitivo da época se sustentava, através da demonstração do poder sobre os corpos dos detidos. Tais métodos punitivos eram empregados para que houvesse uma reafirmação da dominação conforme ponderou Foucault (2002, p.49) sobre esse aspecto:

As pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos. Porque é necessário que tenham medo; mas também porque

devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nela.

O prédio da Casa de Câmara e Cadeia, que abrigou vinte gerações de criminosos e de onde saíram os condenados à forca, mudou de localização ao longo dos anos. Porém, sempre se manteve em torno da atual Praça André de Albuquerque ao longo da Rua Grande (ou “Rua da Cadeia” como era conhecida) próxima à Igreja Matriz. Sua última construção foi terminada em 1770 e ali funcionou até 1890, um ano após a instauração da república. A casa de câmara e cadeia foi demolida em 1911 onde hoje é parte da Rua João da Mata. Sobre a antiga construção conta Luís da Câmara Cascudo (2010, p.198):

Erguia-se, sólida e maciça, com as paredes de pedra, arcada da cantaria, dois janelões baixos e cinco no sobrado, com o xadrezado de ferro, saindo de cápsulas de chumbo, respirando vida colonial impondo-se pelo aspecto atarracado, feio, sujo, pesado, opressor. Apesar das reformas e remodelações, através de cento e oitenta e oito anos, conservava a fisionomia severa e sinistra de uma fortaleza, um resto de castelo roqueiro, ainda fiel ao passado, pompeando na praça ridente do século XX. Detrás das grades negras, os presos furavam a vida com olhares famintos.

A partir de 1911 segundo Cascudo (2010) os internos que ainda restavam na antiga construção foram transferidos para a Casa de Detenção de Natal (atual Centro Turístico de Natal), que em 1935 foi atacada e todos os seus presos libertos em virtude da Intentona Comunista³⁵. Evento este que deixou o Rio Grande do Norte, sob a administração de um Governo Revolucionário Provisório no período de 23 a 25 de novembro.

Em 1953, época em que funcionava como Casa de Detenção, foi iniciada a construção do que seria uma Colônia Penal na Zona Norte da cidade. A construção só seria terminada em 1968 e a Colônia Agrícola e Penal Dr. João Chaves inaugurada. Um ano depois da

³⁵ A intentona comunista foi um movimento revolucionário que pretendia tomar o poder e implantar um governo comunista. Teve início em Natal e depois se estendeu até o Maranhão, Recife e Rio de Janeiro. Natal foi a única capital a ser “tomada” de fato pelos comunistas, entretanto, depois da derrota nos outros estados o governo foi retomado

inauguração da Colônia Penal (primeiro estabelecimento penitenciário voltado para medidas socioeducativas de política penitenciária no Rio Grande do Norte), a Casa de Detenção de Natal iniciava o encerramento de suas atividades e um dos destinos reservados aos internos dessa Instituição seria a nova Colônia Penal, a Dr. João Chaves. Na época, o conjunto Potengi não passava de um esboço do que é hoje e as primeiras casas naquela região foram ocupadas pelos militares que cuidavam da segurança da penitenciária.

Com o passar dos anos foram iniciadas a construção de outras unidades penais no RN, porém a João Chaves figurava como a principal unidade do Estado e única de segurança máxima da capital (até o ano de 1998 que data a inauguração da Penitenciária Estadual de Alcaçuz). Como o Estado tinha poucas unidades penais disponíveis, a João Chaves estava lotada. Inicialmente a Colônia Penal contava apenas com um pavilhão central composto por vinte e três celas. Após várias reformas passou a ter mais sete pavilhões e a ter 250 vagas (algumas fontes afirmam 380 vagas). No seu auge de funcionamento, entre as décadas de 1980 e 1990, chegou a atingir uma lotação de 800 internos em um estado inimaginável de superlotação. Foi nessa época que a penitenciária ficou conhecida pela alcunha de “O Caldeirão do Diabo”.

No contexto, aconteceram uma série de assassinatos e homicídios dentro do presídio. Três nomes ficaram famosos não só dentro da prisão como fora dela: a “Santíssima Trindade do Diabo”, formada por Naldinho do Mereto, Paulo Queixada e Demir. A eles foram atribuídas cerca de trinta mortes durante os cinco anos em que estiveram em atividade na João Chaves. Talvez o que chamasse mais atenção nas ações promovidas pelos três era a forma violenta com que eles liquidavam suas vítimas através de esquartejamentos, decapitações e estripamentos³⁶.

Os crimes ocorriam por motivos banais, fúteis, e eram brutalmente desumanos. Como por exemplo, esbarrar sem querer, falar qualquer coisa que ofenda o outro, e outras coisas sem sentido já eram motivos para assassinatos. Na cadeia, os presos se tornam mais perigosos por viverem momentos de tensão, por terem sua liberdade provada, surgindo assim, um clima de revolta entre os detentos, deixando-os

³⁶ Devido à falta de estudos e materiais sobre a história do CPJC as fontes foram jornais da época como a Tribuna do Norte, O Diário de Natal e O Mossoroense.

mais agressivos e sensíveis com qualquer situação. (Castelo Branco³⁷ apud Silva, 2010, p.20).

Até o início da década de 1990, as mulheres ficavam em celas separadas dos homens³⁸, mas dividiam o mesmo pavilhão. Não havia mulheres no corpo de guarda para o eventual cotidiano operacional dos agentes penitenciários como, por exemplo, a revista.

A fama construída pelo local contribuiu para a sua reconfiguração. A população próxima ao presídio não aguentava mais viver com a tensão de novas fugas ou rebeliões e à medida que o bairro foi crescendo as reclamações também foram aumentando. Em 2003 laudos do Ministério Público determinaram que a Dr. João Chaves fosse demolida, pois a prisão não teria infraestrutura suficiente para deter seus internos. “A João Chaves era um verdadeiro queijo suíço de tanto buraco. Quando os presos queriam matar alguém eles matavam.” (Ex-Detento em entrevista ao jornal “O Mossoroense”. 2006).

Em 2006 o regime fechado masculino foi desativado e os pavilhões demolidos, restando apenas um pavilhão masculino destinado aos internos que cumprem regime semiaberto e uma ala feminina para internas de regime fechado e semiaberto. A ala feminina foi construída em 1992 e a princípio contava apenas com quarenta vagas para internas. Nos dias de hoje a ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves conta com uma capacidade para 76 internas. Foi inaugurado em setembro de 2011 o berçário da unidade que constava desde o ano de 2008 no Plano Diretor do Sistema Penitenciário do RN.

Faz-se importante destacar que no estado do RN com exceção da unidade ativa no CPJC, não existem estabelecimentos penais específicos para as mulheres em regime fechado, mas somente uma ala feminina na Penitenciária Estadual do Seridó (em Caicó-RN), além de um recente Centro de Detenção Provisório Feminino (em Parnamirim-RN), destinado apenas a internas à espera de julgamento - enquanto existem doze unidades prisionais (sem contar com os Centros de Detenção Provisória) para homens. Há, portanto, uma discrepância significativa entre o número de unidades prisionais construídas para os dois sexos. Contudo, os números de homens encarcerados são bastante superiores ao número de mulheres, como se

³⁷ O Major Castelo Branco, foi vice diretor do Complexo Penal Dr. João Chaves por muitos anos, deixou o cargo no começo de 2011 e foi coordenador da COAPE entre 2013 e 2014.

³⁸ Apesar de já ser uma prática quando possível a separação de mulheres só passa a ser obrigatória a partir da publicação do Art. 29º, do Código Penal de 1940, como já foi descrito acima, mas que por falta de estrutura só eram separadas por celas e não por estabelecimento ou seção, realidade que só foi possível com a construção do pavilhão feminino em 1992.

pode ver no quadro abaixo – o que mostra que a prática do crime está relacionada também à questão de gênero.

Quantidade de presos	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de presos custodiados no sistema penitenciário	5,452	393	5,845
Número de vagas	2,942	230	3,172

*Dados do Depen do ano de 2012

Diante do quadro, se faz necessário então apresentarmos nosso campo de pesquisa e lugar de residência de 96 internas cumprindo pena em regime fechado de reclusão. Após quatro séculos de punição na cidade do Natal as mulheres encarceradas ainda têm pouco espaço nas unidades prisionais e pouca atenção do governo e autoridades responsáveis, o que as deixa à margem do sistema penitenciário, como veremos adiante.

Capítulo 3

A Prisão Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves

O pavilhão feminino como uma unidade a parte do resto do complexo funciona como uma penitenciária, ou seja, destina-se ao cumprimento de pena de reclusão em regime fechado. Uma vez que não possui estrutura física para acomodar as internas em regimes de liberdade provisória, recebe as assinaturas destas nos períodos da manhã e tarde, como forma de controle da liberdade condicional dado a essas mulheres. Em termos gerais funciona como uma unidade independente apesar de administrativamente e fisicamente ainda estar ligada ao resto do complexo (que é exclusivamente masculino). Tal coisa acontece porque a pessoa que ocupa a vice-direção do complexo recebe todas as atribuições de um diretor para administrar a ala feminina dependendo da direção do complexo apenas para solicitação de escoltas e auxílio de agentes masculinos em operações específicas. Entretanto, a maneira como as coisas são conduzidas e a estrutura das relações de poder são próprias a uma unidade independente, mais conhecida dentro do sistema como “o feminino”³⁹.

Ao longo das visitas que realizei a unidade (de 2010-2011 e de 2013-2014), pude observar que ela era composta por dois grupos distintos, mas que compartilham o mesmo código simbólico local. Tais grupos se dividem em posições na estrutura organizacional da instituição, cabendo reconhecer a sua diversidade do interior para o exterior da unidade⁴⁰, assim como suas distinções. O quadro que se segue é elucidativo nesse sentido:

Internas da instituição	Operadores do sistema
Em celas de convivência	Agentes penitenciárias
No berçário	Áreas da Saúde e Ass. Social
Em cela especial	Técnicas administrativas
Na cozinha	Policiais Militares

Em termos ilustrativos, esses subgrupos estão envolvidos em dinâmicas e interações entre si, constituindo diferentes papéis, hierarquias e relações de proximidade e distanciamento. Contudo, cabe ressaltar que no caso das internas essas posições não são

³⁹ Este nome é mais usado por funcionários do sistema para se referir ao estabelecimento feminino do complexo penal.

⁴⁰ Cabe aqui esclarecer que os coloquei em paralelo para ilustrar a igualdade com que se colocam do interior para o exterior da unidade, contudo não há nenhuma correlação paralela entre eles e nem de igualdade direta de oposição.

estáticas e muitas vezes elas transitam entre elas como por exemplo: as internas que estão no berçário, celas especiais ou trabalhando na cozinha muitas vezes estão em posições temporárias e que podem ser mudadas de acordo com imprevistos operacionais dentro da unidade ou pelo regimento local. Ou as mães que tem o seu bebê levado embora têm de deixar o berçário e voltar para as celas de convívio e assim sucessivamente. Já vi o caso de por falta de celas especiais internas com nível superior dividir a cela com internas sem formação alguma. No último caso aquelas que trabalham na cozinha ficam em celas separadas, mas uma vez que são “demitidas” do trabalho também tem que voltar para as celas de convívio.

No caso das agentes penitenciárias o distanciamento entre as posições de trabalho influencia as relações interpessoais no cotidiano e são mediadas pelas funções determinadas pela Lei de Execução Penal, como pelo regimento estadual do sistema penitenciário do Rio Grande do Norte. Para entender melhor o cotidiano do pavilhão feminino, aliás, é necessário compreender como se organiza em termos estruturais e como a equipe responsável pela administração realiza suas práticas tendo em vista os textos normativos e a experiência cotidiana adquirida.

Estrutura e organização da equipe administrativa

O pavilhão feminino conta atualmente em sua equipe com uma agente penitenciária ocupando o cargo de direção e outros 19 agentes compondo o corpo operacional. Ao todo são dezesseis mulheres e três homens, sendo que duas dessas mulheres trabalham como técnicas administrativas. Além das agentes penitenciárias, a unidade conta com uma assistente social, duas enfermeiras e uma médica pediatra. Na vigilância externa, a Unidade conta com apenas um policial militar. Vejamos um pouco de suas atribuições e onde se localizam no espaço físico da instituição.

A direção

Na direção trabalham a diretora e uma técnica administrativa em seu auxílio. A diretora trabalha dois expedientes e é responsável por dirigir, coordenar e orientar todo tipo de trabalho desenvolvido dentro da unidade, assim como conceder audiência às internas e a seus familiares quando necessário, ademais assume outras funções burocráticas como a presença

em conselho, elaboração de relatórios e etc. As duas agentes no cargo de técnico administrativo trabalham em regime alternado, estando só uma por vez na unidade enquanto a outra folga. Tem a função de auxiliar a diretora na organização da ficha das internas, envio e recebimento de documentos, assim como auxiliam a equipe de agentes em dias de visitas conferindo aquilo que pode ou não entrar na unidade

A diretora e sua auxiliar desenvolvem suas atividades na sala da direção, sala posicionada na entrada do pavilhão, onde grandes janelas com películas escuras dão visão a todo o pátio e entrada das celas, de forma que as internas não sabem de fato quando há realmente alguém lá dentro. Na mesma sala se localizam os principais arquivos referente as internas, assim como um pequeno almoxarifado com materiais de limpeza, escritório e outros tipos. Em uma mesa próxima a utilizada pela técnica administrativa localiza-se um monitor com as imagens das câmeras de vigilância do pavilhão, onde é possível ver a entrada da unidade e alguns corredores do pátio.

As agentes

Todas as agentes penitenciárias trabalham em regime de plantões alternados, onde a cada plantão de 24h trabalhado, dois dias de folga são concedidos. As equipes de plantão no pavilhão feminino são formadas regularmente por quatro agentes, onde uma delas é a chefe de equipe que é responsável por checar o relatório da equipe anterior, checar os itens de segurança, orientar os agentes de plantão sobre as atividades a serem realizadas no mesmo e se necessário entrar em contato com a direção para comunicar qualquer evento. A unidade possui um alojamento para a equipe de plantão, no formato de um quarto não muito grande onde se encontra um ar-condicionado, armários e algumas camas. Contudo, mesmo que bastante delimitado inicialmente, o trabalho das agentes é extenso e envolve todos os espaços da unidade, como por exemplo: a guarita da entrada onde recebem as assinaturas das mulheres em liberdade provisória, o portão de entrada para o pavilhão, a inspeção, abertura e fechamento das celas, acompanhamento de projetos e entre outros.

Os deveres do agente penitenciário têm como referência a LEP, o Regimento Único e resoluções internacionais de direitos humanos. No que é instituído a uma autoridade gestora dos internados, responsável pela aplicação de sanções de intuito pedagógico. Tal fato pode ser explicado de forma resumida através deste trecho retirado do edital do concurso público realizado no RN o ano de 2009, no qual a atribuição do agente penitenciário é:

Garantir a ordem e segurança no interior dos estabelecimentos prisionais, bem como em órgãos e locais vinculados ou de interesse do sistema prisional; atuar em suas ações, como agente garantidor dos direitos individuais do preso; acompanhar os processos de reeducação, reintegração social e ressocialização do detento; exercer as atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais; verificar as condições de segurança da unidade em que trabalha e inspecionar as celas e demais instalações físicas, apreendendo objetos suspeitos; receber e orientar presos quanto às normas disciplinares, divulgando os direitos, deveres e obrigações conforme normativas legais; zelar pela disciplina e segurança dos presos, evitando fuga e conflitos.

Para além do descrito acima, há ainda algumas atribuições administrativas, logísticas e de serviços de inteligência. Contudo, há um número ainda reduzido de agentes e como ouvi das próprias agentes femininas: “aqui dentro a gente faz de tudo”. No caso do pavilhão feminino, todo trabalho interno fica sob a responsabilidade das agentes femininas, restando aos agentes masculinos o trabalho de auxílio externo e administrativo ou, em dias de visitas, a responsabilidade na revista dos visitantes do sexo masculino e o auxílio na revista efetuada na entrada de comida e objetos.

Profissionais da saúde e assistência social

Entre as profissionais que trabalham no pavilhão feminino, nenhuma é de fato servidora do sistema, sendo provenientes de cargos comissionados, funcionários cedidos de outros lugares ou voluntários. Vejamos, ainda que brevemente, um pouco de sua atuação. Duas enfermeiras trabalham no pavilhão em regime alternado, estando apenas uma por vez na unidade. As enfermeiras são responsáveis pela administração de remédios às internas que possuem receita médica, trocam curativos, entre outros cuidados médicos competentes a área. De modo geral, a interna costuma ser retirada de sua cela e levada até a sala médica, onde é

atendida. Algumas enfermeiras trabalham no complexo a vários anos, desde a época em que o mesmo era conhecido como “Caldeirão do Diabo”.

A assistente social aparentemente vai uma vez por semana à Instituição. No entanto, só a vi na instituição uma vez durante minha primeira pesquisa, sendo que na pesquisa atual também não a encontrei - ao que parece se encontrava de férias. Em termos gerais, é responsável pelo atendimento dos familiares e companheiros das internas que pretendem realizar algum tipo de visita, pois é ela que, em diálogo com a direção, concede a carteira de visitante para aqueles que desejam entrar no pavilhão nos dias designados para visita íntima ou social.

A médica pediatra vai quinzenalmente a unidade, nas quintas-feiras, onde faz o acompanhamento das crianças que se encontram no berçário. Pelo que nos foi dito, é uma médica já aposentada que faz serviço voluntário. Vai desde 2012 ao pavilhão realizar esse trabalho.

A polícia militar

Os policiais militares são responsáveis pela vigilância externa dos pavilhões, não devendo desenvolver nenhuma atividade dentro da unidade, seja ela masculina ou feminina. No caso do pavilhão feminino, atualmente a vigilância é feita por apenas um policial militar por plantão. Em conversas com nossas interlocutoras na administração da Unidade, há grande reclamação em relação a isso devido ao fato de não se conferir qualquer segurança real apenas com a presença de um policial militar apenas. Noto, contudo, que o que para administração parece ser mais um fator negativo do que positivo, pode ser percebido com outros olhos. Afinal, a que a maioria dos policiais encaminhados para a Unidade, são policiais com suspeitas de corrupção ou com algum tipo de problema na patrulham. Segundo a administração são raras as exceções quanto a esses profissionais, sendo eles muitas vezes os principais suspeitos da entrada de produtos ilegais dentro do pavilhão, entre outros aspectos.

No ano de 2010, quando visitava o CPJC, a vigilância externa era realizada por duas policiais femininas, sendo que nossas interlocutoras desejavam que a rotina voltasse a ser assim. Alegavam que, devido ao fato de ser uma prisão destinada às mulheres, a presença de policiais masculinos, pela proximidade que podem estabelecer com as detentas, pode ser prejudicial à segurança e ao controle da unidade.

Agora que já tomamos conhecimento sobre aqueles que trabalham em função de uma biopolítica do Estado ao administrar e tornar útil as vidas dentro de uma instituição penal, voltemos nossos olhares para aquelas que são administradas, as internas compulsórias do sistema penal.

Estrutura e organização das internas

Como mencionado anteriormente, a ala feminina do CPJC possui setenta e sete vagas para internas distribuídas em um total de dezoito celas, das quais treze celas de convívio⁴¹ e três celas para sanções disciplinares, duas celas especiais e um berçário. As internas, como apontado no quadro acima, podem ocupar diferentes lugares dentro da estrutura da unidade, vejamos como são distribuídas pela administração e quais suas ocupações de acordo o espaço que habitam.

Das celas de convivência

As residentes em celas de convivência são aquelas internas que habitam o pátio do pavilhão e as celas em seu entorno, podem sair todos os dias para o banho de sol que ocorre das 07 às 12 horas, no qual a grade das celas fica aberta e é permitido a conversa entre elas e o livre transitar no pátio. Também podem sair para projetos, cultos religiosos e trabalhos de limpeza quando necessário. Além das celas em torno do pátio, as internas podem ser levadas compulsoriamente às celas de sanção disciplinar, chamada por elas de “castigo” quando violam algumas das regras da Instituição.

No berçário

As internas são transferidas para o berçário quando se encontram entre o oitavo e o nono mês de gravidez, ou mesmo quando chegam à Instituição com bebês de até seis meses. Segundo informações do TJ-RN o berçário teria capacidade para abrigar oito mães, onde poderiam ficar com seus filhos. Entretanto, segundo o depoimento de uma de nossas interlocutoras que morou por vários meses no berçário, o espaço contém apenas três camas,

⁴¹ Onde abrigam em média de três a dez mulheres.

duas embaixo e uma cima, destinadas às mães com bebês. Como resultado, aquelas que ainda estão em estado de gravidez dormem no chão para evitar riscos, como melhor exposto na fala de nossa entrevistada:

Eu tinha dificuldade aqui porque logo quando eu cheguei eu dormia no chão, a mulher grávida baixando e se levantando, tinha muita dificuldade. É porque é assim, são três camas, duas embaixo e uma em cima. Ai a pessoa grávida não vai se arriscar em subir e se machucar né, machucar o bebê. Ai quem chega primeiro que tem bebê, dorme na pedra, ai fica até certo ponto, ai se chegar outra pessoa eu tenho que ceder a pedra praquela outra pessoa, só com bebê, as pedras são só pra quem tem bebê. Ai ninguém dorme na lá de cima a pessoa grávida não vai se arriscar (Bianca, 20 anos, há um ano e três meses no CPJC).

Partindo desse tipo de problema, que denota a existência de uma cela “adaptada” ao uso de mulheres grávidas ou com recém nascidos, vemos o quanto as condições ainda são precárias e em como as melhorias são restritas, muitas vezes resultado de improvisações. Em 2010, ano das minhas primeiras visitas à unidade, não existia berçário, construído em 2011 aparentemente por meio da simples união da cela 14 e 15, com a adição de berços e uma pequena reforma na cela. Nesse sentido, podemos falar em progresso e melhoria, mas esses ainda são aspectos muito distantes do adequado. Fica a impressão, aliás, de que os funcionários fazem o que podem e o fazem com o que têm e está à disposição, muitas vezes inclusive destinando seus próprios recursos para a melhoria do sistema ou contam com doações nesse sentido. Não há, portanto, investimentos significativos com o objetivo de melhoria do sistema em termos mais amplos.

As celas especiais

Há no pavilhão feminino, duas celas destinadas às internas com nível superior ou que precisem por algum motivo serem separadas do convívio com as outras internas. No sistema simbólico local é chamada de “seguro”, pois as internas que lá residem estão “seguradas”, ou seja, com a segurança garantida pela administração. As celas possuem apenas uma cama e

abrigam uma interna cada. No início de nossas visitas elas eram ocupadas por internas com nível superior. Nos últimos meses de pesquisa, não havia nenhuma mulher com nível superior, sendo as celas destinadas para abrigar as apenas que trabalham na cozinha.

As celas especiais ou seguro é vista de forma negativa pelas internas das celas de convívio, pois para elas é o lar das “cabuetas”, internas que fornecem informações de dentro do pavilhão para a direção da prisão. Uma vez que se vai morar no seguro, é preciso lidar com o status negativo adquirido entre as colegas, pois ainda que durmam separadas compartilham o mesmo espaço para banho de sol e outras atividades realizadas dentro da unidade.

Trabalhando na cozinha

A cozinha da prisão feminina, não é muito grande. A demanda é produzir comida para os profissionais que trabalham na unidade e as internas que lá trabalham. Do início da pesquisa até o seu final, acompanhamos duas equipes na cozinha. A primeira era composta por uma cozinheira e duas ajudantes que cuidam da limpeza e auxiliam na preparação dos alimentos, a segunda era composta por apenas duas internas uma como cozinheira e outra como auxiliar.

Trabalhar na cozinha pode ser uma faca de dois gumes no pavilhão feminino do CPJC, uma vez que não fazem comida para as internas e ocupam as celas especiais e, por isso, podem ser vistas como cabuetas. Outro fator que pode ser tomado como negativo é a pressão das internas por contrabandos de todos os tipos, inclusive alimentícios, uma vez que a auxiliar da cozinha é quem entrega as quentinhas que cada interna recebe do governo. Da mesma forma há a sutil curiosidade (cuidadosamente calculada) da equipe da direção, que durante algumas refeições puxa um ou outro assunto sobre as internas e o pavilhão tentando extrair alguma informação sobre as celas de convivência para que possam investigar. O lado positivo é que as apenas que trabalham na cozinha podem circular livremente na parte da frente da prisão e como já mencionado dormir e comer melhor que as demais. Muitas vezes também é possível ver algum parente que veio à Instituição fora dos dias de visitas uma vez que elas ficam logo na entrada do presídio e é possível acenar e às vezes até trocar uma ou outra palavra com o ente querido.

Devido a maior facilidade para contrabandear algo para dentro por aquelas que trabalham na cozinha (inclusive em contato com os PM's e agentes masculinos), ao serem

retiradas para o trabalho e na volta do mesmo, as internas passam pelo detector de metais e por uma revista íntima realizada por uma das agentes de plantão.

Uma vez que vimos um pouco sobre as várias posições que tanto profissionais quanto internas podem ocupar na estrutura física e organizacional da unidade, gostaríamos de no próximo capítulo voltar o nosso olhar para a forma de ingresso na prisão por parte desses da equipe de agentes e as internadas sob sua supervisão.

PARTE II
DAS RUAS À PRISÃO: A INFLUÊNCIA DAS EMOÇÕES NAS
PERCEPÇÕES DE CRIME E JUSTIÇA

Capítulo 4

Amor, Humilhação e Justiça

Neste capítulo, analiso relatos que remontam ao passado das entrevistadas, antes de seu ingresso na prisão, pois pretendo o processo de deslocamento dos sujeitos de sua posição na ampla sociedade para a vida administrada das instituições totais. Uma vez que já demonstrei quais as classificações institucionais para as pessoas que estão em condição de internas e de agentes penitenciárias, passaremos para a análise dos motivos e formas de ingresso dos sujeitos de ambos os grupos no sistema penitenciário e, por fim, no pavilhão feminino. Para isso, em um primeiro momento, mostro o exemplo comparativo de como uma agente e uma interna ingressaram no mesmo estabelecimento em suas respectivas posições atuais. Em um segundo momento, trato da história de vida de três internas que nos contam como vieram parar na prisão por serem “mulher de bandido”. Ao final, desenvolvo minha análise a partir de sentimentos que se apresentam nos fragmentos de suas histórias de vida: o amor, a humilhação e a busca por justiça.

Estudando emoção – As teorias por trás da análise

Minha abordagem das emoções tem como marco fundador os trabalhos de Simmel (2006, 2013) e Mauss (2003, 2009), este primeiro me influenciando com sua teoria da constituição da sociedade através da interação e sua noção de díade e tríade, assim como a distinção analítica de *forma* e *conteúdo*. O segundo com sua reflexão sobre o *Dom*, bem como com sua discussão acerca da expressão obrigatória dos sentimentos, aspecto bastante evidente em minha pesquisa. Afinal, ao focar as emoções, procuro trabalhar com o corpo, a consciência individual e sua coletividade, ou seja, com aquilo que Mauss (2009, p. 334) chamou de *homem total*.

Não é somente tal ou tal expressão de sentimento, tal ou tal atividade intelectual que supõe a coordenação destes três elementos: o corpo, a consciência individual e a coletividade; é a própria vida, é o homem todo, sua vontade, eu desejo de viver ele mesmo sua vida, que devem ser considerados do ponto de vista dessa trindade.

Partindo do trabalho desenvolvido por Mauss (2009) em *A expressão obrigatória dos sentimentos*, passo também a explorar a ideia das emoções enquanto linguagem. Na busca por bibliografia sobre a temática, valho-me das obras seminais de Arlie Hochschild (2013) e Catherine Lutz (1988), que figuram como precursoras no campo da sociologia e antropologia das emoções tal como o conhecemos⁴² hoje.

Trabalho também a ideia da emoção enquanto discurso em diferentes contextos etnográficos, abordando seus usos como linguagem na interação social, como propuseram Abu-Lughod e Lutz (1990). As autoras fundamentam-se em Foucault, tomando como central a definição de discurso como “*práticas que formam sistematicamente o objeto de que falam*” (Foucault, 2000: p.56). Complementam:

O foco no discurso não só permite uma visão sobre como a emoção, como o discurso em que participa, é informada por temas e valores culturais, mas também como ela serve como um operador em um campo controverso da atividade social, como isso afeta o campo social e como ela pode servir como uma linguagem para se comunicar, nem mesmo necessariamente sobre sentimentos, mas sobre matérias tão diversas como o conflito social, os papéis de gênero, ou a natureza da pessoa ideal ou desviante (ABU-LUGHOD e LUTZ, 1990, p.11).

Ao final, Abu-Lughod e Lutz (op. cit) propõem ainda entender os discursos emocionais como atos pragmáticos e performances comunicativas. A partir dessa abordagem, assim como Foucault o fez com o poder, passo a estudar as emoções em níveis capilares e a perceber quais são as mudanças engendradas a nível macro a partir de um nível micro como indicam Rezende e Coelho (2010, p.78):

⁴² Ainda que as emoções estejam presentes na análise clássicos como Simmel (2006), Durkheim (1989), Mauss (2009), Malinowski (1976), Radcliff-Brown (1922) e muitos outros, o estudo das emoções dentro da sociologia e antropologia não se constituía propriamente em uma área de estudos própria, muitas vezes sendo inclusive evitada enquanto objeto da psicologia ou biologia.

É nesse sentido que se pode falar de uma “micropolítica da emoção”, ou seja, de sua capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual. É assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de moralidade e demarcações de fronteiras entre os grupos sociais.

Contudo, para não ficar retido aos discursos contextualizados, procuro também entender suas relações com o *self* através do trabalho de Arlie Horchshild (2013). Esta última responsável pelos conceitos de *regras do sentimento*, *trabalho emocional*, e *labor emocional*⁴³, *conceitos esses* de grande importância na reflexão teórica do presente trabalho. Afinal, o primeiro refere-se a estruturação das regras sociais específicas do que devemos sentir e expressar; o segundo às tentativas que fazemos para *suprimir* ou *evocar* determinados sentimentos em situações sociais específicas e o último ao esforço de gestão emocional, particularmente voltado para a vida profissional e o lucro monetário.

Resumindo, trato das emoções como evocadas por um outro, construídas por um discurso moral estruturante, responsável pelas regras de quando e onde devemos sentir, expressar e representar. Essas regras, por sua vez, são incorporadas no processo de internalização das estruturas pelo *habitus*, como proposto por Bourdieu (2001) e podem ser analisadas como formas de interpretação dos próprios sentimentos, de como falar sobre eles e compartilhá-los com os outros, entre outros aspectos.

Narrativas sobre amor e humilhação

Em nossa sociedade, ocidental e individualista, o amor a nível macro é concebido a partir do discurso romântico que, segundo Giddens (1993), começou a marcar a sua presença a partir do final do século XVIII, quando os ideais de amor intimamente relacionados aos valores morais da cristandade incorporam os elementos do *amour passion*⁴⁴ e criam uma

⁴³ Dos originais *feeling rules*, *emotional work* e *emotional labour* (Hochschild, 2013).

⁴⁴ O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar. O envolvimento emocional com o outro é invasivo – tão forte que pode levar o indivíduo, ou ambos os indivíduos, a ignorar a suas obrigações habituais (Giddens, 1993).

narrativa para uma vida individual. Na contemporaneidade esse discurso ganha centralidade no mundo Ocidental, bem como é representado em mídias como: filmes, novelas, peças, livros e etc.

Contudo, a própria noção do que é o amor vem sendo modificada no seio das sociedades, como nos mostra Bauman (2004) ao falar sobre o *amor líquido* e a fragilização dos laços humanos que estaríamos vivenciando em nossa contemporaneidade por ele definida como *modernidade líquida*⁴⁵. Por isso não podemos pensar somente em termos de um macro discurso sobre o amor, sendo importante notar que diferentes grupos e sociedades desencadearam formas distintas de lidar com o sentimento do amor e suas formas de expressá-lo. É possível dizer ainda que existem diferentes formas de amar, de expressar e de interpretar o sentimento do amor a partir do grupo, sociedade e contexto em que é engendrado. Como escreveu Mauss (2009) “*os sentimentos expressos são como frases e palavras e se é preciso dizê-las é porque todo o grupo as compreende*”⁴⁶.

Fato é que em nossa pesquisa na ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves o amor está no discurso de grande parte das entrevistadas, articulado em sua forma de interpretação local e sua definição modificada de acordo com o contexto em que era invocado durante a entrevista. Desse modo, analiso os relatos da história de vida de duas mulheres entrevistadas no CPJC, uma interna e uma agente penitenciária, demonstrando como a concepção romântica do amor⁴⁷, ainda hegemônica em nossa sociedade, influenciou a vida dessas mulheres e acabou atuando como um *catalisador emocional*⁴⁸ em eventos de grande importância nas suas trajetórias de vida. Seguiremos então com suas narrativas e como elas nos contam essas histórias de como uma vez o amor se transformou em humilhação.

⁴⁵ Onde os valores morais da “modernidade sólida” são desconstruídos e impera a fluidez, insegurança e incerteza. O que dessa forma nos levaria a viver o presente de forma artificial e consumista.

⁴⁶ Logo seus significados são contextualizados, ou situacionais, como apresentado por Abu-Lughod e Lutz (1990).

⁴⁷ Onde se estabelece um relacionamento amoroso como projeto de longo prazo, baseado na crença de que aquela pessoa com quem se relaciona é única, que outro evento assim não se repetirá na vida. Desta maneira se cria uma narrativa própria do relacionamento, trazendo o outro para dentro dessa narrativa individual o que caracteriza o romance (Giddens, 1993). O amor romântico, contudo, favorece sentimentos como o ciúme, raiva e outros tantos, quando o outro envolvido se distancia do esperado pelos valores morais do primeiro.

⁴⁸ Utilizamos essa noção de catalisador para nos referir a capacidade de estímulo, intensificado, das reações emocionais em situações sociais críticas, provocadas pelo amor.

Silvia

Silvia é brasileira, tem 29 anos e é mãe de dois filhos. Está cumprindo pena pela primeira vez pelo crime de homicídio qualificado (artigo 121 e 531 do código penal), recebeu uma pena de 14 anos em regime fechado. De acordo com a legislação vigente, se mantiver bom comportamento, poderá sair após 5 anos e 8 meses de cumprimento da pena em regime fechado. É natural de Natal-RN e antes de ir presa já havia atuado como traficante, mas nunca havia sido presa. Seu primeiro contato com a prisão se deu através das visitas que realizava para os ex-companheiros.

Tinha um relacionamento fixo com um homem fazia algum tempo (de acordo com ela, eram “juntos”, “vivia com ele”). Certo dia o homem foi preso e passou quase dois meses na prisão, ao sair, segundo ela:

Quando ele saiu tava quieto né tudo bem, depois começou a ir pra festa... Arranjou uma jovem... Ai eu fiquei sabendo. Daí eu perguntava e ele não me dizia nada, dizia que era mentira.

Certo dia Silvia foi a um bar no bairro em que vivia e viu o seu companheiro com uma jovem. Passou por ele sem falar e se dirigiu a outro bar próximo, onde começou a beber. Depois, viu o companheiro passar com a jovem e se despedir dela...Uma vez que a moça havia ido embora ele se dirigiu para o bar em que nossa interlocutora estava e começou a beber também. Segundo ela, depois de um tempo, foi embora. Silvia nesse momento já havia misturado bebida alcoólica com algum remédio o qual ela não lembrava o nome. Foi quando já de dia decidiu ir para casa...

Quando foi umas oito horas da manhã, eu acho por aí, eu fui me embora pra casa. No caminho encontrei ele num carro de cachorro quente e falei que ia matar ele. Sempre dizia isso a ele... Aí, ele, com ar de deboche fez assim pra mim...Um “tô ligado” [acena pra mim imitando o gesto de desprezo]. Aí eu fiquei com raiva. Ao invés de ir pra casa eu fui pro bar, peguei a faca e fiquei esperando ele.. Quando ele veio, eu chamei ele... Aí eu não falei nada e fui logo dando uma

[faz o gesto e o som com as mãos PAH!] punha... Não era um punhal não, era uma faca! Eu fui logo dando no peito dele.. Aí ele pegou assim no sangue... olhou... Foi andando, deu vontade de eu dar outra...Aí a consciência pesou “Aí não vou fazer isso não”... Aí fiquei esperando ainda ele cair...aí quando ele caiu... Aí eu peguei... Quando eu olhei já tinha povo correndo atrás de mim pra me espancar. E demorou muito não. Eu acho que eu não passei nem quinze minutos e a polícia chegou. Fui presa em flagrante.

Passado o momento do ataque ao companheiro, Silvia relata que não sabia direito o que tinha acontecido e que acreditava que não tinha matado ele até que já uma vez detida recebeu a notícia.

Eu não sabia que ele tinha morrido entendeu? Eu pensava que eu tinha só desmaiado ele, não sei, passava na minha mente que eu tinha desmaiado ele porque quando a viatura chegou a ambulância já tinha levado ele. Pensava que ele tava vivo, ai quando a gente chegou na 1ª DP ai a ambulância tava, ai eu fiquei olhando assim... Ainda não tinha caído a ficha não que ele tinha morrido, ai eu fiquei olhando assim “Vissh! Uma ambulância!?”. Ai o policial foi desceu foi lá quando voltou disse assim “É, o *boy* foi a óbito” desse jeito. Ai foi quando caiu a ficha que eu tinha feito isso, ai eu fiquei desesperada, mas não adiantou de nada. Ai eu dentro da delegacia sendo autuada, o senhor que vive com a avó dele dando depoimento contra mim, o padrasto. E fiquei autuada lá de umas 9 e pouco (da manhã) até 11 horas da noite sentada numa cadeira algemada.

Quando perguntada do porquê reagiu dessa forma a situação social apresentada, se havia sido por ciúme, ela respondeu:

Foi assim por ele duvidar da minha palavra, não foi nem tanto o ciúme, porque eu num passei falando pra ele que ia matar ele? Porque ele ficou debochando da minha cara? Aí foi isso que me levou a fazer

isso com ele, só que eu não pensava em matar ele, eu pensava que eu só tinha furado ele.

Paloma

A agente penitenciária Paloma, tem 32 anos, é natural de Natal-RN, antes de ocupar o seu atual cargo já havia trabalhado para o setor privado e para a prefeitura quando foi aprovada no concurso para agente penitenciária do estado do Rio Grande do Norte. Durante o período anterior ao trabalho no sistema penitenciário, tinha um relacionamento estável com um homem o qual está relacionado com sua motivação de ingresso no trabalho na área da segurança pública. Sobre esse processo, conta:

Eu queria me envolver na segurança porque eu passei 7 anos morando com uma pessoa que eu achava que eu amava, mas eu não amava e... Por incrível que pareça essa pessoa me batia... [começa a falar com a voz embargada e lágrimas nos olhos] Então, esse sentimento.... Se transformou tipo numa revolta... Eu disse “Eu vou fazer parte da segurança!” e essa pessoa me jogava muito pra baixo. “Eu vou fazer parte da segurança [continua segurando o pranto e falando pausadamente] porque um dia você vai cair na minha mão!” e como eu queria ser PM e ele dizia que eu nunca ia ser, eu mostrei pra ele como eu ia entrar na área de segurança, e hoje em dia eu tô na área de segurança, apesar de eu não gostar de ser agente penitenciária.

Quando perguntado se esse homem tinha alguma relação com a área da segurança pública ou se ela havia tomado essa decisão objetivando algum tipo de vingança, ela responde:

Não, ele tinha ódio da área de segurança. Foi para mostrar que eu sou capaz de fazer tudo contra o que ele dizia! Ele me menosprezava muito! Muito! Baixava minha autoestima demais! Eu quis mostrar que eu conseguia!

Ao perguntar à nossa interlocutora se ela havia feito algum tipo de denúncia contra a violência doméstica que sofria, Paloma confidenciou que uma vez havia chegado a denunciar o ocorrido, mas que havia retirado a queixa quando perguntado o porquê, ela respondeu o seguinte:

Não botei o caso pra frente não. Porque eu fiquei com aquilo na cabeça de um dia ele cair no sistema e ai ele ia sofrer praticamente o que eu sofri.

Ambos os relatos de trajetórias de vida são marcados por pontos em comum e que em plano analítico poderíamos classifica-los em três etapas e observarmos que em ambos os casos as interlocutoras até então amavam alguém, depois sofreram com os *atos de desconsideração* em decorrência se sentiram humilhadas e após isso buscaram restabelecer a dignidade ofendida, através do reconhecimento de um outro enquanto pessoa digna.

O que cabe agora fazer é, se utilizando das etapas traçadas a partir das narrativas destacadas, compreender como se deu a passagem através de cada uma delas culminando no ponto de mudança crítica de suas trajetórias de vida. Ou seja, em outras palavras, compreender a influência das emoções nas relações sociais, problematizando os sentimentos envolvidos na situação de ruptura do elo social de consideração mútua, que possibilitava até então a interação social sob a forma do relacionamento amoroso.

Amor, humilhação e reparação.

Compreendo a série de etapas citadas acima dentro das dinâmicas de reciprocidade a partir do que Mauss (2003) chamou de *dádiva* e da discussão feita por Bourdieu (1996) acerca da retribuição, desonra e a relação com o tempo de resposta. Como coloca Cardoso de Oliveira (2004, 2011), a dádiva não se restringe aos *bens*, mas também se estende ao simbólico e seu foco é no “elo social”, ou seja, no vínculo responsável pela manutenção das relações sociais. Ao longo da análise espero tornar claro a proposta anunciada. Para tanto, inicialmente, passo ao primeiro ciclo da dádiva, o *opening gift*⁴⁹.

Primeira etapa: O dom de abertura

⁴⁹ O *dom* inicial ou *dom* de abertura, como chamou Malinowski (1976).

Conforme demonstrei anteriormente, ambas as nossas interlocutoras estavam em um relacionamento com homens que diziam amar. O amor por elas expressado e compartilhado se configura como o *dom* oferecido ao outro (nesse caso como bem simbólico) com quem se quer estabelecer ou manter um vínculo (ou como diria Mauss, um “contrato”), assim também como um constante esforço emocional de fusão com o outro. Sendo assim acreditamos que a expressão do sentimento amoroso, quando recebido e retribuído, firma um contrato simbólico, não-consciente, entre as partes dando início a um ciclo de reciprocidade Maussiano.

O *dom* inicial, que para ser considerado como *dom* não pode parecer como tal, nem pra quem o oferece e nem para quem o recebe, ou seja, ele “encerra uma incerteza, logo, uma abertura temporal: pode-se sempre optar por não responder à interpelação, ao convite ou ao desafio, ou por não responder de imediato, por adiar, por deixar na expectativa” (Bourdieu, pág. 14; 1996). A expressão do amor⁵⁰ como dádiva simbólica, antes de tudo, figura como um ato de consideração e reconhecimento do outro a nível emocional por quem expressa. Essa expressão do sentimento ao outro se configura como o primeiro *dom* no ciclo da dádiva, quando o outro o recebe e retribui de forma positiva, firma um contrato implícito a nível simbólico que concretiza o relacionamento, o que Malinowski chamou de *clinging gifts*⁵¹.

Uma vez estabelecido o contrato simbólico entre os parceiros a relação passa a existir dentro dos padrões morais dos seus integrantes e esse padrão irá determinar a morfologia do relacionamento, dessa forma também o que é considerado insulto/elogio, consideração/desconsideração e assim sucessivamente. Desse modo, é possível pensar que o relacionamento funciona dentro de um sistema de trocas recíprocas em que:

Em várias circunstâncias os atos de troca são ritualizados, onde a forma prescrita é prenhe de significados e sugere que o cumprimento da obrigação moral embutida nestes atos não se esgota na satisfação dos interesses das partes, nem na afirmação de um direito, mas requer a demonstração do reconhecimento do valor ou mérito do receptor da dádiva (Cardoso de Oliveira, 2004).

⁵⁰ A expressão dos sentimentos como colocou Mauss (2009) constituem uma linguagem simbólica que pode ser expressa não só em palavras mas através de ações distintas com significados próprios ao grupo que os partilha.

⁵¹ “A “oferenda que aferrolha” a transação” (Malinowski *apud* Mauss, 2003, pág. 223).

Segunda etapa: Reconhecimento e retribuição

Em nosso plano analítico a segunda etapa dos relatos examinados acompanha os dois últimos movimentos do ciclo da dádiva, o recebimento e a retribuição do *dom* ofertado. O momento em que se recebe, é marcado pelo reconhecimento do outro enquanto pessoa através do que esse vem a oferecer enquanto bem simbólico. Porém, muitas vezes, aquele que é o destinatário da dádiva pode não perceber seu significado e por isso não entendê-lo enquanto bem ofertado. Dessa forma, dificultando o estabelecimento do vínculo social pretendido, que pode originar uma resposta discrepante do sentido pretendido ou mesmo a ausência de qualquer resposta, essa última que para Bourdieu (1996, p.15) é:

Essencialmente ambígua e pode sempre ser interpretada, por quem tomou a iniciativa da troca ou por terceiros, como uma recusa a responder e uma espécie de gesto de desprezo, ou como uma evasiva provocada pela impotência ou covardia, que lança na desonra.

Contudo, no caso das interlocutoras citadas, aqueles a quem elas ofertam seus sentimentos e sua consideração, são parceiros de uma longa série de trocas cotidianas e responsáveis pela manutenção do relacionamento amoroso estabelecido. Dessa forma, os parceiros já haviam recebido e retribuído várias vezes antes, reconhecendo-as enquanto pessoas dignas de retribuição, concedendo-lhes o mérito do *dom* antes recebido. Quando a partir de determinado momento e por diferentes motivos, os parceiros passam a não conferir mais a elas essa qualidade, o primeiro agindo com indiferença e o segundo respondendo através do insulto, há uma ruptura ou tensão nesse vínculo. Vejamos uma síntese dos dois casos:

Silvia se sentiu traída após tudo que fez por seu companheiro, de ter o visitado enquanto estava preso e ter esperado por ele até sua libertação. Mas, finalmente, quando ele sai da prisão passa a ignorá-la e a sair com outra mulher, até que, na noite anterior ao crime, ela assiste o companheiro ao lado da “outra” na rua em que moravam, no bar em que estava bebendo. Quando posteriormente se dirige ao companheiro para fazer ameaças de morte para que aquilo não se repetisse, o mesmo age com indiferença à sua pessoa e zomba da

capacidade da realização do ato, o que resulta no assassinato dele - quando ela tenta demonstrar que podia fazê-lo.

De outro modo, Paloma, em sete anos de convívio com o companheiro, além das agressões físicas, sofria com humilhações constantes que ficam evidentes quando ela relata: “...essa pessoa me jogava muito pra baixo”; “Ele me menosprezava muito! Muito! Baixava minha autoestima demais!”. Durante a interlocução se tornava claro que bem mais que a dor física, a humilhação sofrida pelos atos de desconsideração deixou marcas bem mais duradouras. Ela então desiste da ação legal que não a contemplava quanto ao dano moral sofrido⁵² e traça novos planos para recuperar a dignidade perdida⁵³.

No caso delas, a interpretação da ausência de resposta por indiferença (no caso de Silvia) e uma resposta negativa (no caso de Paloma), em um relacionamento com um longo histórico de trocas, é tomado como *insulto moral* que carrega consigo não só o não reconhecimento do bem simbólico em si (os sentimentos), mas também daquele que oferta enquanto pessoa, pois o *dom* traz consigo, parte daquele que dá.

Terceira etapa: A busca por reparação

Ao analisar esses dois casos, percebo que ambas as entrevistadas sofreram atos de desconsideração que culminaram no rompimento definitivo dos relacionamentos amorosos e no sentimento de humilhação. O sentimento de humilhação, como aponta Coelho (2012), possui uma dimensão pública e relacional e que se expressa nos casos acima citados onde nossas interlocutoras se viam humilhadas diante dos parceiros ou/e diante de terceiros por causa deles. A humilhação é tomada pelas entrevistadas como um sentimento insuportável que parece não ter fim, como é possível ver na forma que elas descrevem o que sentiram. É um sentimento que vem de fora porque é impelido pelo outro ou pelos outros, nesse caso os parceiros. É holístico porque afeta o corpo como um só, chegando a criar reações psicossomáticas. E acarreta em uma perda de identidade pelo caráter da negação da pessoa pelo outro. Sendo assim, “o insulto moral que se faz presente quando a identidade do interlocutor é indisfarçavelmente, e por vezes incisivamente, não reconhecida” (Cardoso de Oliveira, 2011).

⁵² Sobre isso ver Cardoso de Oliveira (2008).

⁵³ Para saber mais sobre a relação entre agressão física conjugal e insulto moral ver Simião (2005).

É importante destacarmos aqui que em ambos os casos vemos uma explícita falta de reconhecimento das nossas interlocutoras como sujeitos capazes de ação. Sua agência (*agency*) é por vezes não reconhecida, o que agrava o insulto e subsequentemente o sentimento de ressentimento.

A impotência perante o *insulto moral* sofrido dá lugar ao desejo de reparação, o qual muitas vezes pode ser exercido através do ódio. A reparação, procurada através ou independente do sentimento de ódio, visa restabelecer a identidade, ou seja, recuperar a dignidade perante os outros. O sentimento de humilhação tem não só uma dimensão pública (e relacional entre os sujeitos), mas também um forte componente moral⁵⁴, pois é em relação ao papel apresentado por uma pessoa em sociedade que ela se articula. Então com a identidade negada e tomadas por um sentimento de humilhação, as interlocutoras se veem impelidas a restituir a sua reputação enquanto pessoa digna de respeito.

Silvia tenta através de um ato de agressão física, carregada de um caráter pedagógico moral no seu entendimento, passar a mensagem “não duvide do que eu posso fazer, pois se eu quisesse mesmo te matar, eu já o teria feito”⁵⁵. O que acontece é que ao não medir o impacto da agressão, ela acaba levando seu companheiro à morte. Essa atitude de agressão não é de caráter extraordinário para o contexto local, um bairro pobre de um interior do Rio Grande do Norte, onde a violência faz parte do cotidiano local e é

Portanto, uma arma mais ou menos aceita (ou pelo menos esperada) para a resolução dos conflitos e, nesse sentido, podemos dizer que a força física é um elemento importante na organização da vila. Contudo, estamos longe de sugerir que essa organização representa uma forma "menos civilizada" ou mais "natural" da vida social. Existem limites específicos ao exercício da violência, revelados pelas sanções coletivas contra pessoas que vão além de tais limites. Ao que tudo indica, o assassinato jamais é aprovado (FONSECA, 2004, pág. 24)

⁵⁴ Entendemos moral aqui como “as regras que definem como um ator se comporta em jogo” (Cardoso, p.95)

⁵⁵ Aqui é interessante reforçar que a ação tomada pela interlocutora não tinha como intenção a concretização do ato de assassinato, mas sim provar sua capacidade de fazê-lo se ela assim desejasse.

Desta forma, com o assassinato do parceiro, a entrevistada transgrediu não só a normativa legal, mas também as normas morais locais o que quase ocasionou em seu linchamento, só sendo “salva” graças à chegada da polícia, 15 minutos depois. O ato que transcende a violência localmente legitimada e resulta no assassinato pode ser classificado naquilo que o sociólogo Jack Katz (2013) chamou de *massacre justo*⁵⁶, onde o ato, para o seu autor, é emocionalmente justificado em função de uma reparação moral contra a vítima, transformando o assassinato em um massacre sacrificial em defesa de um bem moral maior. O ato não vem de uma intenção direta e premeditada, mas sim do resultado de um longo processo de atos de desconsideração sofridos que culmina em agressão como uma espécie de última defesa da respeitabilidade, não tendo o homicídio como objetivo, pois o sujeito “não mata até que, e a não ser que, consiga modelar a violência de forma a expressar o sentido situacional de defesa de seus direitos. Sem o artifício moral, a violência não funcionaria, nem mesmo momentaneamente, como uma fuga existencial” (Katz, 2013, p.246).

Paloma, por outro lado, retira a queixa que havia dado na polícia referente às agressões físicas que sofria em casa, visto que poderia acarretar em mais problemas e não resolveria a dimensão moral envolvida no caso. Pouco tempo depois, o relacionamento chega ao fim após mais uma nova agressão e ela passa a se dedicar aos concursos públicos e a obter uma vaga na universidade. Ela estava decidida a fazer tudo o que um dia foi dito que ela não teria capacidade de fazer, buscando dessa forma através do reconhecimento da sua agência, recuperar a dignidade ofendida.

Uma reação como a tomada por Paloma não é incomum entre as vítimas de violência doméstica, devido a uma deficiência do judiciário em lidar com o conteúdo moral envolvido na ofensa, segundo Cardoso de Oliveira (2008; p.139):

Além da alta incidência e reincidência de casos de mulheres que são repetidamente agredidas por seus companheiros e não encontram nos tribunais uma proteção adequada, o modo pelo qual suas causas são equacionadas nos Juizados dirige-se exclusivamente à dimensão física da agressão, deixando inteiramente de lado o aspecto moral que, de certo modo, machuca mais e tem consequências mais graves. Refiro-me ao processo de desvalorização da identidade da vítima, levada a

⁵⁶ Do original *righteous slaughter*.

assumir a condição de total subordinação às idiossincrasias (agressivas) do companheiro. O discurso da perda da identidade é recorrente, e os direitos agredidos neste plano não encontram respaldo no processo de resolução de disputa no âmbito do Judiciário.

Desistindo do inquérito policial, nossa entrevistada opta por outros meios para a obtenção do reconhecimento pretendido. Através das realizações pessoais, de tudo aquilo que lhe foi dito que era impossível, ela passa a mensagem “está vendo? Eu posso! Reconheça que você estava errado o tempo todo!”. Contudo ao não obter a reparação pretendida do ex-companheiro, a busca parece continuar, já que mesmo tendo entrado para a área de segurança não houve reconhecimento⁵⁷ e com isso uma reabilitação da identidade distorcida pelo dano moral e psicológico causado

Conclusão

De acordo com o que foi apresentado anteriormente temos o amor, como ponto inicial da motivação que levou ambas as interlocutoras a ingressar no pavilhão feminino, uma voluntariamente e a outra compulsoriamente. Apesar de ocupar o ponto de partida o amor neste caso ocupa o lugar de um intensificador de outras emoções que a ele se conectam. O ponto central aqui é a humilhação gerada por um processo de sucessivos atos de desconsideração que chegaram ao limite do insuportável para elas.

Contudo, se a humilhação aqui representa o papel de motor responsável por conduzir essas mulheres a uma busca por justiça na reparação de suas identidades, o amor foi o combustível responsável por abastecer esse sentimento. Se as sujeitas das nossas histórias não estivessem em um relacionamento amoroso com seus parceiros, onde a consideração pelo outro é central e mantida através de trocas afetivas constantes, a intensidade e duração do sentimento de humilhação e conseqüentemente do desejo de reparação moral seriam diferentes. Como por exemplo: Se um desconhecido se recusa a falar conosco na rua, ainda que cause o desconforto da negação, é bem provável que façamos piada da situação e depois podemos nem nos recordar do que aconteceu. Entretanto, se uma pessoa do nosso convívio a

⁵⁷ Aqui talvez pelo fato do cargo de agente penitenciário, o que estaria de acordo com o sentimento negativo de Paloma quanto a profissão.

quem muito estimamos demonstrasse a mesma atitude, haveria grande preocupação por nossa parte e, em se confirmado a indiferença, possivelmente poderia dar lugar a um sentido de insulto moral.

Cabe, contudo, esclarecer que ambas não procuravam vingança, mas sim justiça, através do reconhecimento como pessoas dignas por aqueles que as ofenderam e a quem diziam amar. Mais do que vingança, portanto, o que pretendem é uma restituição moral.

De acordo com o que foi apresentado nas três etapas estabelecidas para a análise dos casos entendo que durante a primeira etapa houve o estabelecimento e a manutenção de ambos os relacionamentos. Foi o sentimento do amor, pois sua expressão e reconhecimento enquanto dádiva era o que mantinha o elo social. Na segunda etapa em análise o recebimento e a retribuição do amor e dos sentimentos a ele vinculados, percebemos que houve um rompimento no elo que mantinha o relacionamento. É quando elas se sentem desrespeitadas através de atos carregados de desconsideração por parte de seus amados parceiros, desta forma anulando o contrato implícito de retribuição. Na terceira etapa vemos as nossas entrevistadas em uma busca por justiça, através do reconhecimento de sua identidade e capacidade de ação, perante seus companheiros e ao grupo local.

Desta forma, concluo que ambas as nossas interlocutoras ingressaram no pavilhão feminino como consequência da busca por justiça em defesa dos seus direitos enquanto pessoa digna. O processo que levou a isso pode ser explicado através de três etapas e o sentimento que nelas preponderam: o amor do início, a humilhação do insulto que origina o rompimento, e a justiça que buscam em reparação ao dano moral sofrido.

Ainda que no caso de Silvia as coisas não tenham acontecido como previsto, ela acabou por recuperar o respeito perante o bairro⁵⁸. Tendo assassinado o companheiro que a havia traído, ela se apaixonou por uma apenada que conheceu na CDP de Nova Parnamirim (conhecido como Galpão⁵⁹) algum tempo depois. Após meses se relacionando com ela, foi transferida para a ala feminina do CPJC, enquanto sua companheira progrediu para o regime semiaberto. Silvia espera, ao sair, poder reencontrá-la e viver com ela. Hoje, diz perceber que não amava o ex-companheiro e que nunca pretendeu mata-lo, apenas mostrar a ele que podia fazer, se assim o quisesse.

⁵⁸ Ainda que banida do mesmo, passou de “chifruda” a criminosa perigosa (conferir a ideia de “sujeito bandido” no próximo capítulo).

⁵⁹ A CDP é assim chamada devido ao seu aspecto físico parecer o de um galpão onde em celas coletivas se espremem até quarenta mulheres.

Já Paloma estava até então infeliz no trabalho de agente penitenciária e ainda tenta ser policial. Seu ex-companheiro nunca foi preso por uma infração e ela diz não ter conseguido mais manter relações amorosas estáveis devido ao receio que sente em experimentar situação semelhante a do passado. Ela sofre com problemas interpessoais no trabalho e estava no CPJC através da sua quarta transferência de unidade. Contudo, diz não pensar mais em ser policial por causa dele, mas sim para evitar que outras mulheres sofram as injustiças que ela sofreu. Está terminando seu segundo curso na universidade e deseja poder sair do trabalho de agente penitenciária no futuro.

Capítulo 5

O amor da “mulher de bandido”

Em um primeiro momento através do caso de duas mulheres entrevistadas, mostramos duas formas de se ingressar na prisão. Fizemos também uma profunda análise de qual seria a motivação que as conduziu respectivamente em um caso a se inscrever em uma seleção para o trabalho de agente penitenciário e, no outro, a entrar no crime. Concluimos que nos dois casos a busca por justiça pessoal fez com que essas duas mulheres tomassem decisões críticas que as conduziram ao pavilhão feminino da João Chaves. No presente momento voltaremos nosso olhar para a forma compulsória de ingresso na prisão, ou seja, através da condenação ao cumprimento de pena em regime fechado.

Estarei problematizando o dito “amor bandido” como motivação da entrada no crime e consequentemente no sentenciamento ao regime fechado de reclusão. Outras categorias como as de “bandido”, “bandida” e “mulher de bandido” também serão tensionadas e articuladas, pois ambas são fundamentais na percepção dessa forma de amar. A escolha por utilizar tais termos de uso comum é justificada na medida em que problematizo os relatos de três internas, entrevistadas na penitenciária feminina do CPJC, que nos contam como foram presas e acabaram ingressando compulsoriamente no referido estabelecimento. No percurso, tento compreender também as consequências da incorporação desses termos ao imaginário social brasileiro.

A Construção da “identidade bandida”

A palavra “bandido”, segundo o dicionário Michaelis de língua portuguesa, significa:

adj (part de bandir) Desterrado por meio de *bando*²; banido. *sm* **1** Indivíduo que vive do roubo e anda fugido à perseguição da justiça. **2** Salteador de estradas; bandoleiro. **3** Malfeitor. *aum:* *bandidaço*. *dim:* *bandidinho*. *col pop:* *bandidada*. *Trabalhar de bandido (contra alguém):* fazer algo contra os interesses de uma pessoa.

A origem da associação da palavra bandido ao significado negativo que hoje possui, remonta ao nosso passado colonial e posteriormente ao nascimento da criminologia moderna. Tal significado é marcado por um forte estigma de cor, etnia e nacionalidade e que foi estabelecido em nossa sociedade através de séculos de discriminação, matanças, conversões religiosas e trabalho escravo. Era atribuído ao negro e ao índio malefícios morais, construído a partir de um discurso religioso que com o passar dos séculos daria seu lugar ao discurso científico do darwinismo e evolucionismo⁶⁰ social.

Com o nascimento da criminologia moderna no século XIX, se firmaria um saber científico que tinha como objetivo primeiro estudar as causas do comportamento desviante. É através do discurso criminológico que se evidencia o conceito de “periculosidade”, que de acordo com Foucault (1978, p.68) significa:

Que o indivíduo deve ser considerado, pela sociedade, pelo nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos e suas infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam.

Se a suspeição já pairava sobre os indivíduos estigmatizados em nossa sociedade, a noção de periculosidade vai servir para legitimar toda uma série de ações discriminatórias disfarçadas de medidas preventivas em relação a esses possíveis criminosos. O vínculo entre a segregação etnoracial e periculosidade vai se dá quando a partir de uma série de estudos de caráter frenológico e antropométrico cria-se a noção de criminoso atávico (LOMBROSO, 1887) que seria um criminoso passível de classificação física, estagnado no tempo, socialmente incapaz de internalizar as normas sociais. De acordo com essa teoria tanto o comportamento como suas propensões futuras ao crime poderiam ser determinadas por alguns aspectos anatômicos, sendo o principal deles o tamanho e forma do crânio.

⁶⁰ Ambas as teorias estabelecem uma linha de evolução na qual o homem partiria de um estado anomalístico e primitivo até um estado mais civilizado. Enquanto o darwinismo se focava no homem enquanto ser biológico, o evolucionismo social se focava nas sociedades ou culturas, mas ambos classificavam o homem branco europeu como auge da evolução, enquanto que os homens de outras cores e etnias, estariam em estados inferiores.

Não seria errôneo, portanto, afirmar que esse criminoso em potencial seria encontrado nos povos e nos indivíduos sujeitados ao domínio europeu e subjugados em suas potencialidades humanas. “As populações que formavam as Américas e a África, sobretudo, negras, indígenas e mestiças, seriam consideradas como o que LOMBROSO (1887) denominou de ‘criminoso nato’” (TERRA, 2010a, p. 73).

Durante mais de um século o discurso criminológico sobre a periculosidade foi incorporado ao imaginário social brasileiro. Hoje ainda que a própria criminologia tenha avançado, ampliado seus métodos, objeto e critique veemente as teorias evolucionistas lombrosianas, o tipo suspeito no Brasil foi, há muito tempo, agrupado a estereótipos de cor, etnia e classe, habitando negativamente o cotidiano das cidades brasileiras. Segundo Terra (2010b, pág. 202-203) consolidou-se uma “identidade bandida” que

Não obstante, representa uma disposição adquirida e compartilhada a partir das categorias interpretativas discutidas, cuja principal finalidade é demarcar a partir do corpo, grupos sociais considerados bio-psicológico e moralmente desiguais. A ideia assinala uma “forma de ver, compreender, imaginar e associar” (comumente partilhada) o outro, o diferente, construída intelectual-sócio-historicamente e alocada sobre o outro (grupo social ou indivíduos que carregam as marcas físicas que os definem como suspeitos e perigosos) por aqueles que detêm o domínio das categorias interpretativas da criminologia (intelectuais, sistema jurídico-penal, aparelho policial, médicos).

Nas sociedades de capitalismo avançado a “identidade bandida” é atribuída aos mais pobres como uma forma alternativa de lidar com os problemas sociais causados pela má distribuição de renda, desemprego e crescimento populacional, o que Wacquant (2001) chamou de “tratamento penal da pobreza”. Aqui a qualificação evolucionista antes atribuída diretamente a um estereótipo etno-racial, antes de tudo passa a ser econômica, pois na ótica deste tipo de sociedades a fonte das mazelas sociais se encontra na pobreza, como representação social dos tipos degenerados que nela vivem.

No caso da sociedade brasileira as classes populares que habitam os bairros pobres, favelas e vilas, são em grande parte formada por negros e pardos. Desta forma junta-se ao “tratamento penal da pobreza” mais de 500 anos de história colonial, em que o negro segue carregando o estigma atribuído à sua cor. Ou seja, a “identidade bandida”, passa a ser largamente atribuída ao jovem negro, pobre e habitante das regiões mais desvalorizadas das cidades brasileiras.

Tal enquadramento do sujeito enquanto criminoso em potencial demarca o início de um processo de “sujeição criminal” como nos explica Misse (2010)

O rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. Assim, o conceito de sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio (p.23).

Na sujeição criminal o sujeito internaliza uma série de símbolos referentes ao crime de uma forma que cria uma autoconcepção de si que faz jus a imagem incriminatória que fazem dele. Ou seja, é o processo pelo qual o crime se inscreve na subjetividade do ator social, de uma maneira que o mesmo o incorpora à sua própria identidade.

Contudo, o termo “bandido” é ressignificado dentro das comunidades pobres nas quais as práticas ilícitas como tráfico, furtos e outros crimes fazem parte do cotidiano dos atores sociais. Esses sujeitos enquanto que tidos como perigosos, portadores de uma identidade bandida, estão sujeitados a internalizarem todo um universo de significados que permeiam o crime. Mas no uso cotidiano do termo, para ser “bandido” não basta se identificar como tal, mas também ser identificado (e com isso legitimado) da mesma forma pelo grupo local. Entretanto a classificação de “bandido” local, mais alinhada a descrição presente no dicionário Michaelis antes citada, se refere exclusivamente as práticas ilícitas.

Já que grande maioria dos moradores também se incluem nas categorias de negro/pardos e pobres, a “bandidagem” é classificada localmente através dos seus crimes o que inclusive faz variar a classificação nativa dada ao bandido que pode ser chamado de

“bandidinho”, “bandido” ou “bandidão”. A diferença de classificação nesses termos varia de acordo com o crime praticado, apenas a título de exemplo: os ladrões, aviões/vapor⁶¹, normalmente classificados na primeira, traficantes, estupradores e na terceira, assassinos na segunda e assassinos ou traficantes famosos na comunidade.

Contudo, ser bandido é adquirir um *status* de respeito perante o grupo local que garante que boa parte da comunidade não vai querer criar problemas com um deles, da mesma forma garante vantagens no comércio, na interação com as mulheres mais jovens e em outros aspectos do cotidiano e da manutenção de uma qualidade de vida muitas vezes superior à dos outros moradores que se consideram “trabalhadores”. Ainda que exposto de forma resumida, vimos como se construiu o sujeito criminoso, através de um discurso científico, religioso e político. Como também se transformou no popular termo “bandido” e é utilizado cotidianamente nas classes populares. Não podemos, contudo, pensar em uma ideia homogênea e uniforme para o termo como demonstrarei ao tratar do termo “bandida” e aos significados aos quais se vincula.

A “bandida”

Em um primeiro momento examinamos a origem de uma “identidade bandida” na qual alguns tipos estereotipados de nossa sociedade foram encaixados como criminosos em potencial. Entretanto, tal identidade é masculinizada e referente a uma representação social do “bandido”, quando falamos de mulheres “bandidas”, o significado é bem diferente. Apesar de que de forma geral a identidade bandida formada sobre as mulheres seja a da mulher, assim como no caso dos homens, jovem, negra e pobre, essa identidade é formada a partir de um discurso carregado de significados referentes ao sexo. No discurso do senso comum o termo “bandida”, muito diferentemente de “bandido”, tem como principal significado compartilhado, a mulher atirada, que se expõe a procura de homens, de caráter promíscua e infiel.

O significado popular do termo pode ser visto em programas de TV e músicas voltadas ao público das classes mais populares, como no bordão “Ai como eu tô bandida!” da personagem Valéria Vasques, interpretada pelo ator Rodrigo Santanna no programa Zorra Total da Rede Globo, que aparece sempre que a personagem dá alguma cantada ou

⁶¹ Avião e vapor é uma classificação do tráfico para aquele que leva pequenas quantidades de drogas para vendas rápidas.

literalmente se atira em algum homem presente no metrô. Na letra da música “Bandida”, da dupla Rick e Renner, o termo é associado a infidelidade, como podemos ver nos trechos destacados:

*Deus, ela foi capaz de me pedir para entender
Seu sentimento por alguém
Deus, ela foi capaz de me dizer que gosta de outra pessoa olhando
assim nos olhos meus.
(...)
Faça que eu esqueça
Tire essa mulher de mim
Me tire desta situação
Deus renove a minha vida
E tire essa bandida do meu coração.*

Ainda em outro exemplo vemos como na letra de uma música de funk chamada “Ai, como eu tô bandida” da funkeira MC Mayara, vemos o termo adquirir significado referente a promiscuidade:

*Mulher de um homem só
É uma mulher sofrida
Mulher que tem dois homens
É evoluída
Mulher que tem três homens
É uma atrevida
E a que tiver mais?
Ela não sofre, ela curte a vida
Ela é feliz, ela é bandida.*

Em nossa hipótese a origem desses significados compartilhados no imaginário social brasileiro, está atrelada ao desenvolvimento da identidade da periculosidade feminina. Como já apontado no início deste trabalho, o discurso da criminologia anatomista do século XIX, através de Lombroso e Ferrero (1886), produziu obras que junto a um discurso religioso já

existente, reforçaram a discriminação em torno da mulher, criando uma imagem misógina da criminosa, que acima de tudo era identificada pelo seu sexo. Seriam características da mulher criminosa, por exemplo, ser promíscua, lésbica, abdicar dos deveres de mãe e dos seus deveres perante a família e marido. Tais características ainda estão presentes na nossa contemporaneidade e são responsáveis por estigmas atribuídos a mulher presa pela sociedade e por sua própria família. Resumindo, o termo “bandida” passa a se referir antes de tudo, a práticas sexuais moralmente condenadas, e somente em um segundo momento se refere as práticas criminosas, mas que como mostramos estão entrelaçadas em significado perante a coletividade do social.

Uma vez esclarecido os significados que permeiam as categorias “bandido” e “bandida” e como uma identidade bandida foi construída através do conceito de periculosidade engendrado pela criminologia enquanto dispositivo de saber poder, passamos agora a definição do que seria o “amor bandido”.

O amor bandido

O “amor bandido” é um termo utilizado, na maioria das vezes, pelo discurso do senso comum, para tentar explicar a motivação que leva mulheres a se relacionarem com criminosos, em sua grande maioria já condenados ou famosos no crime o suficiente para criar fama de bandido. A mulher protagonista do amor bandido, recebe por contágio o *status* conferido ao seu amado e é estigmatizada através da classificação de “mulher de bandido”. Esta classificação implica a mulher uma identidade negativada socialmente, pelo fato de no meio de tantos “homens de bem” optarem por sujeitos criminosos a quem se dedicam de forma incondicional. Tal classificação é estigmatizante por excelência, já que a sua ligação com o companheiro preso age como uma marca de distinção perante a uma noção de normalidade estabelecida em sociedade.

Entretanto, apesar do significado hegemônico do termo “bandido” no imaginário social brasileiro e de sua frequente atribuição aos jovens negros de classe baixa. Tal termo como mostrado anteriormente, quando utilizado dentro de contextos locais específicos, pode obter significados locais que remetem ao oposto do seu uso pelo discurso da mídia ou dos agentes de segurança pública. A partir desses usos contextualizados veremos qual a possível motivação por trás do “amor bandido” e quais as implicações locais de se adquirir *status* como “bandido” ou “mulher de bandido”. Para podemos analisar tais categorias sociais, será

necessário conhecer a história de três mulheres que foram ou são consideradas “mulher de bandido”.

Histórias de um “amor bandido”

Bianca

O primeiro relato que vamos expor aqui é o de Bianca, 20 anos, sentenciada a oito anos e seis meses nos artigos 33 e 35 do código penal, respectivamente de tráfico e associação ao tráfico. Sem parte ativa no tráfico do cônjuge, acabou sendo presa porque estava com ele no momento da prisão. Diante do exposto, passo, resumidamente, a trechos de sua entrevista que sintetizam sua história:

Quando eu tinha 17 anos eu conheci uma pessoa, essa pessoa... eu conheci ele, eu gostei dele, só que ele era do crime e eu não era. Eu estudava, morava com meus avós. Eu conheci ele numa farra, farra maldita! Eu não senti nada quando vi ele, ele me viu, se interessou, ai deu em cima de mim, só que eu não quis, é eu não quis. Ai eu fui pra minha casa porque era três dias de festa já, de farra. Ai quando eu cheguei em casa só deu tempo eu tirar a roupa e ir pro banheiro, ai falaram, Bianca entrou um rapaz ai atrás de tu. Ai eu pensei que era outro amigo meu que ele tinha marcado de me pegar pra gente ir pra outra festa, mas ai era ele, veio atrás de mim ai deu em cima de mim, ai eu fui. Ai pronto, desde a primeira vez que eu fiquei com ele também não deixei de ficar, só quando eu fui presa.

Ai pronto aconteceu dele ir atrás de mim, ai a gente foi e ficou, eu já tinha conversado com ele, ele não falou nada disso [dá relação com o crime]. Ai depois o tempo foi passando, eu fui conversando mais, procurando saber da vida dele, ai eu fui e descobri tudo, só que quando eu descobri já era tarde porque eu já estava apaixonada. Fui morar com ele depois de três dias, em três dias eu já tava morando com ele já. Fui embora com ele morar em outra cidade porque ele

tinha vários inimigos e eu não queria arriscar a minha vida e nem queria deixar ele, porque eu gostava dele. Morei com ele sete meses nessa cidade.

Eu tinha medo, eu tinha muito medo [do mundo do crime], só que eu não podia abandonar ele. Eu não queria deixar ele só por causa disso. Eu pensei que ele fosse mudar, mudar não, melhorar um pouquinho, evitar de tá fazendo certo tipo de coisa, só que... Ele parou, ele não vendia droga, ele não tava fazendo mais nada de errado. Só que quando a gente mudou de cidade ai ele começou a traficar droga de novo. Só que eu brigava com ele, ia pra casa dos meus avós que era em outra cidade próxima, ai depois voltava de novo, entendeu?

Eu tinha medo de ficar com ele. No dia que eu fui presa eu tinha acabado de chegar, eu nem ia, eu não ia pra casa, eu tava em outra cidade e ai ele ligou pra mim e pediu pra eu voltar, ai eu fiquei com dó, quando a gente gosta... Ai eu fui e voltei. Com pouco tempo que eu cheguei eu fui dormir, de um cochilinho que eu dei, já acordei com um fuzil na minha cara. Os policia já estavam na minha casa. Eles não iam prender ele e me liberar. Disseram que foi denúncia, que já estavam investigando ele, que ele era muito perigoso, que ele tinha outros crimes fora o tráfico, como assalto e homicídio.

Cibele

Neste segundo relato trato brevemente da história de Cibele, 28 anos, sentenciada a 12 anos e seis meses de prisão pelo artigo 33 e artigo 40, inciso III da Lei n.11343/06 (tráfico de drogas cometido nas dependências de unidade prisional). Ingressou no crime ainda adolescente, por volta dos 17 anos de idade. O crime, neste caso específico era coisa de família, mãe, irmã e irmão eram envolvidos com o tráfico de drogas. Algum tempo depois Cibele conheceu um rapaz que, além de também ser envolvido no tráfico, era viciado em drogas, a partir daí a história se desenvolve e explica como ela acabou sendo presa devido ao seu “amor bandido”. Acompanhem alguns fragmentos retirado de sua entrevista:

Eu aluguei uma casa perto da casa da mãe dele, lá na vila, aí a gente era assim, tipo vizinho, só que a gente se via todo dia não. Aí uma vez a gente fumou maconha junto, aí eu ficava assim encarando ele e ele me encarando, aí rolou aquele clima, aí pronto! Quando eu via ele eu ficava olhando pra ele e ele ficava olhando pra mim, só que aí eu era casada... Ele era louco, ele não tinha medo de nada, ele fazia tudo que tinha vontade.

Quando eu conheci ele, ele já era envolvido com o tráfico, aí pronto se juntou os dois e pronto... A gente vendia, fumava, fazia tudo. Eu sou mais velha do que ele quatro anos, eu lembro que quando conheci ele, ele ainda era de menor, parece que ele tinha 17 e eu acho que eu tinha uns 21, por aí... Eu não sei o que eu gostava nele não, sei lá, eu não gostava muito não, as vezes eu ficava me perguntando o que me atraía. Sério porque a gente tem que pensar na vida da gente, planejar os caminhos, porque fazer tudo o que quiser a torto e a direito, não dá certo não.

Ele praticamente me obrigou a ter um filho dele, ele olhava assim pra minha cara e dizia assim “se você não tiver um filho eu vou ter com outra”, ele morria de ciúme do pai da outra menina [filha do primeiro marido]. Sei lá o que ele queria, só sei que ele fez minha cabeça, entrou na minha mente, e eu penso assim como uma pessoa entrega a vida à outra pessoa como eu entreguei a minha vida a ele, eu não consigo pensar nem chegar numa conclusão.

O meu companheiro foi preso primeiro, a gente passou uns sete anos juntos, aí quando ele foi preso eu não tive coragem de deixar ele na prisão né, pra mim eu acho que seria uma covardia. Aí pronto, ele entrou na minha mente, e assim, eu levava né droga pra ele porque ele também era viciado, aí se fosse pra a gente comprar lá dentro seria mais caro, aí era vantagem eu levar. Aí eu levava, no início eu não queria levar não, mas aí ele dizia “Ah, a mulher de todo mundo traz, só você que não traz”. Aí ele pedia, insistia... Ele chorava pra mim levar maconha pra ele, imagine você ver uma pessoa que você ama de

verdade chorando pra você, por isso que eu digo que ele me manipulava.

Eu levava (as drogas) na vagina, mas eles não achavam porque eu entrava com minha filha, aí na hora da revista eu ficava conversando pra enganar “as mulher”, pra elas se distrair. Eu não gosto de enganar, mas assim, eu gostava muito dele, e como ele tava lá, droga na cadeia é muito caro, um pedacinho de maconha que você compra por R\$50,00 na rua, na cadeia você compra por R\$500,00 e eu já era acostumada a levar, né... 4 anos.

Foi assim, eu fui né e tal, nunca eu ia imaginar que ia ser presa naquele dia, eu já pensava assim que um dia eu seria presa, eu já tinha minha consciência, as vezes eu amanhecia assim olhava pro céu, pra liberdade e pensava assim: “poxa se eu parar de vender drogas”, porque eu também vendia, “se eu não parar de mexer com droga eu vou acabar indo pra prisão”. Aí quando eu chego no presídio, a agente não quis nem me revistar, ela me chamou lá na sala do diretor e falou assim “Cibele, vamos ali na sala do diretor que ele quer falar com você” aí eu pensei que seria uma preventiva porque eu já respondia a dois processos, em aberto né, em liberdade. Aí quando eu cheguei lá ele olhou bem assim nos meus olhos e disse bem assim “a gente tem uma denúncia aqui contra você que você ta entrando com droga” aí eu disse “homi, isso não é verdade não”. Fiquei desesperada, né? Para mim eu estava sem saída ali, né? Eu sabia que eu ia ser presa, eu fiquei doida.

Paula

Neste terceiro relato, vamos acompanhar os fragmentos de história de vida recuperados por Paula, 36 anos, sentenciada a seis anos e seis meses de prisão, pelo artigo 12 do código penal, hoje em dia artigo 33. Nascida em uma cidade do sudeste brasileiro, aos 12 anos saiu de casa e ao ficar amiga de alguns traficantes, começou a usar e vender algumas drogas. Alguns anos depois a mãe a envia pra outra cidade para ficar com uma parente, mas o vício só piorou. Paula tinha uma irmã morando em Natal e sua mãe que se encontrava muito

doente decidiu enviá-la para a capital potiguar para ficar junto da irmã. Ao chegar aqui passa a frequentar a Igreja evangélica e deixou as drogas por mais de dois anos, quando em uma festa conhece o homem que mudaria toda a sua vida e a faria voltar pro mundo das drogas segundo o que me foi dito. A partir desse ponto veremos alguns relatos de como o relacionamento de Paula resultou em uma série de crimes e na sua prisão.

Eu tava numa festa aqui, eu era a menina de ouro que vinha de longe e chiava, aí eu cheguei e os olhos todos pra cima de mim, inclusive os das meninas também que quiseram até dar em mim, aí ele chegou e disse “Não, ninguém vai encostar nela não porque ela está na minha companhia”, aí eu olhei assim pra ele e quis dizer que não conhecia ele mas sabe assim negócio do coração? Na hora assim. Ele que tomou a decisão antes de eu tomar, aí eu me sentia segura perto dele, mas depois que eu vi que ele era um menininho, eu queria que ele virasse bandido de verdade. Aí eu fui e me envolvi com ele.

Ai eu comecei um relacionamento fixo com ele e ao invés de casar e melhorar ele, eu comecei a dar jogos pra ele, jogadas, entendeu? De ganhar dinheiro, fazer bons assaltos e traficar. Ai ele disse pra mim “traficar não dá pra mim não, eu mato e roubo, mas traficar não” ai eu disse “então tá bom, você faz a sua jogatina que eu faço a minha”. Ele tinha 17 anos, era uma criança, hoje em dia “os caras” dizem por ai que quem formou aquele bandidão fui eu, ele se transformou realmente num bandido de alta periculosidade. Mas na época ele era um menino, eu traficava e com o dinheiro fornecia a ele o armamento, através dos contatos que eu tinha no sudeste. Quem conseguia tudo era eu porque ele era ladrão, ladrão de bicicleta. Ai eu fui e botei ele já no prumo do sistema da bandidagem, criminalidade mesmo. Porque ele era um malandro, malandro é malandro, bandido é bandido. Ai ele foi e entrou na criminalidade, matou uns três e foi preso a primeira vez.

Aí quando ele foi pra cadeia eu tive que virar avião, porque eu tinha que levar pra a prisão, tinha que fazer os corre de vender a mercadoria pra poder comprar as coisas pra ele. Aí fui presa pelo artigo 12, era tráfico. Aí quando eu consegui sair da cadeia, aí em vez de colocar a

cabeça no lugar eu voltei a traficar. Ai continuei no tráfico e foi, foi, foi e cheguei a esse ponto onde hoje eu estou que *caí*⁶² em 2011.

Eu vim parar aqui por amor. Porque eu queria dar a ele, eu queria ajudar ele, entendeu? Porque ele era um zé ninguém, um menino, quando eu conheci, então no momento em que ele começou a roubar e matar e foi detido eu tinha que fazer corre pra ele, eu tive que fazer proezas né, tive que me envolver mesmo na traficagem, na bandidagem. Eu “voltei” porque eu me viquei no dinheiro. Aí esse vício pelo dinheiro também era para ajudar ele. Por isso que eu digo que ele foi uma ponte, porque talvez se ele não tivesse aparecido na minha vida nada disso tivesse acontecido, então ele foi uma ponte que fez eu me jogar de cara, corpo e coração. Ele era o homem da minha vida. Agora ele tá morto, mas continua sendo o homem da minha vida. Ele é o pai dos meus filhos, o homem que eu continuo amando após a morte.

A narrativa romântica e a emergência do sujeito

Nos relatos acima apresentados, acompanhamos a história de três mulheres apaixonadas que atribuem a seus companheiros o motivo pelo qual estão na prisão. O elo que une estas três histórias, é o amor. Amor que a sociedade passou a classificar como “amor bandido” em virtude do que fizeram os homens amados por essas mulheres.

Os atos protagonizados por nossas três interlocutoras, demonstram uma consideração extrema ao amado na forma de atos sacrificiais de consideração, onde por algum tempo o sujeito desconsidera a si mesmo em virtude do amado. Desta maneira podemos equiparar tal movimento a uma retribuição máxima, quando não uma dádiva sacrificial. Não que as entrevistadas tivessem como objetivo ser presas, mas todas inegavelmente conheciam o risco e sabiam das consequências quase que inevitáveis da prisão, contudo permanecer fiel ao marido mesmo após a prisão, ou por fim mesmo após a morte não seria a prova máxima do seu amor?

⁶² Termo usado para se referir ao momento da prisão.

É inegável o caráter romântico em todas essas narrativas, o momento do encontro, o sacrifício transgressor feito pelo bem do outro e a trágica separação. Vemos a glorificação de desejos incontrolláveis e transgressores que rompem com a ordem social, ou seja, com a estrutura. Assim como em *Romeu e Julieta* de Shakespeare, marco fundador do amor romântico e segundo Benzaquen de Araújo e Viveiros de Castro (1977) uma representação da passagem do holismo da idade média ao individualismo do renascimento. O casal do mito shakespeariano rompe com a ordem social ao transgredir o tabu relacionado as duas famílias e com o grupo familiar ao renunciarem a si mesmo enquanto Montecchio e Capuleto, tudo em nome do amor. Segundo Rezende e Coelho (2010, pág.55):

Vemos assim o surgimento de uma concepção de amor em que o indivíduo é tomado por um sentimento de origem sobredeterminada, em nome do qual insurge-se contra qualquer determinação de ordem social que se oponha à vivência plena desse sentimento.

Os relatos usados para análise apresentam todas essas características, nos três casos a origem veio de um sentimento indeterminado. Bianca atribui ao destino, Cibele não consegue entender ou se quer explicar o que era aquilo, Paula atribui ao que sentiu no coração, a um certo amor à primeira vista. Insurgem-se primeiramente contra o grupo familiar ao saírem de casa muitas vezes deixando filhos de outro casamento com a mãe, tia ou avó e indo morar com o amado proibido, neste caso por ser envolvido com o crime. Em um segundo momento insurgem-se contra o maior obstáculo, a prisão.

O fim trágico

A prisão cria uma distância entre os dois que não pode ser simplesmente superada, mas é um constante teste do relacionamento amoroso, exigindo a expressão do sentimento, a retribuição que vem em forma da presença da mulher em todos os dias de visita permitido pelo estabelecimento. Porém, para umas como Bianca, a prisão marca o desfecho trágico em que a mulher tem que decidir em seguir o amado pela eternidade ou voltar ao grupo familiar.

Minha família mandou eu escolher ou ele ou ela, eu escolhi minha família. Acho que agora ele já deve estar com outra pessoa, mas eu também nem procuro saber. A minha família não gosta dele e quando eu tava com ele eu pensei que ele gostava mais de mim. Só que o tempo vai passando, eu to na mesma situação que ele, só que ele não dá nenhuma atenção pra mim, não me escreve, liga pra minha família, mas só para saber do menino [Sobre o filho que teve com o ex-companheiro].

Apesar de ter sido presa com o seu amado, Bianca diz que ele nunca mandou se quer uma carta e que nem sabe como ele está. Desta forma vemos que o elo da reciprocidade foi rompido, através da ausência da retribuição, o que foi considerado como um desrespeito por nossa interlocutora, que diz não querer mais saber do ex e que só pensa no filho e na filha. Desta forma, vemos o que Rezende e Coelho (2010) se referem uma constante da narrativa romântica: os protagonistas sempre terminam separados. Bianca foi presa grávida e passou os últimos 3 meses da gestação dentro da prisão. Desde então não recebeu a visita de nenhum homem, só recebe apenas a avó, a tia e o filho. Seu pai disse que só voltaria a falar com ela no dia em que saísse da prisão.

No caso de Cibele e Paula a prisão constituiu o obstáculo extremo a continuação do relacionamento, pois a manutenção das trocas afetivas estava prejudicada não só pela distância, mas pelas ameaças externas da morte e da traição. Ambas viram na prisão a forma de provar que o seu amor era “amor de verdade”, que nenhuma sentença ia atrapalhar e que não deixariam seus companheiros. Pois a visita não se constitui somente pela presença na prisão, mas sim em como arrumar comida, roupa, droga e fazer sexo com o companheiro, sempre que ele desejar (dentro das possibilidades da instituição). Pois ainda há o risco de depois de todo esse esforço serem trocadas por outra mulher, como conta Nícia, interlocutora de Cavalcante (2014, p.25) em seu trabalho sobre as mulheres que visitam seus maridos na prisão masculina do CPJC:

Meu filho de Deus, queira nunca viver numa situação de aperreio dessas, mas tenho que vir aqui por pena e amor a esse cara toda semana e as vezes nas visitas sociais, nos fins de semana para trazer

alguma assistência ao meu marido, senão, ele fica abandonado e enraivecido como muitos outros que se encontram nesse inferno da prisão. Faço isso com o maior carinho, mesmo sabendo que corro o risco dele me deixar e não reconhecer a minha batalha que é de muito sofrimento. Conheço casos de mulheres como eu que é capaz de fazer de tudo por seus amantes, mais o final não é feliz. Alguns terminam deixando a gente, nos trocando por vagabundas e nos deixando no olho da rua...

Contudo, o desfecho das histórias de Cibele e Paula seriam ainda mais trágicos do que os receios de Nícia. Vejamos.

Quando o seu companheiro foi preso, Cibele fez tudo que podia fazer por ele, estava presente nas visitas íntimas e sociais, levava comida, roupa e, perante seus incessantes pedidos, drogas. Durante quatro anos, Cibele manteve a mesma frequência, até que um dia descobriram através de uma denúncia que ela estava levando drogas e foi presa. Mesmo assim não desistiu do amor que sentia pelo companheiro, já que ele estava prestes a sair e poderia cuidar dela da mesma maneira que ela havia cuidado dele, retribuindo todo o amor que ela havia expressado em todos esses anos. Não foi o que aconteceu. O que aconteceu foi que Cibele nunca recebeu uma visita do seu companheiro, que acabou morto pouco tempo depois, dando um desfecho trágico à narrativa romântica do casal. Cibele, através de suas palavras, se sentia injustiçada por nunca ter recebido uma visita em retribuição ao amor que expressou durante tantos anos enquanto o visitava. Ao final, desabafa: “Eu acho que ele gostava de mim, mas não gostava de mim o tanto que eu gostava dele”.

Quando o companheiro de Paula foi preso não passou por sua cabeça em nenhum instante deixa-lo. Ia frequentemente às visitas e fazia tudo que era possível por ele, o que incluía levar drogas para a prisão. Sem o companheiro os negócios não iam tão bem, ela que trabalhava em casa apenas distribuindo a droga, teve que ir as ruas fazer “*corres*”, foi de fornecedora a avião. Acabou engravidando do companheiro enquanto ele estava na prisão e em uma visita se irritou com a atitude dos agentes ai *retalhar* a comida que ela tinha levado, ao brigar com os agentes ficou três meses sem poder ver o companheiro. Durante o tempo em que ficou sem ir, ele acabou conhecendo outra mulher, que passou a fazer tudo que ele precisava.

Paula se sentiu desrespeitada pela atitude do amado, mesmo depois de tudo que ela havia feito e estando grávida dele, ele a trocou por outra. Com o ato de desconsideração, como já observamos em um primeiro momento deste trabalho, há o rompimento do elo social responsável por unir os dois sujeitos em uma relação de trocas afetivas, que é responsável pela manutenção do relacionamento amoroso. A partir do rompimento Paula decide voltar todo o seu foco para o crime, “agora é que eu vou virar bandida mesmo, agora é cada um por si e Deus por nós”.

Desta forma, a traição acabou sendo o evento trágico que levou ao fim da narrativa romântica criada (por ela) para os dois, até que mais de dez anos depois, ela seria retomada. Segundo Paula, o ex-companheiro e amor da sua vida, morreu em uma tentativa de vir de outro estado onde estava escondido para resgatá-la de sua atual condenação. Contudo, no meio do caminho, acabou sendo morto em local ainda distante do Rio Grande do Norte. Desta forma, aniquilada qualquer possibilidade de retomada do ente querido, a narrativa romântica se encerra com o evento trágico extremo, a morte.

Um amor como qualquer outro

Mas será a morte mesmo o fim? O que levou essas mulheres a se relacionarem com criminosos? Uma vez que já clareamos as origens que cercam as categorias do senso comum que aqui foram tensionadas e recuperamos as narrativas emocionadas de nossas interlocutoras, finalmente poderemos fornecer uma possível resposta a todas essas questões. Seguindo na tentativa de responder as perguntas colocadas, na qual integram a questão maior colocada ainda no início deste capítulo, voltamos para uma análise micropolítica do *self* e de suas emoções em contexto.

A morte será mesmo o fim?

Nos relatos de Cibele e Paula a morte aparece como o fim trágico de qualquer possibilidade de retorno ao relacionamento do passado, pois como argumentou Barcellos e Coelho (2010) sobre a estrutura básica da narrativa romântica nos clássicos do cinema romântico, é que no fim de toda grande história de amor os amantes não terminam juntos. Diferente do *happy end*, nestas produções tidas como clássicas o final não é feliz, transmitindo ao espectador uma ideia de que na verdade não houve fim, então “por não

permitirem a seus protagonistas viverem seu amor, esses filmes permaneceriam inacabados na imaginação de seu público, à maneira de um ‘gancho’ de novela” (BARCELLOS E COELHO, 2010, p.56).

Esse “gancho” parece ser o elemento que encanta os espectadores e leitores deste tipo de história, onde os mesmos são lançados na incerteza, mesmo perante a morte ou a distância que marca o fim da narrativa. A plateia, por parecer não aceitar esse “não fim”, passa a questioná-lo, colocando questões como “mas e se...”. Talvez esse seja um dos principais motivos que fez de *Romeu e Julieta* uma das peças mais famosas do mundo, pelo seu “final” demarcar a narrativa de um amor não vivido, ou melhor dito, incompleto.

Assim como na peça de Shakespeare, nas histórias de nossas interlocutoras, a morte parece não ter sido aceita como fim de suas narrativas românticas, ainda que o relacionamento tenha acabado devido a outros obstáculos e seus amados mortos, o amor estava vivo e vive através de seus relatos e nos vários “e se...” que surgiram durante as entrevistas. Vejamos alguns fragmentos na voz de Paula: “talvez se ele não tivesse aparecido na minha vida nada disso teria acontecido” e de Cibele: “eu fiz de tudo para deixar bem claro que ele era viciado, que num era traficante, então o juiz aceitou. Eu acho que se o juiz tivesse autuado ele, talvez ele tivesse até vivo, porque eu acho que ele ia tá preso também”. Desta forma, ainda que inconscientemente, essas mulheres ainda vivem a narrativa que construíram com os homens que em sua visão foram ou são o maior amor das suas vidas.

A motivação por trás do amor bandido

Inicialmente é importante dizer que podem haver inúmeras motivações para o ingresso em um relacionamento amoroso, neste caso específico um relacionamento amoroso de uma mulher com um homem envolvido com práticas criminosas. O que estaremos tentando trazer à tona são alguns motivos recorrentes ao longo de nossas quinze entrevistas e meses de trabalho de campo. Com o intuito de síntese desenvolveremos nossas conclusões a partir da discussão sobre o sujeito bandido e dos casos emblemáticos recuperados neste capítulo.

Em um primeiro lugar é necessário destacar que a experiência de emergir enquanto sujeito, por si só seria pressuposto de sua agência, pois segundo Misse (2010, P.15) “a experiência da sujeição (no sentido de subjugação, subordinação, *assujettissement*) seria também o processo através do qual a subjetivação – a emergência do sujeito – se ativa como

contraposto da estrutura, como ação negadora”. O então sujeito bandido, é marcado por sua autonomia, pela sua “não sujeição” as regras da sociedade que enquanto indivíduo ele rechaça, alcançando posições de comando e adquirindo bens, que normalmente lhe seriam negados por sua classe ou cor. Este indivíduo se destaca adquirindo *status* no ambiente em que vive, através do dinheiro e do uso do medo para adquirir respeito. É internalizado na concepção do sujeito bandido⁶³ a cruzada travada entre ele e a sociedade que impõe suas regras e o sufoca enquanto indivíduo. Na maioria das vezes, age sob uma perspectiva extremamente individualista almejando tirar tudo da sociedade (personificada pelos outros) em nome de si mesmo enquanto beneficiário.

Em segundo lugar cabe contextualizar nossas três interlocutoras que servem como exemplos emblemáticos para refletirmos sobre outros casos. Bianca, vinha de família de classe popular e desde adolescente trabalhava para ajudar em casa e ter seu próprio dinheiro, morando com os avós por falta de condição dos pais. Os pais de Cibele se separaram quando ela ainda era criança. A mãe que veio para Natal não tinha como sustentar a família e procurou o sustento no tráfico, onde acabou empregando toda a família, trabalho no qual Cibele começou ainda adolescente. Paula vinha de uma família de classe média alta de uma cidade no sudeste, contudo, devido a saída traumática do pai do núcleo familiar fugiu de casa ainda cedo e acabou se viciando em drogas e morando com traficantes.

Em terceiro lugar temos que pensar além do bandido, pensar o que esses homens que apareceram em suas vidas como num passe de mágica, como obra do destino, destemidos, autoconfiantes, proativos significaram pra elas? Em nosso entendimento esses homens aparecem como uma forma de fuga da estagnação que a vida parecia oferecer, a maneira de se adquirir de verdade a autonomia de sua própria vida, como eles pareciam ter. Em todos os três relatos acima, o que essas mulheres abraçam e seguem é mais do que o homem em si, mas o ideal que ele representa, que é a resistência não só as normas sociais, mas ao destino que se impõe para ser vivido. Como colocado por Freud (1976, p. 130- 131).

Se amo uma pessoa, ela tem de merecer meu amor de alguma maneira.

[...] Ela merecerá meu amor, se for de tal forma semelhante a mim, em

⁶³ Atentar para a definição de identidade bandida e sujeição criminal no começo deste capítulo para evitar confundir sujeito bandido e criminoso. Todo sujeito bandido é criminoso, mas nem todo criminoso é bandido. Pois o primeiro está sujeito a incriminação mesmo antes do delito, devido a algum estigma que carregue, seja ele físico ou social. Já o segundo pode ser incriminado por algum delito, mas dificilmente sempre foi e sempre será visto como um criminoso em potencial.

aspectos importantes, que eu me possa amar nela; merecê-lo-á também, se for de tal modo mais perfeita do que eu, que nela eu possa amar meu ideal de meu próprio eu (*self*).

Em quarto lugar, o bandido e sua arma de fogo é um tipo ideal buscado, assim como o príncipe e seu cavalo branco. Talvez a diferença entre o príncipe e o bandido, é que o primeiro busca sua princesa em geral de uma situação à margem da sociedade para sujeitá-la a ordem social e à instituição do casamento, em troca de uma vida de riquezas enquanto reprodutora do futuro rei. Já o segundo, não pretende sair da marginalidade, na verdade ele oferece o caminho mais fácil ao respeito da comunidade, à riqueza e ao uso de dispositivos de dominação. Ainda que a maioria viva em situação conjugal de submissão permeada por violência doméstica e outros problemas privados, na esfera pública a mulher se torna o reflexo do seu homem⁶⁴. Se associar a um bandido é adquirir por contágio o seu *status*, ainda que esse *status* seja um estigmatizante a nível macro, na comunidade local, constitui uma posição de respeito privilegiada⁶⁵ entre seus membros. Ser mulher de bandido a nível local é então ser temida e respeitada.

Por último, na análise destes três relatos sobre o “amor bandido”, entendemos que ele é um amor sentido e expressado como qualquer outro, mas fortemente permeado por uma narrativa romântica, que devido a um número incontável de obstáculos e tragédias, atesta sua **veracidade**⁶⁶ pra quem o experiencia. O amor bandido, está longe de ser sinônimo de loucura como pensa o senso comum, ele atende a uma lógica que está presente em todos os extratos de nossa sociedade⁶⁷. O amor por um bandido aparece como uma possibilidade de futuro diferenciado que pode transcender às barreiras econômicas que parecem intransponíveis ao resto da comunidade. Ainda pode se constituir como sinônimo de poder e prestígio, como expresso por uma das interlocutoras de Zaluar (1993) “a maioria das mulheres gosta de

⁶⁴ Mesmo que como no caso de Paula esta imagem tenha sido ela mesma que construiu pra ele, pra que ele fosse digno de tê-la ao seu lado.

⁶⁵ Ainda que o mesmo possa vir a ser adquirido sendo uma criminosa independente o mundo do crime ainda é majoritariamente masculino, sendo necessário um esforço notável para o sucesso de uma mulher no mesmo, nesse universo ainda são raros os casos de mulheres em posição de comando.

⁶⁶ Era comum ouvir de nossas interlocutoras uma sentença que dizia “isso é que é amor de verdade” muitas vezes acompanhando de um “por tudo que eu já passei, tudo que ele me fez, mas ele ainda é o homem da minha vida”.

⁶⁷ Este tipo ideal ser representado por um bandido é produto de seu contexto, em outras classes poderia ser representada por um tipo contraventor a ordem moral local diferente, sem necessariamente estar contra a lei, como no caso de estereotipados como os surfistas, vendedores de artesanatos, marinho e vários outros tipos considerados impróprios a contextos específicos.

bandido... por causa do revólver, se alguém mexer com ela ali, vai comprar barulho...”. Ou seja, apesar de destacar aqui uma lógica por trás deste amor, isso não quer dizer que o sentimento seja falso ou puramente performático, mas que é engendrado por significados incorporados ao bandido enquanto símbolo de contravenção, poder e riqueza, entre outras questões ainda a serem adensadas.

Conclusão

No início deste capítulo apresento a hipótese da influência do amor bandido na entrada para o crime e no ato da prisão das mulheres entrevistadas, percepção essa que se iniciou ainda na conclusão da minha primeira pesquisa etnográfica no campo (SANTOS, 2011) quando me deparei com relatos que colocavam o amor como causa da prisão e que se confirmou nos relatos apresentados referentes à pesquisa atual.

Concluo, através da análise realizada, que o amor exerce grande influência no início das práticas criminosas. Ainda que atrelado a outros fatores como classe, vício, família e entre outras variáveis que induzem a mulher encontrar no homem bandido o seu tipo ideal, a quem vai voluntariamente sujeitar-se em busca de sua realização pessoal. Percebemos outro fator de forte influência na prática do crime que é a reprodução do papel da mãe. Das internas entrevistadas todas que não entraram no crime por causa de um homem amado o fizeram pela mãe, afirmando seguir a orientação base da casa para a vida criminosa ao contrário do trabalho ou do estudo.

Contudo, o amor bandido é ainda mais forte ao influenciar o motivo pela qual foram presas, se como motivação para a entrada no crime o amor por um criminoso precisa estar associado a uma série de fatores concomitantes, como causa da prisão ele basta por si só. Tal fenômeno foi bem representado na narrativa de nossas interlocutoras sobre o motivo pelo qual foram presas. Para além da amostra aqui presente, do total de quinze internas entrevistadas para essa pesquisa, onze estavam presas por alguma razão que implicava diretamente no vínculo com seus companheiros (cinco dessas por estarem com eles no momento da prisão e as outras seis por estarem envolvidas em alguma atividade ilegal como forma de auxílio ao homem amado).

PARTE III
A VIDA NA PRISÃO E A INFLUÊNCIA DAS EMOÇÕES NAS
RELAÇÕES DE PODER E AFETO

Capítulo 6

O processo de admissão na prisão (agentes e internas)

Gostaríamos agora de voltar o nosso olhar para a forma como ocorre o *processo de admissão*⁶⁸ onde agentes e apenadas, apreendem e corporificam as regras do estabelecimento. Aqui iremos tratar da forma com que se dá o aprendizado do sistema simbólico local tanto para a equipe dirigente como para as internadas no pavilhão feminino do CPJC. Goffman (2008) chamou de processo de admissão, as etapas e experiências a que são submetidos os internados ingressantes em instituições totais. Onde também ocorrem testes para ver até onde vai a “vontade” dos internados e quão longe é preciso ir para quebrá-la, o que tem como objetivo tornar obediente, ou em termos foucaultianos, docilizar o internado⁶⁹.

É durante este processo que é aprendido o saber local, onde as normas formais de um macro discurso sobre gestão penal se chocam com as normas locais, não escritas, advinda da experiência na interação, de caráter micropolítico, ou como colocou Geertz (1998) “escrita em palhas de coqueiro”. Segundo Goffman (2008, p.25-26)

Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados "arrumação" ou "programação", pois, ao ser "enquadrado", o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina.

Ao desenvolver sua análise, Goffman (2008) falava dos internados e de como experienciavam os processos de admissão. Devido a isso, foi dada certa ênfase a visão que os internados tinham da equipe dirigente e os constantes ataques ao “eu” que sofriam durante o processo modulador de ingresso nos estabelecimentos totais, mas isso nos mostra apenas um lado nessa complexa interação, deixando de lado os processos pelos quais passavam os membros das equipes dirigentes.

Diante dessas considerações, propõe-se observar ambos os lados a partir de alguns depoimentos de membros da equipe dirigente e de algumas internas, para podermos conhecer

⁶⁸ Goffman (2008).

⁶⁹ Foucault (2002); O que Goffman (op. cit) chamou de *testes de obediência*.

ao mesmo tempo o processo de admissão por qual passam as agentes penitenciárias e as internas pelas quais são responsáveis. Acreditamos que desta forma estaremos ampliando a nossa visão sobre o processo responsável por imbuir a essas mulheres os papéis de administração e administrado, direção e internado, agente penitenciário e apenada.

Antes da prisão – A formação dos novos agentes

Após aprovadas no concurso público⁷⁰ para exercer o cargo de agente penitenciário as mulheres aprovadas são convocadas a fazer um curso preparatório, elaborado pela Escola Penitenciária⁷¹, para aprender o *modus operandi* do serviço. As disciplinas do “Curso de Formação”, como é chamado, são bastante diversas, incluindo no mesmo curso disciplinas de direito penal, administração, direitos humanos, aulas de tiro e defesa pessoal. Durante o curso todas as turmas deveriam também fazer um “passeio” em algum presídio para acompanhar as agentes que já estavam no serviço, contudo, segundo nossas informantes, somente algumas turmas tiveram esse “privilegio”. Mas, apesar de todo o conteúdo programático, o curso tem curta duração e situa-se distante da realidade cotidiana observada nos estabelecimentos penais do estado, acompanhemos o que nos fala uma das agentes que participou do curso:

O curso de formação ele foi bem curto, na verdade necessitaria de um curso de formação mais longo, melhor elaborado. Eu não achei que o curso de formação ele preparou para a realidade de um sistema prisional. Ele foi muito superficial, muito superficial mesmo! É tanto que visita à unidade, nem todo mundo conseguiu fazer e não teve aquele contato verdadeiro dentro da unidade, antes de você ser nomeado e começar a trabalhar (Lígia)

O curso de formação serve como um pré-processo de admissão onde teoricamente enquadram mulheres nos papéis de agente penitenciária, baseado na normativa legal que rege o sistema prisional. Esse conteúdo normativo começa a ser interiorizado ainda no Curso de

⁷⁰ Onde se exerce através de exame físicos e teóricos uma seleção de corpos úteis ao serviço de agentes penitenciários, institucionalizada através do concurso público.

⁷¹ A Escola Penitenciária Des. Ítalo Pinheiro é um órgão integrante da COAPE e conseqüentemente da SEJUC, encarregado da formação e capacitação dos servidores do sistema penitenciário.

Formação, no qual as mulheres em treinamento aprendem o que pode e não pode ser feito, tanto por elas quanto pelas internas.

A Lei de Execuções Penais é o principal texto normativo responsável pelos direitos e deveres do internado em estabelecimentos penais e conseqüentemente do agente penitenciário. Além da LEP, em 2011, através da portaria Nº. 072/2011/GS-SEJUC, instituiu-se o Regimento Único dos Estabelecimentos Prisionais do Rio Grande do Norte. O Regimento criado a partir da compactuação com a LEP e várias resoluções humanísticas relacionadas a administração de estabelecimentos penais, constituiu um avanço no que concerne à gestão das atividades das agentes, assim como facilitou a explicação às internas de quais são seus direitos, deveres e as sanções que podem sofrer. A criação do Regimento Único veio pouco depois da convocação de novos agentes, quase dez anos depois do primeiro concurso público realizado. Acompanhem um pouco na voz de uma de nossas interlocutoras da equipe a mudança que começava a acontecer no sistema:

Quando a gente veio trabalhar, os dois primeiros dias eram dias de visita, veio eu e uma colega novata também, e assim, elas (agentes antigas) estavam perdidas ao nos receber, e nós estávamos perdidas por não saber trabalhar. Elas sem saber como agir com a gente, disseram “Fiquem aí nas revistas de alimento que a gente vai revistar as mulheres”. Aí a gente encarou, mas com elas supervisionando, a gente dizia “Isso pode entrar?”; porque para a gente aquilo seria uma arma; e elas “Pode, não pode não?”, agora tem uma lista do que pode ou não entrar, mas antes não tinha, era muito do senso de cada um, e isso foi muito difícil pra mim. (Talita)

Com a realização do concurso público para ampliação e reposição do quadro de agentes penitenciários, mais a criação de um Regimento Único, o sistema penitenciário ganhava uma referência legal e novos atores, para desenvolver um trabalho de organização interna, coisa que de fato pôde ser vista em nosso campo de estudo. Viemos acompanhando de perto as mudanças acontecidas na unidade desde 2010 ao final de 2014 e como apontado, houveram várias mudanças positivas em relação à Unidade, desde a implementação do

berçário (ainda que precário, como já apontei anteriormente) à instalação de telas em cima do pátio do pavilhão para evitar a entrada de objetos ilegais.

Na gestão das internas e na administração de conflitos dentro da unidade, a equipe dirigente tem como principal referência uma lista de faltas classificadas como leve, médio, grave e as sanções administradas a serem aplicadas como repreensão pedagógica, às internas infratoras da ordem institucional, como previsto na LEP e no Regimento Interno. Podemos ver na fala de uma de nossas interlocutoras como são administradas as sanções e como as internas ficam cientes disso:

Então, tem um rol de coisas que elas têm que obedecer como tem os direitos, tem os deveres, então tem todos os deveres lá que elas têm que servir. É tanto que foi impresso e fixado aqui no muro, dentro do pátio, para elas saberem quais são os direitos e os deveres delas. Então, elas têm conhecimento sim, do que pode e o que não pode fazer, então se elas fazem, elas vão começar a sofrer sanções disciplinares e é a partir daí que a gente atua. Por exemplo: Falta leve – em torno de dez dias de castigo; Falta média – em torno de vinte; Falta Grave – trinta dias. Elas são separadas da convivência do pátio, vão lá pra triagem, no caso, são celas de sanção, de adaptação quando as presas chegam de outra unidade. Elas são separadas e lá só recebe mesmo a alimentação que é mandada pelo estado, que são as quentinhas. Então, elas são separadas do convívio e além disso não tem visita da família. São privadas da visita da família e só tem visita mesmo de advogado. Então, as sanções que a gente tem no momento são essas. (Lígia)

Quando qualquer falta é cometida é aberta uma sindicância para apurar os fatos ocorridos, sendo que as sindicâncias abertas em razão de faltas leves ou médias, ficam registradas na administração do presídio e na ficha da internada, contando como um ponto negativo na avaliação do comportamento para progressão de regime. Quando a falta é classificada como grave, a sindicância é enviada ao Juiz que homologa a sanção e acrescenta mais tempo à pena da interna, o que varia de acordo com a infração ocorrida.

Estas são portanto, as principais normativas legais no que diz respeito ao trabalho da equipe dirigente, que é ensinada aos seus profissionais durante disciplina específica do Curso de Formação. No que concerne as faltas e sanções, as mesmas são explicadas as internas recém chegadas e podem ser lidas em uma lista dentro do pátio central do pavilhão como informei anteriormente.

Os primeiros dias na prisão feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves

As agentes penitenciárias

Após o fim do curso as agentes são convocadas para os estabelecimentos nos quais vão trabalhar. Contudo, ainda que para o governo essas mulheres já sejam agentes treinadas, a verdade é que só na prática haverá a verdadeira emergência do sujeito enquanto tal. A validação do papel (e isso inclui o reconhecimento profissional) de agente penitenciário só se efetivará a partir da interação com um outro em uma posição estrutural específica, que legitime tal papel, o que nesse caso serão os habitantes da instituição total, a equipe dirigente e as internadas. Para completar o movimento de sujeição às normas do estabelecimento total são necessários uma série de testes de obediência à instituição que serão executados ao longo de todo processo de admissão, que uma vez terminado, resulta na construção de um novo papel social, a partir do enquadramento do sujeito à instituição. Pois as mulheres, enquanto agentes penitenciárias e membras da equipe dirigente, também passam por um processo de “reprogramação” do eu, de forma semelhante ao que Goffman (2008) descreveu sobre os internados.

Embora o ofício de agente penitenciário não impute aos seus ocupantes a mortificação do eu que Goffman (2008) verificou no processo de admissão dos internos, a agente através do seu primeiro contato com a instituição, com suas novas companheiras de trabalho e com um grupo de internas nada amistosas a sua presença, sofre uma certa modelagem na qual o seu “eu” tem que se adaptar. Acompanhemos agora o relato de uma agente penitenciária sobre os seus primeiros dias no trabalho na prisão feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves para melhor entender sua visão enquanto novata em uma instituição total:

Então, quando eu cheguei foi um pouco impactante porque realmente eu digo que é uma outra realidade, é completamente diferente do

mundo lá fora. E quando eu entrei aqui era ainda mais. Logo na entrada daqui já tomei um choque, não sei se foi impressão minha pelo momento, mas já tive a impressão de que o agente quando abriu o portão pra a gente entrar ele bateu bem com força, sabe? Tipo para chocar. Então aí eu digo “ave maria!”. Eu até falei com minha colega “Eu acho que ele fez isso de propósito, para chocar a gente”. Porque tem isso também, de botar a gente na realidade à força. Quando a gente chegou aqui era PM e Agente. Outro impacto, porque como é que uma agente vai tomar conta de tantas presas? Agora quem tomava conta era mais os policiais do que a agente, a autonomia maior é dela, porque eles tinham o trabalho exterior, o interior é nosso. Aí a agente foi mostrar, elas estavam todas trancadas porque era quase noite já, aí uma já gritou lá da cela “É a agente nova!”. Foi um pouco chocante, foi outra realidade. Eu lembro que eu ficava muito ansiosa, eu não sabia como agir, o que fazer, apesar da gente ter feito um curso de formação de um mês e meio. (Talita)

Como se pode observar, não são somente os internos que são enquadrados “a força” nas regras locais, mas o processo de admissão também se faz fortemente presente na admissão de novos membros na equipe dirigente. O trecho acima ainda demonstra a debilidade do curso de formação, como já apontado anteriormente, e o choque de realidade causado na nossa interlocutora que se localiza perdida sem saber como agir em tal situação por não encontrar nenhum ajustamento de conduta nas suas memórias de interações anteriores. Como ela mesma coloca “é uma outra realidade”.

Temos que concordar, aliás, que a grande parte da sociedade livre não está acostumada ao contexto prisional, o que gera esses “choques de realidade”, que na verdade podem ser entendidos como choques situacionais, ou contextuais, onde por não ter uma referência de padrão de comportamento (ou ajustamento primário como colocou Goffman, 2007) o ator social, passa a mostrar espanto e incompreensão, a se sentir literalmente sem saber como agir, ou melhor dizendo, representar. Como colocou Goffman (2008, p.24) se referindo aos internados:

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições.

Nós estamos chamando a atenção para esse ponto no sentido de que fenômeno semelhante acontece com as membras da equipe dirigente. Ainda que não residam de fato dentro da instituição total, toda a sua concepção de si mesma é reformulada a medida do tempo que passa na instituição, pois o que é vivenciado na instituição total não desaparece simplesmente por estar fora dela, chegando a interferir na representação de outros papéis sociais representados em contextos diferentes.

As internas

Após serem julgadas e condenadas, as mulheres são transferidas do estabelecimento temporário⁷² onde estão para a prisão feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves, o único estabelecimento voltado só para mulheres destinadas a cumprir pena de reclusão em regime fechado no Estado do RN. O ingresso da mulher condenada assim como disposto nos artigos 105 e 107 da Lei de Execuções Penais, se dá mediante a apresentação da guia de recolhimento, expedida pela autoridade judiciária competente. O processo de admissão que se inicia quando a condenada ingressa no estabelecimento total, é descrito no Regimento Interno Único dos Estabelecimentos Prisionais do Rio Grande do Norte:

Art. 33 Na ocasião do ingresso no Estabelecimento Prisional, o preso se submeterá a revista pessoal e de seus pertences, devendo, logo após, ser submetido a higienização corpórea e substituição de seu vestuário pelo uniforme padrão adotado.

⁷² A grande maioria vem do Centro de Detenção Provisório Feminino, localizado em Parnamirim-RN, algumas poucas passam por delegacias e aquelas que são condenadas por tráfico internacional vem da detenção da Polícia Federal.

Art. 34 Ao ingressar na Unidade, o preso terá aberto, em seu nome, um prontuário, devidamente numerado em ordem seriada, onde serão anotados, dentre outros, seus dados de qualificação, de forma completa, dia e hora do ingresso, situação de saúde física, aptidão profissional e alcunhas.

Após estas etapas “o internado descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo. Geralmente, o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação” (GOFFMAN, 2008, pág. 25). Como expostos nos artigos do Regimento citado acima, a novata é catalogada, seus bens confiscados, seu corpo nu é revistado e depois literalmente higienizado⁷³. Tal processo é mortificante e se apresenta como os primeiros de muitos atos invasivos de enquadramento forçado ao estabelecimento.

O processo de admissão dura até que a novata finalmente se sujeite as normas institucionais, aceitando sua nova condição enquanto internada. Até este resultado final ser atingido serão realizados uma série de ataques ao seu “*self*” onde ele é “sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (GOFFMAN, 2008, pág. 24). Uma vez transpostas estas etapas iniciais, as mulheres são encaminhadas para a cela de triagem onde ficam por um período de dez dias. Durante este período a equipe dirigente desempenha uma série de atividades burocráticas acerca das recém chegadas, como também avaliam as informações necessárias para o alojamento das novatas nas celas de convivência. Contudo, durante a mesma ocasião essas novatas vão aprender que a triagem também se chama “castigo”.

As regras da prisão, dos textos normativos às regras nativas de convivência

Após a chegada à Instituição Total e o reconhecimento do terreno que para umas será o seu lugar de trabalho e para outras o seu local de residência, inicia-se a prática e aprendizado dos textos normativos institucionais, assim como das regras nascidas da interação e tradição local. Como a parte referente aos textos normativos já foi descrita anteriormente faremos em um primeiro momento uma descrição das regras locais criadas e seguidas pelos

⁷³ Até onde nos informamos, as agentes não tomam parte no processo de limpeza, apenas instruem a nova interna sobre a obrigatoriedade da higiene e a enviam para a cela, onde lá a mesma deve tomar banho.

dois grupos em interação. Em seguida, trato do processo de aprendizado das regras do sentimento e, por fim, retomaremos à vida cotidiana na prisão e se mostrará claro a importância desta exposição das regras que regem não só o comportamento, mas as emoções desses dois grupos distintos.

Como observei, ao chegarem na prisão ambas, agentes e internas, passam por situações testes que tem como principal propósito interiorizar as regras locais nos sujeitos recém-chegados. Vamos observar agora, a partir da visão dos dois grupos em perspectiva cruzada, duas situações chaves que compreendem o início do trabalho e do internamento na prisão, a revista íntima e a dupla triagem/castigo.

A revista íntima

A revista íntima é de certo o procedimento físico mais invasivo realizado pela equipe de agentes, a exposição do corpo nu, em posições humilhantes e refletido em um espelho com grau pode ser entendido por aquilo que Goffman (2008) classificou enquanto uma “mortificação por exposição contaminadora de relação interpessoal imposta”, pois o indivíduo submetido à revista íntima é simbolicamente invadido e contaminado pelo olhar do outro em uma situação aparentemente “degradante”. Grande parte das agentes penitenciárias com que falamos tão pouco gostam de executá-la, contudo são cientes que é extremamente necessária para garantir a ordem e a segurança do presídio. Contudo, durante o Curso de Formação, não houve sequer uma aula prática sobre o tema, deixando as agentes novatas sem uma referência de como realizar o procedimento e despreparadas para a situação. Entretanto, como em muitas outras situações o aprendizado se deu com as membras mais antigas da equipe dirigente, como relatam algumas de nossas interlocutoras:

O curso não teve nenhuma revista prática nem nada. Quando a gente chegou aqui foi que a agente que nos recebeu foi explicando o funcionamento, como era a hora do destranca, a hora do tranca, como tinha que se comportar e a forma como a gente devia impor o respeito, como era que se fazia uma revista. No caso na época aqui, o que muda de direção pra direção. Às vezes tem uma direção mais branda que diz “não, não precisa usar o espelho” a outra já diz “Tem que usar”,

então muda um pouco. (Lígia)

O que pudesse fazer eu fazia, mas sempre perguntando ao antigo. Mas teve a experiência além. Porque foi um impacto, pegar e revistar uma senhora que anda com dificuldade, ter que mandar agachar, abrir, eu acho assim, por mais que seja o meu trabalho é uma falta de humanidade. Mas num tá na pessoa em si, tá no que se esconde por trás dessa pessoa, uma idosa pode muito bem levar drogas. Pra gente aceitar isso fica um pouco difícil, “agacha, abra suas partes íntimas”, é meio difícil lidar com isso. (Paloma)

A gente fica um pouco constrangida porque a gente tem que olhar fixamente pra ver se não tem nada saindo e é ruim, as vezes eu fico pensando “será que eu fiz a revista direito?”, mas eu observo. Eu sempre tento respeitar. Porque é o procedimento, é pra a segurança nossa, é para a segurança delas que tão lá dentro, então tem que fazer. (Talita)

Todas as nossas interlocutoras aprenderam a fazer a revista íntima na prática, sob a orientação de uma agente mais antiga, ainda que hoje algumas delas tenham divergências em como realizá-la, não há desacordo sobre sua necessidade. O método de trabalho varia então de unidade à unidade e de direção pra direção, ficando a critério de interpretação local a melhor forma de fazê-lo ou como tradicionalmente vem sendo feito por determinado diretor ou diretora. É interessante destacar que aqui a exposição contaminadora de que Goffman (2008) falava, afeta também a outra parte envolvida na interação, pois como podemos ver a relação interpessoal imposta e o olhar fixo nas partes genitais de outra mulher pode levar a uma perturbação na representação do papel da agente penitenciária, devido a sensação e desconforto provocada pela contaminação ou o terror a ela.

No caso das internadas a revista não causa nenhuma surpresa. A maioria delas, já que grande parte visitava algum homem na prisão antes de ir presa já conhece essa situação – o que não elimina a sensação de desconforto e humilhação. Vejamos através do relato de

algumas de nossas interlocutoras, como elas percebem o procedimento da visita íntima, quando visitavam seus maridos e enquanto estão na prisão.

A primeira revista íntima foi tranquila porque aonde eu fui visitar ele não era como elas me revistam hoje aqui eu sendo presa, eu só tinha que me abaixar. Mas agora... Nossa é meio constrangedor contar, mas você só falta mostrar o útero pra elas. E elas revistam tanto a parte da frente como a de trás, pelo espelho que tem a imagem ampliada. Mas quando eu fui visitar ele a primeira vez eu tirava a roupa, passava pelo detector de metais e me abaixava. Ficava nua na frente da agente, mas eu não tinha que fazer força e nem mostrar nada, não tinha que abrir minhas partes. (Ranna)

Ai! É horrível, eu me sinto tão mal, porque é triste. Minha avó já reclamou, porque ela é muito velhinha, tem problemas nos ossos, ai pra pessoa se agachar três vezes, aí tem que abrir bem muito, aí bota lanterna, espelho de grau. Ai pra ela é um constrangimento, né? Ela é uma senhora, nunca passou por isso e tem que se abaixar, do mesmo jeito que as outras pessoas se abaixam ela tem que abaixar também. Agora eu, só faço se eu for no médico, se houver revista de rotina nas celas, ai vai pra revista. Eu que sou bem novinha, eu fico tão constrangida... Agora eu tive que fazer revista pra falar com você tá vendo? [risos] (Bianca).

Como exposto por nossas interlocutoras a situação da revista gera um desconforto a todos nela envolvidos, inclusive ao pesquisador que vai a campo e que, devido às regras da Unidade, acaba submetendo suas interlocutoras a tais procedimentos. A situação da revista funciona como aquilo que Goffman (2008) chamou de teste de obediência, pois coloca a prova a fidelidade das agentes às regras operacionais passadas pelas mais antigas, como é um teste de submissão das internadas que mostra que o corpo delas agora pertence à Instituição. E

um teste ao visitante que ainda que desconfortável nada pode fazer perante a totalidade do controle institucional que a todos absorve em sua entrada.

Contudo, uma vez que o indivíduo sujeita-se aos ditames institucionais e aceita seus procedimentos como uma ação cotidiana, gera um sentimento de indiferença no qual para algumas agentes a revista não é nada mais do que outro procedimento operacional. Da mesma forma há internas que passam pela revista como se estivessem indo ao banheiro. Diga-se, de passagem, que acredito que esse estado de indiferença a um procedimento tão invasivo se dá através da incorporação das regras institucionais ou de uma extrema racionalização desse procedimento de modo a atingir os objetivos propostos, seja no caso das agentes em manter a unidade segura e demonstrar eficiência; seja no caso dos visitantes e das internas que se submetem a isso para encontrar-se com as pessoas queridas das quais foram apartadas.

A triagem e o castigo

Ao chegar na instituição, toda interna passa por uma revista íntima, recebe uma farda quando disponível e é encaminhada para uma cela na qual passará dez dias, até que a equipe dirigente tenha estudado sua ficha e a designado para uma cela no pátio. Esta primeira cela é chamada de “cela de triagem” e é a maior marca de ingresso no estabelecimento, onde também ocorrem os testes de obediência mais intensos e conseqüentemente se aprende as regras locais. A primeira regra a ser aprendida na triagem é que a hierarquia na cela é marcada pela antiguidade, assim a interna mais antiga terá a preferência pela cama, ou na linguagem local, “pedra”. Assim a recém chegada, muitas vezes é obrigada a dormir no chão. Podemos entender melhor essa regra sobre o relato de um desentendimento entre internas da mesma cela:

É porque foi assim, tem “três” pedras, eu durmo no chão, ai você vai embora, a vez de subir pra pedra é minha. Ai a menina foi embora, a vez de subir era minha. Só que tinha uma menina lá que queria subir na minha frente, ai eu disse que não era a vez dela e ela disse: “mas fulana me deu a pedra pra mim subir”, eu disse: “mas a vez não é sua, é minha!”. Quando fui ver ela tentou me tirar, me puxar pelo colchão lá de cima. (Lívia)

Normalmente quando há conflito entre internas da mesma cela, as próprias internas chamam as agentes para lidar com a situação, não é do interesse delas ter que lidar com um tumulto que a qualquer hora pode sobrar pra elas também. Isso nos apresenta a outra regra local das internas, a de que “ninguém manda na cela”, é interessante destacar aqui, que nem as internas e nem as agentes gostam da ideia de uma mulher com uma rede de relações de poder bem articulada, que possa comprometer a ordem do presídio. Como nos fala nossa interlocutora: “Se tiver alguma diferenciada, a gente bota pra sair da cela e ir morar no seguro” (Lívia).

Em uma de nossas conversas com uma das diretoras que entrevistamos, ela confirmou este tipo de ação, em parceria com o pavilhão. As próprias internas apresentavam várias queixas contra o comportamento abusivo de uma ou outra. Quando a equipe dirigente reconhece o perigo real à segurança da prisão, a interna é levada até uma cela especial onde aguardará a transferência, desta forma, agentes e internas trabalham juntas para uma melhor convivência na prisão feminina. Mas talvez o principal aprendizado na triagem venha do convívio com mulheres que se encontram lá, não por terem acabado de chegar na prisão, mas sim por terem desafiado a ordem imposta pela equipe dirigente e estão lá por castigo.

Na prisão feminina do CPJC existe um corredor onde ficam três celas menores que são usadas para o castigo e triagem. Até o ano de 2008 em outra parte, por trás da ala feminina funcionavam duas celas chamadas por nossa entrevistada de “cafua”. Uma interna que esteve várias vezes na “cafua” a descreve da seguinte forma:

A “Cafua” era assim, era duas celas. Uma onde fica Laura que é “a doida” que ficava lá isolada e outra cela que ficava as presas que fizessem qualquer coisa que era o castigo né. Seu direito era o quê? Era um pão seco de manhã com um copo de leite, à tarde uma quentinha que quando ia era daquele jeito: azeda! E à noite a quentinha só e um copo de café. E ali você passava um mês.... (Luíza, 28 anos, entrevista concedida no ano de 2011).

Segundo a interna essas duas celas ficavam por trás da ala feminina do CPJC, de frente para o lado do pavilhão masculino do complexo. Ainda sobre a estrutura física da “cafua” ela

completa: “Era uma cela com uma pedra, com um chuveiro e um sanitário, só!” (Luíza, 28 anos). A “cafua” foi desativada em 2008 após uma vistoria do Tribunal de Justiça, O Juiz ordenou que ela fosse desativada. E assim as duas antigas celas que eram conhecidas como “cafua” hoje não existem mais.

Passado a época das reformas⁷⁴, a administração do CPJC resolveu usar três celas em um corredor mais distante do pátio e das celas de convívio. Essas três celas até hoje são chamadas de “castigo” pelas internas. Uma interna as descreveu sua estrutura da seguinte forma:

São três celas, elas são um pouquinho menores que as celas de convívio com camas de alvenaria, uma belichizinha e dentro de cada cela de castigo tem uma beliche, tem 2 lugares 2 camas.” (Roberta, 30 anos, entrevista concedida em 2011)

Segundo as internas as celas de castigo são imundas, cheia de ratos, baratas e mosquitos. É possível sentir o odor da fossa estourada ao lado do pavilhão, como também das fezes atiradas por Laura⁷⁵ que reside em uma cela próxima. O pátio e as celas de castigo são separados por uma chapa de ferro e por isso o “castigo” as vezes também é chamado de “chapa”.

Talvez o fato mais curioso sobre o castigo, seja a sua relação com a triagem, pois ambos funcionam no mesmo espaço físico, contudo as internas são enviadas a esse espaço como adaptação ou punição. Sendo assim, as novatas na instituição passam os seus primeiros dez dias enquanto internadas, na companhia de internas de mau comportamento, em uma situação psicológica turbulenta, sem visita, sem comida extra, entre outros agravantes. A novata então é submetida a um de seus maiores testes dentro da instituição, o da convivência. Este é o momento onde a novata se dá conta do lugar que está e como a instituição total tenta dobrar a qualquer custo a vontade do indivíduo. A experiência nessas celas diferenciadas varia de acordo com o motivo pelo qual a interna foi parar lá, vejamos: “Já passei pelo

⁷⁴ Entre 2008 e 2011 foram feitas reformas significantes na prisão, como a demolição das antigas celas de castigo e apropriação de novas, construção da nova sala da direção, construção do berçário e entre outras.

⁷⁵ A Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento do Estado do RN não possui ala feminina, sendo uma unidade voltada apenas para a demanda do sexo masculino. Dessa forma a interna Ana Laurindo tida como “louca”, vivia do mesmo modo que as outras internas. Por se auto flagelar muitas vezes a ponto de pôr em risco a própria vida e a vida das companheiras através da violência física, a atual administração do presídio a detém isolada em uma cela do pátio.

castigo, mas como castigo não, passei de triagem, passei dez dias só. Mas graças a Deus nunca fui pro castigo porque briguei ou desacatei alguém, nunca, nunca, nunca” (Lillyane).

A partir do que diz nossa entrevistada, podemos ver o efeito paradoxal quando ela se refere ao espaço em que esteve, “já passei pelo castigo, mas como castigo não”. A interpretação do espaço muda consideravelmente dependendo do momento e motivo pelo qual a interna é destinada até lá. Acredito que isso acontece devido aos outros significantes que acompanham a experiência do castigo, como por exemplo: não receber a comida enviada pela família, não poder ver a família por várias semanas, distanciar-se de algum afeto dentro do pavilhão e o mais agravante, ter que lidar com uma sindicância atestando o mau comportamento em sua ficha. Lemgruber (1999, pág. 34) em sua etnografia sobre mulheres em situação de prisão comentou sobre a cela de castigo encontrada no Presídio Talavera Bruce:

Ainda situada no mesmo bloco principal encontra-se a cela de segurança, cela de castigo ou “surda”, destinada às presas que infringem normas disciplinares e que conta com 10 cubículos individuais. A “surda” configura a idéia da prisão dentro da própria prisão – um castigo adicional que, invariavelmente, marca a detenta e ativa sua revolta pelo fato de encontrar-se presa. Além de estar isolada dentro da instituição, deverá passar por inúmeras privações além daquelas normalmente impostas. Resistir às precárias condições de vida na “surda”, mantendo razoável equilíbrio emocional, nem sempre é possível e tal situação é agravada com a proibição de visitas que em condições normais ocorre aos sábados e domingos. Esta punição suplementar afigura-se insuportável. Encontrar uma detenta recém-saída da “surda” é deparar-se com um indivíduo profundamente revoltado, mortificado e humilhado.

Durante a pesquisa algumas de nossas interlocutoras haviam saído do castigo e outras foram parar nele depois. É notável a mortificação passada por essas mulheres, algumas delas esperavam há semanas para ver algum familiar e ao serem mandadas para o castigo perdem o direito à visita. O visitante, por sua vez, sem saber do ocorrido é avisado na porta da prisão e

sem saber o que fazer volta pra casa com tudo que estava levado para a prisão, o que lhe acarreta um sentimento de frustração e impotência. Então talvez a maior lição aprendida na triagem seja a de que “aqui você tem que baixar a cabeça”, você não tá mais na rua, aqui quem manda é a Instituição.

O tema do castigo/triagem, merece maior aprofundamento e esperamos em outro momento poder trabalhá-lo, mas agora é necessário que voltemos o olhar para regras aprendidas durante a triagem e os primeiros dias no pátio. As regras que regem os sentimentos, o que se deve expressar e o que se deve reprimir. Tanto a equipe dirigente como as internas executam constantemente uma gestão emocional, de forma a tentar controlar as imagens que passam de si, o que Goffman (2007) chamou de atuação profunda. Este tipo de gestão é interessante para compreendermos a influência das emoções no cotidiano prisional e como essas mulheres organizam sua vida em torno dessas performances que definem os anos que passarão em um contato forçado com as outras.

As regras do sentimento

Como citado no início da segunda parte deste trabalho as regras do sentimento referem-se à estruturação das regras sociais em relação ao que devemos sentir e expressar. Em nossa visão, na sociedade *livre*, tais regras seguem um padrão de sentimento ideal que é um reflexo da moralidade existente, por exemplo seria considerado imoral alguém sorrir e comemorar um enterro enquanto a grande maioria chora o falecido. Ou seja, temos a ideia do que é recomendável ou não sentir em determinadas situações sociais. Contudo, dentro de uma *instituição total* o padrão de sentimento ideal é construído na interação social, a partir de uma moral própria à Instituição. Ainda que uma moralidade hegemônica seja a referência e origem da moral estabelecida dentro a prisão, esta opera em um contexto repressivo onde os dispositivos de poder permeiam as relações sociais através de uma constante vigilância e onde a desconfiança é um estado quase que constante.

O labor emocional no cotidiano da equipe de agentes penitenciárias

Nos primeiros meses de trabalho percebem que o trabalho na prisão não é como qualquer outro e exige uma performance própria à Instituição, esse período marca a emergência do papel de agente e em alguns casos do sujeito agente penitenciário. Enquanto

este primeiro representa através de uma *atuação profunda*, ou seja gerenciando os próprios sentimentos, o segundo agrega à sua identidade a representação que faz de si e a imagem que têm dele, dentro do estabelecimento total. Contudo, nos dois casos e o que parece ser compartilhado por todas as agentes é a ideia de controle emocional, de não deixar transparecer nenhuma emoção que possa contribuir para a desvalorização de sua autoridade dentro do pavilhão, vejamos:

Quando eu entrei aqui eu era muito emocional, elas conseguiam me tirar do sério. A gente que é agente penitenciária, a gente tem que aprender a separar o nosso lado emocional do nosso lado profissional. Então, a gente tem que ser na medida do possível, fria. A gente não pode entrar no jogo delas, no sentido que elas ficam soltando piadas, ficam com risadagens fazendo deboche, se a gente for entrar nessa pilha... Não é por ai. Então, hoje eu acho que eu atingi essa maturidade, eu acho que elas não conseguem mexer com meu emocional. Mas isso só vem com o tempo (Renata).

Esta gestão emocional descrita por nossa interlocutora como uma condição ao trabalho de agente penitenciária é aquilo que Hochschild (2013) chamou de *emotional labour*⁷⁶, o trabalho emocional⁷⁷ voltado para o mercado. Pois se faz necessário uma tentativa de gerir aquilo que se sente e expressa por motivos profissionais. Então ao “separar” o emocional do profissional, nossa interlocutora na verdade está gerindo seus sentimentos em relação ao trabalho e isso fica claro nas performances por parte das agentes penitenciárias. Nas visitas ao campo da pesquisa, observei que todas as agentes penitenciárias usam óculos escuros, para esconder os olhos principal, foco do contato interpessoal. Em uma das conversas com uma agente, ela contava que uma vez se emocionou com um reencontro de um bebê com a mãe e as lágrimas ao começar a saltar dos olhos ela só pensava “onde estão meus óculos?” e teve que sair correndo do pátio para evitar que as internadas vissem sua emoção naquele contexto.

⁷⁶ Aqui por nós traduzido como labor emocional, pois é um conceito distinto do trabalho emocional.

⁷⁷ Do original *emotional work* (HOCHSCHILD, 2013)

As agentes têm que realizar constantemente um labor emocional que consiste em não demonstrar emoções que concebem como fragilizadoras, como medo ou tristza e enfatizar uma seriedade e alegria performáticas. As internas enfrentam o mesmo desafio, contudo diferentemente das agentes que só realizam esse labor emocional específico durante o horário de trabalho, as internas desempenham um gerenciamento mais voltado para vida privada, um trabalho emocional. Contudo, o fato de não viverem uma vida de fato privada e independente traz graves consequências à sua noção de identidade.

Cabe, aliás, frisar as consequências do trabalho emocional em uma instituição total, porque diferentemente da vida na sociedade livre, as internas têm todo o seu dia constantemente administrado e vigiado pela equipe dirigente, assim como lutam por sua reputação e ascensão na hierarquia do pavilhão. Desta forma, a *instituição total* faz com que as internadas desempenhem um trabalho emocional constante, já que pelo fato de estarem presas dificilmente podem operar a partir de um padrão de sentimento diferente. O indivíduo na sociedade extramuros é deparado com inúmeras situações sociais diferentes em que alterna a sua referência moral dos sentimentos para se encaixar melhor em cada uma dessas situações, como por exemplo: casamentos, enterros, trabalho, eventos de lazer e muitos outros. Mas as internadas raramente saem da unidade penal, muitas nem deixam suas celas, sendo que essa *atuação profunda* e constante custa a noção de identidade tida pelo sujeito e representa bem o processo de mortificação do eu. Vejamos o que uma de nossas entrevistadas fala sobre o assunto:

Ah, hoje de manhã eu tava tão triste, agora eu tô melhor, porque aqui é assim, tem horas que a cabeça vai pro lado bom, tem horas que vai pro lado ruim. Foi até bom vim pra essa entrevista, só assim eu saio daquela cela, ainda passei a tarde no ar-condicionado [risos]. Porque assim, lá dentro você não conversa com ninguém assim, todo mundo já tem problema demais pra querer ouvir problema dos outros. Quando você tá mal e quer conversar sobre algo, elas não dão espaço.
(Silvia)

Vemos que as internas administram suas emoções com objetivo semelhante ao das agentes, ou seja, camuflar qualquer expressão de sentimento que possa passar a ideia de fraqueza, desta forma isolando a identidade que tinha de si mesmo antes da prisão, preservando-a para os dias de visita na unidade, em que pode desempenhar o antigo papel que atribuiu para si como seu verdadeiro *self* e que abarca os papéis de filha, mãe, entre outros.

Conclusão

Entendo que o processo de admissão na prisão feminina do CPJC é marcado por testes de obediência que têm como objetivo subjugar o *self* às suas normas, sujeitando-o às suas vontades. Ainda que atingidos de formas diferentes, tanto a equipe dirigente quanto as internadas sofrem com a influência da instituição na administração de suas vidas. E ainda que o processo seja mais lento nas membras da equipe dirigente, ele deixa marcas de sujeição as quais se fazem presentes também na vida cotidiana fora da instituição. Contudo, nas internas o processo é mais rápido e intenso, resultado de insultos e humilhações constantes, que resulta em uma cotidiana negação de suas identidades. Por fim, verifico que as emoções influenciam a forma com que agentes e internas vão interagir entre si. Mas essa atuação profunda constante cobra seu preço através de uma fragilização interior e que se mostrou bastante evidente nos vários relatos carregados de lágrimas que compuseram as entrevistas realizadas.

Capítulo 7

As “entendidas” e as formas de relacionamento amoroso na prisão

Ao tentar analisar as emoções em um contexto prisional, nos deparamos com dinâmicas locais no que se refere ao início dos relacionamentos amorosos e sua manutenção. Como já apontei anteriormente, entendo esse tipo de relacionamento como um sistema de trocas recíprocas onde o foco é o elo que une aqueles que nele participam. A manutenção desse elo social, como sua melhoria, demanda uma alta cota de reconhecimento das partes que são movidas pelo desejo de estar com o outro, assim retroalimentando o ciclo da reciprocidade. Entretanto, diferentemente dos casos aqui já relatados em que tomamos o dom de abertura como resultado do “esforço de fusão com o outro” tomaremos como exemplo relatos de internas que falam sobre “outros tipos de amor”, aquele que tem seu início por amor, paixão ou uma grande amizade; aquele que nasce por interesse, onde o ciclo da reciprocidade é iniciado a partir do que ele pode gerar como ganho pessoal para a parte interessada e aquele que nasce da carência, como maneira de suprir a solidão.

Nesse sentido, a proposta é utilizar o amor como categoria de análise, baseado no que me foi relatado a respeito da prática das relações interpessoais de caráter erótico, sejam elas de curto, médio ou longo prazo. Assim, não estou falando apenas da noção de amor romântico tão compartilhada em nossa sociedade, mas focando as práticas locais de associação afetiva entre pessoas.

As relações amorosas dentro da ala feminina não acontecem em um mundo à parte do nosso. Como já deixei claro na primeira parte deste trabalho, a prisão não é como um bloco de chumbo ou uma realidade alternativa. Ela é porosa, uma extensão da nossa sociedade, onde até ela se estende a moral, a política, a ética, a cultura e tantos outros aspectos do *ethos* da nossa sociedade. Talvez a maior diferença entre os relacionamentos amorosos da ala feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves e aqueles observados em nossa sociedade nordestino-grandense é que a sua maioria são relacionamentos homossexuais. De um total de 96 internas⁷⁸, tendo apenas 7 dessas recebendo visita íntima de companheiros e 2 de suas

⁷⁸ Número de internas em regime fechado no CPJC obtido diretamente com a direção da unidade no mês de dezembro de 2014.

companheiras, a grande parte das apenadas restantes está ou já esteve envolvida em algum relacionamento homossexual e é sobre esses relacionamentos que irei falar agora⁷⁹.

Durante a pesquisa na ala feminina do CPJC realizada entre os anos de 2010 e 2011, era possível observar alguns casais durante o banho de sol e nas sessões de cinema, algo que entre 2013 e 2014 não era mais possível observar com tanta facilidade. Na primeira situação de pesquisa pouco consegui conversar sobre o assunto da homossexualidade entre as internas, contudo ao retomar a pesquisa no mesmo campo senti que era necessário entender essas relações para poder falar de amor dentro de uma prisão de mulheres e entendermos o porquê do aparente sumiço dos casais. Ao todo das quinze apenadas entrevistadas, quando perguntadas sobre o “amor” dentro da prisão recebemos três tipos de resposta que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho em diferentes momentos. Essas respostas falavam que o amor dentro da prisão se apresentava de três formas: por carência, por interesse e pelo gostar. A proposta neste capítulo é analisar estes tipos de relações amorosas cruzando-as com teorias relacionadas ao tema.

A homossexualidade na ala feminina é uma prática comumente exercida entre as internas e socialmente aceita entre elas, contudo institucionalmente não incentivada, sendo punível pela administração da unidade com uma ida ao “castigo” e mudança de cela se o casal residir na mesma⁸⁰. Observo que o processo de mortificação do eu, como trabalhado por Goffman (2008), no contexto aqui analisado desempenha antes de tudo uma violência de gênero, pois retira bens essenciais à grande maioria das internas que se identificam enquanto mulheres e cultivam sua feminilidade. Tal processo é alimentado por regras locais impostas pela administração do presídio que proíbe o uso de espelhos, esmaltes e vários outros utensílios de embelezamento. Da mesma forma foi instituído no ano de 2011 o uso obrigatório de uniformes que consistem em uma camisa na cor branca e um *short* na cor azul claro. No caso das internas que trabalham na cozinha a camisa é laranja. É proibido o uso de qualquer outra roupa na instituição. Todas essas mudanças foram instituídas no mesmo ano e entraram em ação pouco tempo depois⁸¹.

⁷⁹ Reforço através dessa nota para que o leitor entenda que os relacionamentos amorosos padrão na ala feminina do CPJC são homossexuais, quando precisar fazer alguma referência a relacionamentos heterossexuais esse estará destacado para se fazer notar a diferença.

⁸⁰ Ainda que uma manobra administrativa na gestão de conflitos onde o “castigo” aqui é usado como triagem, muitas internas se sentem punidas exclusivamente por estarem se relacionando eroticamente com outra.

⁸¹ Mais sobre essas questões será abordado no último capítulo deste trabalho.

A ausência de uma orientação em como conduzir a expressão da sexualidade das mulheres em cumprimento de pena de reclusão não é especificamente uma característica local, já que boa parte das unidades do Brasil não apresentam formas de se trabalhar com a expressão da homossexualidade dentro das instituições de privação de liberdade. Ainda que recomendado a todas as unidades prisionais do país, através da resolução nº4, de 29 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a visita íntima homossexual ainda é rara e vista somente em poucos estabelecimentos do nosso país. Em alguns estados⁸² temos uma ou outra unidade que permite a visita íntima para casais homossexuais. No estado de São Paulo, por exemplo, temos a famosa penitenciária de Tremembé, que possui um pavilhão especial para as internas em regime fechado que se casam entre si⁸³. Mas no geral temos poucos avanços reais no que concerne à aceitação da homossexualidade dentro das prisões, onde talvez posições políticas influenciadas por uma moral conservadora sobre a instituição da família e das relações sexuais ainda seja o maior empecilho.

No contexto local as visitas íntimas homossexuais só podem ocorrer mediante declaração de união estável e devem obedecer aos mesmos trâmites necessários à visita íntima heterossexual. Sua ocorrência, contudo, ainda é recente e de pouca expressão, tendo apenas duas visitantes mulheres no período da pesquisa. Como já foi dito anteriormente, as práticas homossexuais dentro do pavilhão são repreendidas e podem até ser punidas por sanções disciplinares⁸⁴. Contudo, as internas desenvolvem estratégias próprias de exercer afetividade amorosa e sexualidade dentro de um ambiente de tantas privações e sanções. Boa parte das estratégias locais vem da própria debilidade do sistema penitenciário, carente de investimentos estruturais de vários tipos, o que é de consciência daqueles que lá trabalham, mas que também têm que desenvolver suas próprias estratégias para lidar com essas dificuldades. O que fica reproduzido em um diálogo que me foi relatado por uma das diretoras da unidade, quando conta que uma interna ao se deparar com as regras sobre relações homossexuais argumentou: “E como nós vamos fazer para se pegar?” e a Diretora, tendo consciência da impossibilidade de uma administração total da vida intramuros, responde “bem, vocês sempre dão um jeito para as coisas, vão achar um jeito pra isso também, mas nas celas não pode mais”. Para entendermos melhor o contexto trabalhado será necessário a

⁸² O Rio Grande do Norte é um desses.

⁸³ Este tendo sido mais uma vez foco dos holofotes da mídia por ocasião do casamento de Susane Von Hitchoffen, condenada pelo assassinato dos pais na década de 1990.

⁸⁴ Quando morarem na mesma cela e mantiverem relações sexuais ou se entrarem na cela da outra.

explicação de algumas categorias usadas no cotidiano da unidade e que fazem parte dos flertes, namoros e do exercício da sexualidade das internas.

Classificações locais

Na interpretação local, a homossexualidade pode ser entendida e categorizada de formas diferentes⁸⁵. Na interlocução com as internas duas dessas categorias de classificação se destacaram por estarem presentes em quase todos os relatos sobre amor e sexualidade na prisão. Ainda uma terceira surgiu mais discretamente, mas também está presente em nossa análise. São elas: as *entendidas*, os *bofinhos* e as *fitas*.

As entendidas

No sistema de classificação local, as entendidas são assim chamadas porque “se entendem” sexualmente com as outras⁸⁶. Pelo que me foi informado é possível supor que as internas são assim classificadas quando sabe-se que já “se entenderam” sexualmente com outra interna, independentemente de sua orientação sexual anterior à prisão ou de manter algum relacionamento fora com algum homem. Uma vez que o fato seja de conhecimento das outras internas⁸⁷, as mesmas passam a saber que a primeira se “entendeu” com outra (logo ela passa a *ser* uma *entendida*) e quando seguem com o relacionamento a mesma *está entendida* com a outra.

Segundo a antropóloga Andrea Lacombe que estudou os modos de socialização de um grupo de mulheres lésbicas em um bar do centro do Rio de Janeiro, no qual a categoria *entendida* também ocupava lugar de destaque, o “*entender* se transforma em um modo de cumplicidade, de compartilhar um segredo que, apesar de público, não implica a ausência de intimidade” (2007; pág.212). De acordo com suas interlocutoras, a preferência pelo termo se daria em função de sua praticidade e suavidade perante outros termos como lésbica, sapatão,

⁸⁵ Reconheço que as questões acerca da homossexualidade na ala feminina demandariam um trabalho somente com esse objetivo. Contudo vou me limitar aos aspectos da homossexualidade enquanto prática local e sua relação com as emoções amor, solidão e amizade.

⁸⁶ Não estou aqui negando o caráter emocional das relações entre as *entendidas*, mas explicando a forma pela qual são classificadas pelas outras, a qual remete a preferência e prática sexual.

⁸⁷ A constituição do sujeito enquanto *entendida* aqui também se dá perante um Outro (enquanto coletividade) que o concede essa característica enquanto tal.

do babado e homossexual. Acredito que seu uso destacado na prisão advém de uma questão de identidade, já que boa parte das mulheres classifica sua atual preferência sexual como transitória, assim não se identificando, na prática cotidiana, com termos como lésbica ou homossexual, ainda que aceitem assim serem chamadas.

Os bofinhos

Em algumas de nossas entrevistas surgiu a categoria *bofe* ou mais comumente chamado *bofinho*. As mulheres recebem essa classificação na prisão da mesma forma que fora dela, quando se apresentam masculinizadas (em performance e estética) diante das outras, com cabelos curtos e roupas masculinas, por exemplo. Contudo, na ala feminina do CPJC com as privações de vestiário e cosméticos como já comentado antes, a caracterização se concentra principalmente na performance. Dentro do pavilhão a interna que é classificada como *bofinho* exerce um papel ativo no flerte e na atividade sexual, assim como na proteção daquelas que com ela *está* “entendida”. Em relação a este, o *bofinho* também é uma *entendida*, mas que possui características masculinizadas não só na estética, como na performance e muitas vezes na reprodução da ideologia machista, onde são protagonistas de agressões e tentativas de estupro dentro do pavilhão.

Na teoria *queer* é utilizada a categoria *butch* para classificar “mulheres que sentem-se mais confortáveis com estilos, códigos e identidades genericamente masculinas do que com àqueles femininos” (Halberstam *apud* Lacombe, 2007: 212), o que seria relativamente a definição mais próxima da interpretação que procuro dar ao termo *bofinho*. Entretanto, assim como Lacombe (2007) prefero manter os termos locais⁸⁸ e pensar no exercício do que ela chamou de *masculinidade de mulheres*⁸⁹ já que as mulheres homossexuais da ala feminina “continuam a se identificar como mulheres *entendidas*, desusando a palavra lésbica e desconhecendo o termo *butch*, por mais que com essas práticas colaborem para quebrar a binariedade compulsória que implica a utilização dos termos homem e mulher” (Lacombe, 2007: 212).

O conceito de *masculinidade de mulheres* implica em uma desassociação da masculinidade como habitante do corpo do homem, sendo ela uma masculinidade alternativa

⁸⁸ Já que *Butch* é uma categoria de classificação nativa norte-americana.

⁸⁹ A autora pensa tal conceito a partir do conceito de *Lesbian Masculinity* como trabalhado por Judith Halberstam (1998).

à tida como hegemônica. Dessa forma, este tipo de masculinidade não seria uma cópia da referida aos homens, mas sim um tipo próprio performado⁹⁰ pelas mulheres, uma “masculinidade sem pau” como coloca a autora e classificável como aquilo que Robert W. Connell (2013) chamou de *masculinidade subordinada*, enquanto masculinidades alternativas que não atendem ao padrão hegemônico e não possuem aceitação moral de nível macrossocial. Os *bofinhos* não seriam assim uma inversão em termos de gênero, uma vez que, rompendo com a dicotomia, ainda se veem como mulheres e se identificam como *entendidas*. A masculinidade dos *bofinhos* ao nosso ver segue então ao que Goffman (2007) classificaria como uma representação de um ator sincero, aquele que acredita veemente naquilo que representa, neste contexto vivenciando uma masculinidade própria, uma “masculinidade sem pau”.

Fitas

Uma terceira categoria surgiu discretamente durante a pesquisa, o termo local *fita* é usado para classificar a *entendida* que em uma relação com um *bofinho* se apresenta de forma feminina, ou seja, enquanto que a *bofinho* se identifica enquanto *entendida* e representa uma masculinidade própria, a *fita* faz o mesmo, contudo representando uma feminilidade específica marcada pela sua contraposição à masculinidade da *bofinho*. Em resumo, a *fita* é ligada a *bofinho*, pois só existe quando contrastada a ela. Pode ser entendida quando se é a mulher da relação que muitas vezes é marcada por uma representação de uma feminilidade subordinada à masculinidade que está em relação.

Após entendermos alguns termos essenciais para a compreensão do sistema simbólico local passaremos para a análise dos tipos de relacionamentos amorosos dentro do pavilhão feminino. Daremos destaque a alguns desses tipos, em especial, por seu aparecimento constante nas entrevistas e conversas em campo.

Algumas formas de amar

Em um primeiro momento gostaria de ressaltar como o relacionamento amoroso aparece como uma das alternativas mais seguras e práticas para adquirir bens e favores, assim

⁹⁰ No sentido proposto por Butler (2000) e Halbestram (1998).

como ascensão na estrutura hierárquica do pavilhão - até então indisponíveis para a interna que não tem ninguém para auxiliá-la fora do presídio. Configura-se assim o interesse material como motivador do *opening gift* do relacionamento amoroso. Em um segundo momento, gostaria de mostrar outros tipos de relacionamentos baseados no *gostar*, como uma consideração afetiva desinteressada de retribuição material, onde o desejo de estar com o outro e assim manter a qualidade do elo social que os une é o principal motivador para relacionamentos pautados tanto na informalidade da satisfação sexual mútua quanto no ideal do amor romântico. Por último, pretendia falar sobre o tipo de relacionamento que tem como principal motivador o desejo de combater o sentimento da solidão, seja ela plenamente emocional, sexual ou ambas. Destaco, desde já que essas são formas de relacionamento que podem acontecer especificamente como irei descrever, mas também podem se apresentar embaralhadas umas com as outras - pois muitas vezes um tipo de relacionamento acaba levando ao outro e assim sucessivamente.

Os relacionamentos por interesse

Aqui tem amor Miojo, tem amor pudim, tem amor cigarro e outros tipos de amor que é tudo por interesse. Tipo assim, tem pessoas que curtem mulher entendeu? É isso, é esse amor, elas não ficam por gostar, elas ficam por interesse (Silvia).

A partir do que coloca nossa interlocutora sobre o que ela chama de “tipos de amor” e da presença do caráter do interesse⁹¹ presente na fala de quase todas as outras internas entrevistadas, conceituamos o *relacionamento por interesse* como todo tipo de relação de caráter amoroso (possuidor de *eros*) que tem como motivação o desejo por quem toma a iniciativa, de receber bens materiais como retribuição à sua oferta simbólica. Vejamos a explicação que nos dá outra entrevistada sobre o mesmo tema:

Tem muitas que é interesseira viu? Se você tá ai no caso, se tiver uma mulher ai, uma entendida né? Tiver assim com uma mulher “eles” procuram mais aquelas meninas que tem compra, feira, que é mais ou menos. São interesseiras. Vão namorar com as meninas que recebem

⁹¹ Cabe destacar que o objeto do interesse aqui não é na pessoa em si, mas os bens que podem ser recebidos a partir do relacionamento com essa.

mais coisas. Que tem feira, que tenha dinheiro na rua pra mandar trazer uma feira também pra elas. Para começar a receber também. (Rayane).

Como podemos ver o relato da interna corrobora com a minha hipótese sobre a motivação do dom de abertura, já que procura estabelecer um vínculo amoroso (de média a longa duração) como um meio de receber determinados bens. Ao perguntarmos, a algumas interlocutoras da equipe de agentes, sobre quem poderia deixar alimentos ou itens de higiene para as internas, nos foi dito que na falta de parentes realizando essa função qualquer pessoa que ligue e explique a relação com a interna pode fazê-lo. Neste caso tornando possível o auxílio por parte dos familiares ou amigos de uma interna à sua namorada. Ao refletir sobre esses relatos percebo que assim como todo o pavilhão é permeado por trocas, tendo em vista a desigualdade social que se estende até a prisão, o amor enquanto emoção⁹² não escapa dessa estrutura e se torna um meio de se obter o auxílio necessário seja para cumprir dignamente sua pena ou para passar a *existir* no sistema de trocas local e assim disputar por um *status* positivo (adquirindo respeito) entre as outras internas.

O amor, aqui neste caso, é performado por um ator social que Goffman (2007) classificou como *cínico*, pois é consciente da falta de veracidade na sua performance, mas a utiliza como um meio de obter aquilo que espera da sua plateia. Ou seja, aqui é performado um desejo de fusão com o outro, como forma de encobrir o interesse na retribuição material por este. Entretanto, esse tipo de interação não é determinado só pelo o que uma pessoa almeja. Temos que considerar que quando a outra pessoa, consciente ou não da performance *cínica*, concorda em um relacionamento amoroso aceitando o dom de abertura, também tem como objetivo o outro (e aqui voltamos aos três motivadores iniciais) seja por gostar, interesse ou carência. Ou seja, essa pessoa está oferecendo um contradom que firma essa relação contratual.

No discurso local as internas tomam a “relação por interesse” como fruto de um amor falso, não verdadeiro, enquanto que o “por gostar” se configura como amor de verdade, pois assim como o dom o verdadeiro amor não exige retribuição⁹³, nem sequer a cogita, já que o único desejo seria o de fusão com o outro. Para maior esclarecimento sobre como esses tipos

⁹² Performada, incorporada e compartilhada na prática enquanto discurso.

⁹³ Não pode transparecer que exige.

de relacionamentos, se entrelaçam e operam dentro do pavilhão, vamos agora contrapor o já descrito “relacionamento por interesse” ao chamado “por gostar”.

Por gostar

Quando resolvi categorizar essas diferentes maneiras locais de se entender os relacionamentos amorosos, optei pelo termo “por gostar” devido a expressão ser utilizada substituindo a palavra “amar”. Aparentemente devido a forma como algumas dessas mulheres veem sua sexualidade como transitória e, às vezes desviante, tendem a reservar a palavra “amor” para quando se referem ao passado, ao falar de algum homem que amava ou pensou amar.

O relacionamento por gostar funciona de acordo com a forma com que descrevo os relacionamentos amorosos como parte de um sistema de trocas recíprocas em que o objetivo é o estabelecimento ou manutenção do elo social que une as partes interessadas em um relacionamento a longo prazo. O termo “por gostar” agrega uma substância de verdade ao amor pretendido, como uma interna uma vez relatou “tem delas que gosta mesmo, é por gostar mesmo da outra”. Em minha análise o gostar que pode ser comparado ao que extramuros dizemos que é por amar⁹⁴ outra pessoa que desejamos tanto estar com ela e outras assertivas semelhantes.

A noção do gostar aqui se assemelha então a nossa concepção padrão de amor romântico, onde há paixão, desejo e uma perspectiva de construção de uma história a dois. O mesmo termo é utilizado ou “transformado” em amor localmente por parte das internas e agentes, quando um relacionamento dura vários anos ou já enfrentou inúmeras transferências e sanções disciplinares para que o mesmo aconteça. Uma vez ouvimos uma agente falar sobre uma interna que recebia visita íntima da companheira “ai ama mesmo, já foi presa com ela e saiu, tem mais de três anos que tão juntas, ai a gente vê que elas gostam mesmo uma da outra”. Há ainda um terceiro motivador dos relacionamentos amorosos identificado pelas internas como o “relacionamento por carência”. Vejamos.

⁹⁴ O amor a que nos referimos aqui é possuidor de *eros* é um amor incorporado e sexuado, não confundir com o amor fraternal.

Por carência

A carência aqui deriva do sentimento de solidão, de se sentir sozinho. É a vontade de suprir o sentimento de “não ser compreendido, não ter com quem compartilhar certas coisas e sentir-se insuficiente em termos afetivos, não ter opções de ocupação e de expressão” (Martins, 2010, pág. 78). No caso das internadas, elas não estão de fato só, estar só em uma prisão é algo muito difícil, contanto elas se sentem só. Tal diferença é explorada no trabalho de Martins (2010) acerca da solidão nas grandes metrópoles, onde o “estar só” se refere ao plano físico, estar sozinho em um lugar e o “ser só” se refere ao se sentir só independente de se estar só fisicamente, é quando a solidão passa a fazer parte do sujeito. Uma das entrevistadas nos conta como se envolveu com outra interna porque se sentia muito só.

Eu entrei nesse relacionamento pela carência, é pela carência. Eu me sentia muito só. Ninguém ia me visitar, eu vivia em um canto recuado, não conversava com ninguém. Aí chegou essa pessoa perto de mim, começou a conversar comigo, começou a me agradar, começou a me dar carinho e aí daí eu fui me apegando a ela, me apegando, me apegando, aí foi daí que rolou um clima [risos] ai Jesus! Que vergonha meu Deus! [risos] (Geórgia).

A questão da solidão na prisão nos remete novamente a destruição da identidade individual, pois como visto no relato acima, ela se encontra em indivíduos fragilizados perante a interação com outros, onde seu eu foi ou é repetidamente negado ou insultado e não encontra no ambiente ao seu redor qualquer forma de acolhimento ou solidariedade. Vejamos como outra interna, esta, heterossexual percebe os relacionamentos homossexuais por carência:

Nunca tive nenhum relacionamento com mulher e nem tenho preconceito. Mas acho que boa parte desses relacionamentos é por causa do marido. Tem umas que o marido é preso aí arruma outra, aí

elas ficam como diz elas “Não, porque eu tava carente, dois anos e pouco sem homem”. Ela tava me dizendo: “ah já foi dois anos e cinco meses que eu não vejo nada, não vejo homem, nada, ai chegou a tampa da minha panela” que é outra mulher ne! Ai eu disse “Ah, pois, pra mim num tem pra carência! Eu posso passar...” Tá repreendido em nome de Jesus! “Eu posso passar quatro anos fechada, mas não tem pra carência, eu espero os quatro anos, quando chegar na rua arrumo um namorado!” E mulher de bandido viu! Bandidão mesmo que faz, eu mesmo não tinha essa coragem, nem tenho e nem quero ter (Lívia).

Neste segundo caso a carência é articulada ao “estar só”, pois remete ao contato sexual com o parceiro homem. A carência seria principalmente em virtude da falta de relações sexuais e que passa a ser suprida através da relação com outra mulher. Ainda que tenha mostrado dois exemplos distintos, o “estar só” e o “ser só” muitas vezes se inter-relacionam. Pois o fato de se estar só fisicamente de forma involuntária contribui significativamente para o sentimento da solidão que é sinônimo do ser só. E muitas vezes este sentimento leva o indivíduo a se isolar fisicamente dos seus pares.

Por fim, gostaria de falar sobre um outro tipo de relacionamento, este identificado e classificado a partir dos relatos das internas, mas que ao o articularmos enquanto categoria analítica acredito cobrir os mais significantes tipos de relacionamentos amorosos dentro do pavilhão feminino. Como já dito antes a ala feminina é uma extensão da sociedade e não uma realidade isolada. Dessa forma as internas desenvolvem flertes e atraem amantes de maneira semelhante a quem se encontra fora de uma unidade penal. A condição de diferença aqui são os obstáculos impostos não só pela direção da prisão, mas também pela própria interação social com o restante do pavilhão e principalmente suas companheiras de cela.

Os relacionamentos puros e a prisão

Tanto fora quanto dentro da prisão, ao buscarmos alguém temos por objetivo, entre outros aspectos, tentar romper a solidão do individualismo e expandir os limites da alteridade a nível de uma fusão não só simbólica, mas corporal. Nos deparamos com inúmeros amantes, sejam eles por impulsos, prazer, carência ou por estarmos inseridos nessa narrativa dramática

a que o amor romântico nos impõe⁹⁵, através de uma concepção hegemônica do amor, presente em nosso cotidiano através de filmes, livros e assim sucessivamente.

Desta forma, as mulheres do pavilhão feminino, também desenvolvem relacionamentos fluidos e de curto prazo, por inúmeros motivos, o que Bauman (2004) chamou de *relacionamentos de bolso*, como relacionamentos rápidos e sempre a mão quando necessários. Entretanto, acreditamos que a melhor forma para classificar esses relacionamentos mais fluidos e nos quais não há uma pretensão de se criar uma história a longo prazo, mas sim de aproveitar ao máximo o que ele tem a oferecer, seja o conceito de *relacionamento puro* de Giddens (1993). Sobre esse conceito, gostaria de ressaltar que não o penso como uma forma democrática de relacionamento e nem concordo com o desencanaixe no tempo a que o autor se refere para explicar o surgimento do mesmo. Mas o mantemos enquanto conceito pelo seu caráter de classificar um relacionamento que basta por si mesmo e que faz sentido para as partes enquanto elas podem extrair o máximo dele. Sendo estabelecido desde o seu início como algo transitório, qualquer uma das partes pode se retirar dele e desmanchar sua forma.

Pelo que foi observado entre as internas, os *relacionamentos puros* são uma das formas de relacionamento mais estabelecidas dentro do pavilhão, devido ao seu caráter transitório e informal, o que no linguajar local pode ser classificado como *ficar* ou *se entender*⁹⁶. Diferencia-se dos relacionamentos por interesse em dois pontos principais, o primeiro é que o relacionamento por interesse enquanto se pretende motivado por amor pressupõe um planejamento de relacionamento a longo prazo e uma necessidade de formalização para obtenção dos bens pretendidos, o segundo é que no relacionamento puro as partes são conscientes de seu interesse e de sua forma não duradoura, podendo se desmanchar a qualquer instante.

Contudo, ao se estabelecer a interação social entre as parceiras impera o desejo sincero dirigido à outra. Como uma *atuação sincera*, esse tipo de relacionamento é normalmente visto sem o *status* negativo conferido a *relação por interesse*. Ao contrário, ele é visto como diversão ou uma forma de lidar com a solidão e outros eventos considerados negativos dentro do pavilhão. Percebo que esse tipo de relacionamento ocupa um lugar de meio termo entre o

⁹⁵ Tal aventura faz parte da ideia de romance presente no discurso do amor romântico.

⁹⁶ Os termos acompanham o caráter informal deste tipo de relação ainda que o segundo também seja usado para relações de longo prazo em que é reconhecido a presença do amor entre as partes.

relacionamento por interesse tido como falso (e por isso negativado) e o *relacionamento por gostar* tido como verdadeiro (e positivado). E é muitas vezes praticado como uma forma de se fugir da solidão através do contato físico. Este tipo de relacionamento não é classificado como amor pelas internas, devido principalmente a sua informalidade e falta de perspectiva de um futuro a dois, mas não está totalmente excluído enquanto um caminho para se chegar ao mesmo.

Conclusão

Vimos então as quatro principais formas pelas quais os relacionamentos amorosos dentro da prisão feminina vêm à tona. Partimos dos relatos das nossas interlocutoras que falavam em três tipos de relacionamento e tomamos a liberdade de adicionar um quarto. São eles respectivamente o por interesse, por gostar, por carência e as relações puras (encontrado em campo pelos nomes de “casos”, “brincadeira”, “ficada”, entre outros). Antes de concluir gostaria de destacar que todas essas formas de relacionamento também existem extramuros, mas que na prisão feminina ganham outros contornos e são de extrema importância para as internas, que através deles exercem uma resistência aos constantes ataques à sua identidade, que visam transformá-las em corpos anestesiados e moldáveis aos propósitos da equipe dirigente.

Capítulo 8

As emoções e o controle dos corpos em uma prisão de mulheres

No presente capítulo discorro sobre como as emoções são usadas para o controle dos corpos das internadas dentro da prisão feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves. Todavia, mostro também como esse mesmo meio de controle abre o precedente para a resistência à dominação. Em um primeiro momento trato algumas formas de controle diretas, em segundo momento, discorro sobre formas de controle, em terceiro lugar trato das formas de dominação e resistência e por fim, concluiremos falando sobre o que foi apresentado.

Formas de controle através de sanções diretas

Tais formas de controle são exercidas de forma planejada pela equipe dirigente e a maioria delas é de prática local, sendo tradição da equipe. Não estarei aqui julgando essas práticas, mas apenas as descrevendo. Tratam-se de inúmeras práticas locais de controle direto e acreditamos não ter tomado conhecimento de todas, mas iremos aqui relatar algumas das mais efetivas e recorrentes.

Punições coletivas

De acordo com o inciso 3º do artigo 45 da Lei de Execução Penal são vedadas as sanções coletivas. Contudo, aplicam-se sanções coletivas por cela e a todo o pavilhão. Como forma de instaurar uma vigilância por parte das próprias internas dentro de uma mesma cela, a direção pune a todas na cela se houver alguma falta, como podemos ver no relato de uma das internas entrevistada:

As televisões aqui é pra ser desligada às 11 horas da noite se elas pegarem ligada [após o horário] passa três dias a cela de castigo, elas tiram a televisão e ventilador. Elas trancam mesmo, a cela que eu to a gente ficou trancada segunda, terça e quarta porque uma menina tava louvando alto porque tá perto de sair daqui (Mariana).

Há ainda formas de sanções coletivas para todo o pavilhão, quando mais de uma cela rompe a lei do silêncio, como nos contaram algumas das agentes. Quando o pavilhão está muito barulhento a noite, uma delas vai e desliga o interruptor da energia, deixando a todas as internas no escuro e sem poder usar qualquer aparelho elétrico. Ou como no caso de sanções em que todo o pavilhão fica proibido de sair para o banho de sol, quando há tentativa de fugas ou é encontrado drogas dentro da prisão. Enquanto fazia a pesquisa acompanhamos algumas dessas situações, em uma delas a diretora havia considerado um insulto moral o fato de que um dia depois da festa de Natal que tinha dado tanto trabalho para organizar, as internas estavam fumando maconha e foram apreendidas drogas que haviam sido jogadas por cima dos muros e caído nos telhados da unidade. Por causa disso todo o pavilhão ficou três dias sem sair para o banho de sol.

As sindicâncias

Como já apresentado no capítulo 6 deste trabalho existem normas que gerem a prisão feminina, e funcionam como uma mistura dos textos legais e da prática local. Destaquei ainda a prática do castigo, mas falei superficialmente sobre as sindicâncias que os determina. Entretanto, as sindicâncias são um dos maiores meios de controle dentro da prisão feminina e o medo da abertura de uma submete grande parte das internadas.

Como já dito anteriormente a sindicância, é o procedimento de investigação de qualquer tipo de irregularidade dentro da Unidade. Quando iniciadas para averiguar faltas leves e médias, têm seu resultado arquivado no estabelecimento, contudo são um atestado de mau comportamento da interna que pode complicar e muitas vezes evitar que ela consiga uma progressão de regime. Contudo, quando a falta é grave, a responsabilidade pela sindicância vai para o Juiz que dependendo do resultado pode acrescentar de meses a anos à pena de reclusão, como também a interna tem que passar 30 dias no castigo.

Algumas das internas entrevistadas falavam do caso de uma interna que por já ter recebido vários acréscimos de pena do Juiz, tentou se matar enquanto estava na cela do castigo, mas as agentes conseguiram socorrê-la a tempo. Assim a principal eficácia da sindicância, é que ela pode acabar com o único fio de esperança que ainda prende algumas dessas mulheres à identidade que têm de si mesmas, por isso o medo dela está presente em quase todas as internas entrevistadas, como uma delas me falou fora da entrevista “o pior de

tudo não é o castigo, porque eu não tenho família morando perto, o pior de tudo é a sindicância e o medo de nunca mais poder sair daqui”.

Formas de controle por sanções indiretas

A questão simbólica do embelezamento

Acompanhei as mudanças na prisão feminina desde o ano de 2010. Desde então, aconteceram várias reformas físicas e organizacionais. Quanto a este último aspecto não poderia deixar de notar o quanto as novas regras se dirigiam ao corpo; o que vestir, o fim dos espelhos, proibição de produtos de beleza, entre outros aspectos. As internas que uma vez desfilavam sempre muito arrumadas, principalmente em dias de visita, agora não podiam mais assim fazê-lo. Por outro lado, as novas agentes convocadas através do concurso público, desfilavam beleza nas fardas novas e com o uso e maquiagem e outros cosméticos. Intencional ou não a ideia que tinha da mudança era a de que a nova equipe quisesse demarcar mais uma barreira entre elas e as internas, a da beleza.

Na época da implementação dessas novas regras estávamos realizando a nossa primeira pesquisa na unidade e tive a oportunidade de registrar pontos de vistas distintos das até então internas, vejamos o que elas têm a nos dizer sobre os uniformes que foram obrigadas a vestir e a proibição de utensílios de beleza:

Ela tirou, ela colocou uniforme na gente né, as presas: “Ai! Num sei o quê, uniforme!” Pô! Quando você ia pra escola você num usava uniforme? Você chega aqui elas tão usando uniforme? Porque que o preso não pode usar uniforme? Num tem nada a ver! Todo mundo tem uniforme, ela deu e a única roupa que pode entrar aqui é uniforme. Pporque aqui era um desfile de moda. As presas usavam um vestidinho curto, nos dias de visita não tinha respeito com a visita. Você saía mostrando as “popa” da bunda pro marido da outra interna que tava ali dentro! Os peito lá... Tem que ter respeito! (Maressa, entrevista concedida no ano de 2011).

Então nós como presas quando a gente ia pedir alguma coisa pra ele [o então diretor], antes eu tinha prancha de cabelo, tinha secador, tinha um monte de coisa aqui, eu tinha maquiagem. Ele me deixava ficar bonita, ele entendia que eu precisava cuidar da minha aparência, tá bonita, pra poder tá com a minha autoestima lá em cima pra produzir bacana pro meu projeto. Hoje a administradora [a então diretora] não enxerga isso, ela não entende, a verdade é que nunca nem houve diálogo em relação a isso, ela simplesmente chegou e nos informou. Quando a administração nova chegou ela chegou com um monte de novas regras e essas novas regras desestruturaram totalmente o dia-a-dia da cadeia. Então antes quando a visita era no domingo, no sábado a gente passava o sábado todo cuidando da nossa beleza. As presas eram mais bonitas do que a equipe de agentes. As pessoas chegavam aqui e diziam: “Não acredito que essa moça é presa, mas que mulher bonita, que mulher bem cuidada, sempre com as sobrancelhas e as unhas muito bem feitas! (Roberta, entrevista concedida no ano de 2011).

Como se pode observar nos relatos das internas Maressa e Roberta existem opiniões opostas sobre as regras que estavam sendo implementadas. Cabe aqui situarmos o leitor de que ambas experienciavam o cotidiano na prisão de formas distintas, Jaqueline possui nível superior e por isso na época se encontrava em cela especial esperando sua progressão de regime que chegaria em duas semanas, enquanto que Jenifer, por outro lado, foi uma interna problemática durante muito tempo, mas que estava também esperando sua progressão de regime que chegaria uma semana depois da entrevista. Podemos ver que durante este momento de transição as opiniões estavam divididas e as falas dessas duas simbolizam bem o clima do momento. Voltamos a unidade mais de dois anos depois e gostaríamos de dar voz aqui a outra então interna que nos fala sobre a atual situação do presídio.

E as roupas que a pessoa veste? Uma farda! Os cabelo só fuá que se quiser alisar num pode nem dá prancha, num pode usar um brinco! Nem um brinco pequenininho num usa, que era pra usar um brinco pequenininho, ai a pessoa parecia um homem ne? Ai as entendidas que é entendida ai dentro, a pessoa fica do mesmo jeito delas. (Lívia).

A proibição do uso de cosméticos e outros objetos relacionados ao embelezamento pode ser classificado com o que Goffman (2008) chamou de desfiguração pessoal⁹⁷ e corrobora com o nosso argumento do aumento da totalidade da prisão feminina do CPJC nos últimos quatro anos, visando o aumento do processo de mortificação da identidade das internadas via processos de desestabilização emocional. Para se ter ideia atualmente no pavilhão feminino, só é permitido fazer as unhas uma vez por mês. Entretanto, com isso não queremos dizer que faz parte de algum plano geral pré-estabelecido, mas que o Sistema Penitenciário do RN a partir de suas autoridades, vem caminhando para um tratamento penal mais intensivo e totalizador.

Fragilizadas pelo abandono

É porque aqui dentro você só vale o que você tem, entendeu? Se você tiver suas compras, você vale suas compras e se você não tiver, você não vale nada, entendeu como é?

Assim Silvia tentou me explicar como se iniciavam, segundo ela, boa parte das relações interpessoais dentro do pavilhão, onde (não só em sua percepção, mas na percepção de muitas outras entrevistadas) o interesse pessoal é o principal motivo para se vincularem. É interessante conhecermos o contexto em que se recebe algo através das relações interpessoais, seja de amor ou amizade. Isso também se constitui em uma necessidade para uma vida digna para umas e em acúmulo de *status* para outras. Em virtude do que foi colocado, gostaria de chamar atenção para o relato de outra entrevistada ao me descrever como as coisas “funcionavam” na prisão.

⁹⁷ Ao ser admitido numa instituição total é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal. Roupas, pentes, agulha e linha, cosméticos, toalhas, sabão, aparelho de barba, recursos de banho - tudo isso pode ser tirado dele ou a ele negado, embora alguns possam ser guardados em armários inacessíveis, para serem devolvidos se e quando sair. (Goffman, 2008, p. 28)

Existe inicialmente toda, uma assim, uma solidariedade, uma solidariedade que dura até o instante que você tem dinheiro para manter seu luxo para manter sua cadeia, se você não tiver nada, todo mundo pisa na tua cabeça. Você é altamente humilhada dentro da cadeia, se você não tiver alguém que mande suas compras, alguém que mande sua alimentação, você é espinzinhada dentro da cadeia, você é desconsiderada. Ou você é *avião* né? Ou você é laranja dos outros, que laranja aqui na cadeia é o cara que vai segurar a parada da droga da outra, o celular da outra, ai você tem uma consideraçãozinha. Ou você é aquela viciada que é a dona do passo⁹⁸, se você vem pra cadeia sem nada ou você não é nada disso, você é altamente humilhada. Então isso não aconteceu comigo, porque sempre mantive minha cadeia assim, eu sempre me sustentei, sempre tive minhas coisas, então nunca passei por isso (Maressa, entrevista concedida no ano de 2011).

A partir do que me foi descrito por Jaqueline, é possível observar que o dinheiro, assim como o auxílio externo, agrega *status* às internas que os possuem. Desta maneira engendra-se então um marco de distinção entre aquelas que não tem nada e aquelas que tem. Colocando desta maneira, os bens pessoais como uma condição de existência dentro do pavilhão, uma vez que segundo a lógica local “*você é o que você tem*”, Relegando àquelas que *nada tem* a uma condição marginal de existência. A partir desta observação pode-se supor que todo pavilhão é perpassado por trocas materiais e simbólicas, onde a condição de existência referida no relato das internas diz respeito à capacidade de participação social nesse *mercado de bens*. Apenas gostaria de ampliar o leque do que pode possuir uma interna, pois na visão de muitas delas só nos era mencionado os bens materiais, mas vários outros bens também despertam o interesse das outras internas em desenvolver uma interação com elas, incluindo-as na rede de sociabilidade através do compartilhamento de seus bens materiais (configurando um *interajo logo existo*)⁹⁹.

⁹⁸ Traficante famosa, onde os recursos e contatos que possui se espalham com sua reputação. Ao entrar na prisão, já entra em uma posição privilegiada nas relações de poder.

⁹⁹ Que aqui nos remete a ideia de formação da sociedade na interação entre os indivíduos como proposta por Simmel (2013).

Dentro desses outros bens, poderíamos colocar a beleza, a habilidade da leitura e inúmeras outras habilidades que operam como moeda de troca nessas relações onde o interesse parte da parte mais afortunada e através dessa, aquela que nada tem pode adquirir bens materiais que as inserem no mercado de trocas do pavilhão. Contudo, por hora, estaremos focando aqui a relação contrária, quando a parte mais afortunada se torna alvo do interesse daquelas que *nada tem* e onde o amor muitas vezes é o meio ideal para *ser* alguém dentro do pavilhão. Entretanto, é importante destacar algo que presenciamos (ou vimos) muito mais do que ouvimos em nossa pesquisa e que nos leva a pensar no interesse nas relações interpessoais não só como uma questão de participação social, mas de necessidade de sobrevivência, o que nos induz a pensarmos no *existir* em sua forma *total*.

Ainda que boa parte das internas possua uma imagem de suas “colegas” como pessoas interesseiras que buscam o ganho de bens e favores pessoais por uma questão de enriquecimento e status pessoal. Vimos que na ala feminina existe uma realidade bem mais preocupante, que é a de inúmeras mulheres sem qualquer auxílio exterior, muitas por serem de outras cidades, estados ou países, outras simplesmente porque foram abandonadas por suas famílias e amigos. Cabe aqui ressaltar então a provável origem da binaridade estabelecida no discurso nativo do *tenho/sou, não tenho/nada sou*, que reside nos destroços administrativos do sistema penitenciário do RN e no gerir do cotidiano. No CPJC não é só uma questão de ter para ter mais status ou poder dentro do pavilhão, é que realmente há pessoas que nem sequer saem de suas celas, devido à falta de algo além de si a oferecer para interagir socialmente com as outras.

Devido a falta de orçamento¹⁰⁰ e comprometimento do estado local para com o sistema penitenciário, não só a segurança e os serviços nas unidades são prejudicados, mas os próprios bens necessários a manutenção da dignidade humana daqueles que são seus internos. Quando ingressas na ala feminina do CPJC, o único bem recebido, quando disponível, é uma camisa branca e um short azul que constitui o fardamento. Nada como sabonete, escova de dentes, toalhas ou absorventes são entregues, ficando esses as custas da própria apenada. A água bebida nas celas de convivência é a da torneira de uma única pia existente por cela. A situação é tão crítica que nem o papel higiênico das celas é fornecido pelo estado. É importante

¹⁰⁰ Faz-se importante notar que isso também um reflexo do próprio desinteresse social em destinar verbas para a área penitenciária quando que em comparação a pressão popular por mais dinheiro na saúde, segurança pública e educação. Da mesma forma o pouco dinheiro ainda destinado ao sistema não consegue ser totalmente utilizado devido à falta de estrutura para receber políticas públicas de investimentos a nível federal.

destacar aqui que o fardamento das internas foi conseguido pela direção e equipe de agentes através de doações. As raras ocasiões em que toalhas, fraudas, lençóis e itens de higiene, são entregues as internas é através dessas doações provenientes de grupos religiosos, projetos e da equipe de agentes que trabalham no pavilhão.

Com isso, é possível perceber que a interna recém ingressa que não conta com dinheiro ou pessoas que possam auxiliá-la fora da prisão, trazendo-lhe comida ou outros produtos de higiene pessoal, está destinada a viver em uma situação de extrema insalubridade. Nessa situação não restam muitas saídas para se conseguir algo dentro pavilhão, uma delas é a participação em projetos de trabalho artesanal que lá são desempenhados. Contudo essa maneira seria a mais lenta de ter acesso aos bens necessários, pois a interna teria que esperar seu produto ser vendido e ainda assim, o lucro muitas vezes não é suficiente. Outra maneira é pedir a alguma colega solidária, entretanto uma vez conseguido algum bem (seja ele um cigarro ou sabonete), inicia-se aqui uma relação de vínculo por dependência de retribuição, que Mauss (2003) tão bem retratou em seu estudo sobre a dádiva (como sistema de prestações totais). Uma terceira maneira seria justamente vender alguma capacidade individual. Uma última seria pedir pela ajuda das agentes penitenciárias e da direção

Pedir a outras internas e agentes penitenciárias ou negociar serviços pessoais em troca do que é pretendido compromete a interna, a retribuir ou ser classificada, em algum momento, como *laranja*¹⁰¹ ou *cabueta*¹⁰². A primeira implica em se tornar uma prestadora de serviço (empregada) de outra interna e a segunda, alguém que deve informações à equipe dirigente. Ambas as opções poderiam acabar destinando a interna a ocupar um dos lugares mais baixos na hierarquia do pavilhão.

Levando em consideração a situação em que as internas sem auxílio são obrigadas a viver, muitas nem saem de suas celas e talvez por isso seja fácil compreender porque as minhas interlocutoras falam tanto de interesse, “amor por interesse”, “amizade por interesse” e assim sucessivamente. Como a grande maioria não recebe auxílio aquelas que recebem algo, estão sempre em estado de alerta pois acreditam que o único motivo de outra interna se aproximar delas é por interesse, com algumas exceções das amigas de aula, igreja ou projetos. Contudo, muitas internas se responsabilizam pelas outras, e se comprometem em ajudá-las com o que recebem. Ao comunicarem isso à equipe dirigente, a direção faz o possível para transferir a interna necessitada para a sala da amiga. Olhando por esse lado, também não nos

¹⁰¹ Pessoa utilizada para assumir a culpa pela outra.

¹⁰² Apenas que passa informações para a direção do presídio.

espanta os enormes boatos sobre amores por interesse que as internas tanto comentavam e que essas mudanças de cela sempre deem o que falar no pátio do pavilhão.

As emoções e a relação dominador x dominado

A equipe dirigente como já demonstramos neste capítulo desenvolve uma série de ações que atacam o indivíduo encarcerado diretamente nas concepções que ele tem de si mesmo, ou seja, na sua identidade. Ainda que nem todas sejam conscientes e diretas, a equipe dirigente como membros responsáveis pela disciplina da instituição acaba se tornando o símbolo da opressão da mesma na visão das internas. Através de pequenos atos, muitas vezes vinculados à equipe de plantão, as agentes vão aos poucos munindo as disposições das internadas. Acompanhemos alguns relatos destes atos que dirigidos ao corpo ou a mente, atingem a identidade da interna através das emoções, em particular do sentimento de humilhação.

Tirei um castigo agora de dez dias, por nada, por nada. Fiquei dez dias na chapa vivendo com uma família de ratos [risos]. Eu entrei o ano novo nessa chapa, só tu vendo... Teve um problema com o marido de uma pessoa que tava lá na cela, ai deram um baculejo lá na cela. Ai era meu dia de faxina, eu tinha feito a faxina e fui dormir, quando dá dez horas a agente diz “levanta todo mundo, baculejo!” No que a gente vê reviraram a cela todinha, depois reviraram a gente todinha pelo avesso também na revista íntima. Quando eu tava indo ela falou: “todo mundo de cabeça baixa!” eu tava de cabeça baixa, ai ela disse: “ei você volta que você não tá de cabeça baixa” ai eu disse: “eu tava de cabeça baixa”. Ai quando elas foram me levando, elas foram batendo na minha cabeça pra eu baixar a cabeça sabe? Elas disseram: “você vai passar trinta dias!”, ai eu disse: “eu posso passar trinta dias, mas vou falar com minha advogada antes”, ai ela: “você só vai falar se eu deixar!”, menino, foi uma confusão viu [risos] (Ranna).

É porque é assim a gente já tá presa, né? As vezes a gente quer uma comida diferente ai num entra, entra só aquela quantidade, a gente

quer fazer as unhas, não pode, pra pentear o cabelo, só pode uma vez por mês. É esse tipo de coisa que mexe muito com nosso psicológico. A luz apaga de onze horas, não pode falar de uma cela pra outra, se fala, a cela passa três dias trancada. Ai as vezes uma cela faz zoada e elas apagam a luz de todas. Além da pessoa tá presa ter que ficar passando por essas humilhações, seis pessoas dormindo numa cela no maior calor. É esse tipo de coisa que faz a pessoa parar e pensar em fazer besteira, mas ai a gente se controla (Bianca).

Como se pode observar, a capacidade de gestão emocional das internas vai sendo consumida aos poucos, através desses atos de humilhação impostos pela equipe dirigente, mas as internas também encontram nas emoções das agentes um ponto de ataque e resistência. No capítulo 6 demonstramos como era realizado o labor emocional das agentes penitenciárias e que elas acima de tudo procuram se manter frias e indiferentes as provocações das internas. Vejamos um relato que mostra o lado oposto:

Tava na hora de ir pra Igreja, ai eu pensei “eu vou pra igreja”, ai quando eu fui me decidi que comecei a vestir a roupa, eu tava só de shortinho e um topzinho, ai eu vesti o short e vesti a blusa quando já tava no portão, ai quando eu tava ajeitando o short a agente gritou de longe “Mão pra trás!” Ai eu disse “mulher, eu to ajeitando minha roupa” mesmo assim, ai ela gritou de novo “Mão pra trás!”, ai eu disse “mulher, oh num venha me gritar não, que a minha mãe não tá aqui não , ela tá em casa” ai só fiz arriar o short e fiz assim oh “pegue pra senhora” [mostrou a bunda pra agente] ai ela “Bora pra triagem agora!!!”.

De acordo com o relato da entrevistada e outros semelhantes contados por internas e agentes, percebemos que como as internas não podem agredir fisicamente uma agente, porque tal fato possivelmente encerraria suas chances de progressão de regime, como também pioraria ainda mais sua condição na prisão, elas veem na irritação, no aparente descontrole, na falha

do labor emocional um símbolo de vitória, como um soco simbólico na cara da equipe dirigente. Entretanto, boa parte das práticas de resistência, funcionam clandestinamente, de forma que por mais que a equipe saiba que elas existem, não sabe como detê-las de forma definitiva. A esse tipo de mobilização Goffman (2008) chamou de ajustamentos secundários, quando os internos resignificam espaços e atividades da Instituição para resistir à mortificação por ela perpetuada. Na prisão feminina do CPJC pode-se dizer que são ajustamentos secundários, o uso de drogas, celulares e os relacionamentos sexuais entre internas.

Conclusão

A partir do que foi exposto aqui é possível perceber que a prisão feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves, vem avançando consideravelmente nos últimos quatro anos no referente a sua totalidade e dispositivos de dominação. As mudanças de regras ocorridas nestes últimos anos perpetuam verdadeiros ataques à identidade individual de cada internada, assim como as sanções que vão afetando as disposições e esperanças de futuro de cada uma. Estes dispositivos têm sido efetivos em deixar as internas cada vez mais dóceis e controladas, porém em grande parte mortificadas e sem perspectivas para a vida pós-prisão, o que compromete sua reinserção no antigo grupo social ou núcleo familiar. Julgando que os mesmos dispositivos são os meios pelos quais as internas impõem parte da mortificação sofrida às integrantes da equipe dirigente (que com o tempo podem apresentar as mesmas consequências psicológicas que as internas), considero esse um preço muito alto a pagar pela disciplinarização dos corpos aprisionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este trabalho procurava responder duas questões que se referiam à influência das emoções do ato criminoso ao cotidiano em uma prisão de mulheres, quais sejam: qual a influência das emoções entre as percepções de crime e justiça? E qual o seu papel nas relações de poder e afeto no cotidiano prisional? No meu trabalho de campo, o tema se mostrou muito complexo, pois entrelaçava questões distintas e envolvia várias situações sociais específicas que a achamos melhor abordar e outras que por questão de método tiveram que ser deixadas para outro momento.

Como ficou claro, para a realização deste trabalho foram usados dados colhidos entre 2010 e 2014. Nesse processo, realizei inúmeras incursões à prisão feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves, onde graças à cooperação da equipe dirigente, pude entrevistar quinze internadas e cinco agentes penitenciárias. A princípio optei por dividir o trabalho em duas partes, cada uma com textos referentes a tentativa de responder às questões inicialmente propostas. Todavia, durante o processo de escrita, percebi que precisava fazer uma introdução remontando o passado penal da cidade do Natal, o que alterou nossa proposta inicial.

Diante do exposto, o texto foi estruturado em três partes e não mais somente duas como havia previsto, foram elas: Parte 1 - Prisão e o encarceramento de mulheres ao longo da história do Brasil e da cidade do Natal; Parte 2 - Das ruas à prisão: a influência das emoções nas percepções de crime e justiça; Parte 3 – O papel das emoções nas relações de poder e afeto do cotidiano prisional. Ao desenvolver estas partes e os subsequentes capítulos, tinha como objetivo a elaboração de um movimento cronológico do passado para o presente, como também um movimento de ingresso, de fora para dentro, tentando acompanhar este movimento a partir das perspectivas dos dois grupos em interação dentro da prisão: a equipe dirigente e as internadas.

Na parte I, desenvolvi um capítulo sobre os paradigmas penais e modelos de penalidade existentes em nossa atualidade, onde expus o tratamento penal da pobreza e as suas consequências no Brasil. No segundo capítulo, apresento um breve *histórico* que mostra a origem das prisões de mulheres no Brasil e todo um histórico sobre a prisão e a penalidade na cidade do Natal. Neste tópico, mostro a relação existente entre os dispositivos de saber poder que produziram a identidade atribuída à mulher criminosa e seus estereótipos que com o passar dos séculos se tornou parte do imaginário social brasileiro. Também recupero dados históricos sobre as primeiras prisões na cidade do Natal e como eram detidos homens e

mulheres nesses estabelecimentos. Ao final, desenvolvo um capítulo no qual descrevo a prisão feminina do CPJC, tratando de sua estrutura física e organizacional, além das atribuições daqueles que lá estão inseridos.

Na parte II, desenvolvo dois capítulos sobre o movimento de entrada na prisão, de forma voluntária no caso das agentes e de forma compulsória no caso das internadas. No primeiro capítulo desta parte cruzo duas trajetórias de vidas distintas de uma agente e uma apenada, buscando expor as diferentes percepções do que seria crime e do que seria justiça para ambas e identificando a real motivação que as levaram ao lugar onde as encontramos. Concluo que ambas ingressaram na prisão devido a uma busca por justiça pela humilhação sofrida por seus ex-companheiros. No segundo capítulo, analiso a expressão popular “amor bandido” transformando-a em categoria de análise e a articulando com outras como “bandido”, “bandida” e “mulher de bandido”. O intuito era examinar se esse amor bandido era de fato a motivação da entrada no crime e da causa da prisão das nossas interlocutoras apenadas. Ao final, percebo que o amor bandido é um amor sentido como qualquer outro, mas que implica em uma sujeição criminal. Entretanto, apesar de exercer grande influência na prática de crimes, para exercer certa efetividade o mesmo precisa estar articulado a vários outros fatores como classe, vício, família e entre outras variáveis que induzem a mulher a encontrar no homem bandido o seu tipo ideal. Contudo, descobri ainda, uma forte influência de suas mães na entrada no crime, esse sendo o segundo maior eixo orientador das práticas criminosas entre nossas entrevistadas. Mas, enquanto causa da prisão, o dito *amor bandido* ainda seria o maior determinante e a principal razão alegada por nossas interlocutoras para que fossem presas.

Na parte III desenvolvo três capítulos sobre a vida cotidiana da prisão, tentando ilustrar o ingresso na mesma a partir da perspectiva das agentes e das apenadas. No primeiro capítulo, demonstro como o processo de admissão atinge não só as internadas, mas também a equipe dirigente. Descrevo também algumas normas legais e locais que tem um importante papel no cotidiano e são incorporadas ainda durante este processo de admissão ao estabelecimento prisional. Assim como as regras de sentimento que regula as atuações dos atores sociais pertencentes aos dois grandes grupos em interação na prisão. Concluo que, apesar de ambos os grupos sofrerem influência da *Instituição* na construção de suas identidades, essa influência é distinta em forma e intensidade, relegando às internadas seus aspectos mais duros e totalizantes. Estas consequências da desestabilização da identidade através da mortificação do eu presente no processo de admissão, por sua vez, é fruto do exercício de um trabalho de

gestão emocional (ou atuação profunda) constante que custa aos atores um desligamento ou deterioração da identidade (ou do seu *self*).

No segundo capítulo da Parte III abordo os tipos de relação amorosa, de caráter homossexual, existentes no convívio cotidiano das internadas e qual a importância desses relacionamentos nas relações sociais dentro do pavilhão. Penso que existem quatro formas de relacionamentos que se destacam das demais, quais sejam: os relacionamentos puros (Giddens, 1993), por interesse, por gostar e por carência. O primeiro remete aos pequenos casos, flertes e “ficadas”; o segundo aos relacionamentos iniciados na expectativa de retribuição material do desejo expressado enquanto dom inicial simbólico; o terceiro, referente às demonstrações de afeto e grandes narrativas românticas que imprimem nas internadas um sentimento de veracidade amorosa; o último aos relacionamentos iniciados como forma de escapar da carência física associada ao sexo e a carência emocional, mas mais vinculado à ideia de solidão do que à sexualidade. A importância de tais relacionamentos está no seu papel enquanto dispositivo de manutenção da identidade própria.

No terceiro e último capítulo da Parte III, exponho, ainda que precariamente, algumas formas de controle direto e indireto executados pela equipe dirigente em nome da *Instituição Total*, mostrando também como essa relação de dominação se estabelece através das emoções das internadas e como as internadas as usam como resistência. Concluo que as formas de controle, tanto diretas como indiretas, têm como alvo a identidade das internadas na prisão feminina e se dá por pequenos atos cotidianos que vão aos poucos deteriorando a identidade dessas mulheres. Contudo, como se estabelece uma relação de poder entre dominador e dominado, as internas resistem através dos mesmos meios, provocando as membras da equipe dirigente através de joguetes, piadas e ações semelhantes. Apesar de que o trabalho das internas ainda seja boa parte inconsciente do seu efeito, elas executam uma resistência à dominação através do mesmo meio que as agentes, minando a atuação por elas exercida dentro do pavilhão, fazendo com que elas demonstrem suas emoções e se mostrem suscetíveis a ações fora do controle do *self*.

Ao rever todo o percurso deste trabalho volto às duas perguntas iniciais, nas quais gostaria de trazer nossos apontamentos como possíveis respostas a elas. Qual a influência das emoções entre as percepções de crime e justiça? Através da pesquisa e dos textos aqui apresentados, percebo que as percepções de crime e justiça são mutáveis a partir da situação social que os invoca, como no caso do *massacre justo* perpetuado por Silvia no capítulo 4, onde para ela naquela situação o ato de matar aquele que a humilhou seria um *massacre*

sacrificial em nome de um bem moral maior, não um crime. A visão do crime ocorrido, inclusive, só lhe vem à cabeça depois de presa. Também mostro como Paloma, na busca por reparação pelas constantes agressões e difamações sofridas, procura os meios legais de resolução de conflito, mas não encontra acolhimento na dimensão moral buscada pela reparação. Em outros exemplos busquei mostrar ainda como algumas internas foram presas por apenas estarem com seus companheiros, “sujeitos bandidos”, como no caso de Bianca, que mesmo consciente das atividades do cônjuge não tomava parte nelas, mas acabou presa enquanto dormia em casa e se sentia injustiçada por estar presa. Poderia, citar os inúmeros dados apresentados no trabalho para ilustrar melhor essa conclusão, mas creio que estes três sejam o suficiente para explicar o caráter situacional da interpretação de crime e justiça, a partir de um estado emocional específico. Ao final, ao meu ver, esses estados emocionais são os responsáveis pelas diferentes interpretações contextuais no que diz respeito ao crime e justiça.

E qual o papel das emoções nas relações de poder e afeto no cotidiano prisional? De acordo com o que analisamos na terceira parte deste trabalho, penso que as emoções têm uma influência determinante em uma prisão de mulheres, partindo da ideia de que uma regra dos sentimentos específica interfere na atuação cotidiana desses atores sociais, servindo como uma linguagem performática própria à *Instituição*. As emoções são usadas também, no mesmo contexto, como meio de atingir o *self* das internadas provocando a deterioração da sua identidade, mas, como em toda relação de poder existe resistência, a resistência por parte das internas se dá nos mesmos meios, através de atos cotidianos de desestabilização emocional das agentes, as quais têm que cada vez mais reforçar o seu labor emocional em vista de garantir defesas a esses contra-ataques ao *self*.

Contudo, a equipe dirigente detém meios de controle que também podem ser usados através do corpo, que acabam minando não só a identidade, mas a disposição ao trabalho emocional constante realizado pelas internas na preservação da identidade. Se na sociedade extramuros então fazemos um labor emocional como meio de trabalho e desempenho profissional, como também realizamos o trabalho emocional para melhor nos adaptamos a situações adversas de nossa vida cotidiana, no contexto prisional o mesmo assume outros fins. No contexto prisional os trabalhos emocionais seriam então mais que uma forma de adaptação, mas uma forma de atuação profunda constante que visa a proteção da identidade social como definida fora da instituição total. No último capítulo ressaltamos que a prisão feminina do CPJC vem aumentando sua totalidade e com isso seu controle, mas que suas

operadoras também são humanas, assim como as internadas nela (ainda que frequentemente ambos os grupos não consigam enxergar um ao outro enquanto seres sociais iguais). Contudo, a humanidade parece se esconder atrás de óculos de um lado e atrás das grades do outro. O que vemos aqui é o resultado de um trabalho emocional constante que busca suprimir tudo aquilo que for considerado frágil e expor tudo aquilo que é considerado forte, como uma defesa da identidade individual, mas também como forma de dizer que ali não há mulheres fragilizadas, pois a impressão que a prisão feminina nos deixou é que ali, as fracas não têm vez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila e LUTZ, Catherine (orgs.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ARTHUR, Angêla Texeira. “*Presídio de Mulheres*”: *as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950*”. Anais do ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. *Mulher Encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência*. (Dissertação de conclusão de mestrado em educação). Universidade de São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. “Marginalia. Algumas Notas Adicionais sobre o Dom”. In: *Mana*, 2 (2), pp. 7-20, 1996.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: *Introdução a uma sociologia reflexiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUTLER, Judith. *Imitación e insubordinación de género*. In: *Grafías de Eros. Historia, género e identidades sexuales*. Buenos Aires, Edelp, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Fairness and Communication in Small Claims Courts*, (Ph.D dissertation, Harvard University), Ann Arbor: University Microfilms International, 1989.

_____. “Honra, dignidade e reciprocidade”, a sair em Martins, P. H. & Nunes, B. F (orgs.) *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. “Existe violência sem agressão moral?”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 23 n. 67, p. 135-146, 2008.

_____. *Direito Legal e Insulto moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CAVALCANTE, José Alberto. *Vozes silenciadas: etnografia sobre a visitação íntima de mulheres no Presídio Provisório Raimundo Nonato*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

CECCHIO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade / Fátima Regina Ceccheto* – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Diagnóstico de pessoas presas*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf>.

Acesso em 21 jul. 2014.

COELHO, Maria Claudia. O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade / Maria Claudia Coelho. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

_____. (org.) Estudo sobre interação : textos escolhidos/ organização, apresentação e tradução Maria Claudia Coelho. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____; REZENDE, Claudia Barcellos [org.] Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2011.

CONNELL, R. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013

DEL PRIORE, Mary, Ao sul do corpo. Rio de Janeiro. José Olimpio, 1993.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. *Mulheres presas – Dados gerais*. Projeto Mulheres/DEPEN. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={4B3271E4-7474-41A7-8E4A-494B08701E31}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Ed. Paulista, 1989.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos da Puc: Série Letras e Artes, Rio de Janeiro, n. 16, 102p, jan. 1978.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fortes, 2000.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

_____. A ordem do discurso. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996. 9ª edição: 1970/2003.

_____. Microfísica do poder / Michael Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro : Edições Graal, 1979/2004.

- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol.XXI, p. 75-171, 1976
- FUNES, Mariano Ruiz. *A Crise nas Prisões*. São Paulo: Saraiva, 1953.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, A. As transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.
- GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. (Dissertação de conclusão do mestrado em sociologia), Universidade de São Paulo, 2010.
- GOFFMAN, Irving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.
- _____. A representação do eu na vida cotidiana : tradução de Maria Célia Santos Raposo, 14ª ed. / Petrópolis, Vozes, 2007.
- _____. Manicômios, prisões e conventos / Erving Goffman ; [tradução Dante Moreira Leite]. – 8º ed. São Paulo : Perspectiva, 1961/2008.
- HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durham and London, Duke University Press, 1998.
- HOCHSCHILD, A. R. *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley, University of California Press, 3ª ed. 1983/2013.
- KATZ, Jack. “Massacre Justo” in *Estudo sobre interação: textos escolhidos/ organização, apresentação e tradução Maria Claudia Coelho*. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos Vivos*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LUTZ, Catherine. *Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian atol and their challenge to western theory* / Catherine A. Lutz. The University of Chicago, Ltd., London; 1988.
- MACHADO, Vitor Gonçalves. *A reintegração social do preso. Uma análise sobre os principais discursos contrários e favoráveis à finalidade ressocializadora da pena*. Jus Navigandi. Teresina, ano 15, n. 2733, 25 dez. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18118>>. Acesso em: 21 jul. 2014.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1976.

MARTINS, Isis Ribeiro. “Só há solidão porque vivemos com os outros...”: um estudo sobre as vivências de solidão e sociabilidade entre mulheres que vivem sós no rio de janeiro. (Dissertação de conclusão do mestrado em antropologia social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. Título original: Sociologie et anthropologie. Introdução: Claude Lévi-Strauss. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 1950/2003.

_____. Ensaios de sociologia / Marcell Mauss ; tradução [Luiz João Gaio e J. Guinsburg]. – São Paulo : Perspectiva, 1969/2009.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova, São Paulo, n.79: 15-38, 2010.

ORTNER, Sherry. *Poder e projetos: Reflexões sobre a agência*. In. Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25 reunião Brasileira de antropologia. Goiânia, 2006.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Segurança Cidadã com Rosto Humano: diagnóstico e propostas para a América Latina*. Disponível em <<http://bit.ly/1cUx71B>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. The Andaman islanders: a study in social anthropology. Cambridge, the University Press, 1922.

REZENDE, C. B. e COELHO, M. C. Antropologia das emoções/ Claudia Barcellos Rezende, Maria Claudia Coelho. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2010.

SANTOS, Leonardo Alves. *Entre o amor, o crime e a solidão: Cotidiano e Histórias de Vida de Mulheres em Situação de Prisão no Complexo Penal Dr. João Chaves*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

SEVESP - Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo. *Maiores arrecadações em 2012*. Disponível em <http://www.sesvesp.com.br/fckeditor/arquivos/CGCSP_slide11.pdf>. Acesso em 21 jul. 2014.

SIMIÃO, D. (2005), *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília - UnB.

SIMMEL, Georg. Filosofia do amor. Tradução Eduardo Brandão. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. “A Tríade” In Estudo sobre interação: textos escolhidos/ organização, apresentação e tradução Maria Claudia Coelho. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SOARES, B. M. e Ilgenfritz I. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades / Bárbara Musumeci Soares, Iara Ilgenfritz. – Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TERRA, Livia Maria. (2010a) Negro Suspeito, Negro Bandido: um estudo sobre o discurso policial. 2010. 255f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

_____. (2010b) “Identidade bandida: a construção social do estereótipo marginal e criminoso” *in* Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP – Marília - Edição 6 - Número 06 Dezembro/2010.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Forjando o estado neoliberal: ‘welfare’, ‘prisonfare’, e insegurança social”, in Vera Malaguti Batista (ed.), Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal, Rio de Janeiro, Revan, 2012.

ZALUAR, Alba. Mulher de Bandido: crônica de uma cidade menos musical. *Estudos Feministas*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 135, jan. 1993. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15997>>. Acesso em: 08 Fev. 2015.

ANEXOS



Forte dos Reis Magos, entrada para a sala escura, onde morreu André de Albuquerque.



Casa de Câmara e Cadeia (prédio à direita) no ano de sua demolição em 1911.



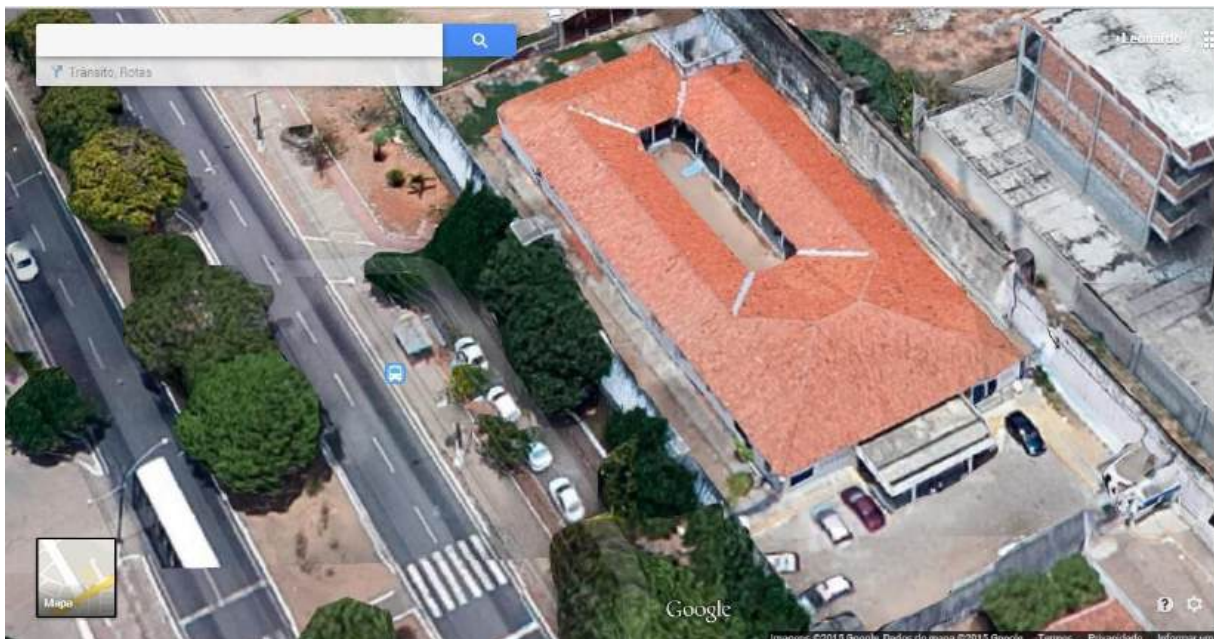
Cadeia Pública de Natal em seus anos de funcionamento (hoje Centro de Turismo)



Entrada do Complexo Penal Dr. João Chaves



Entrada do Complexo por um ângulo maior (ala masculina à esquerda e parte do muro da ala feminina à direita). Imagem do Google Street View.



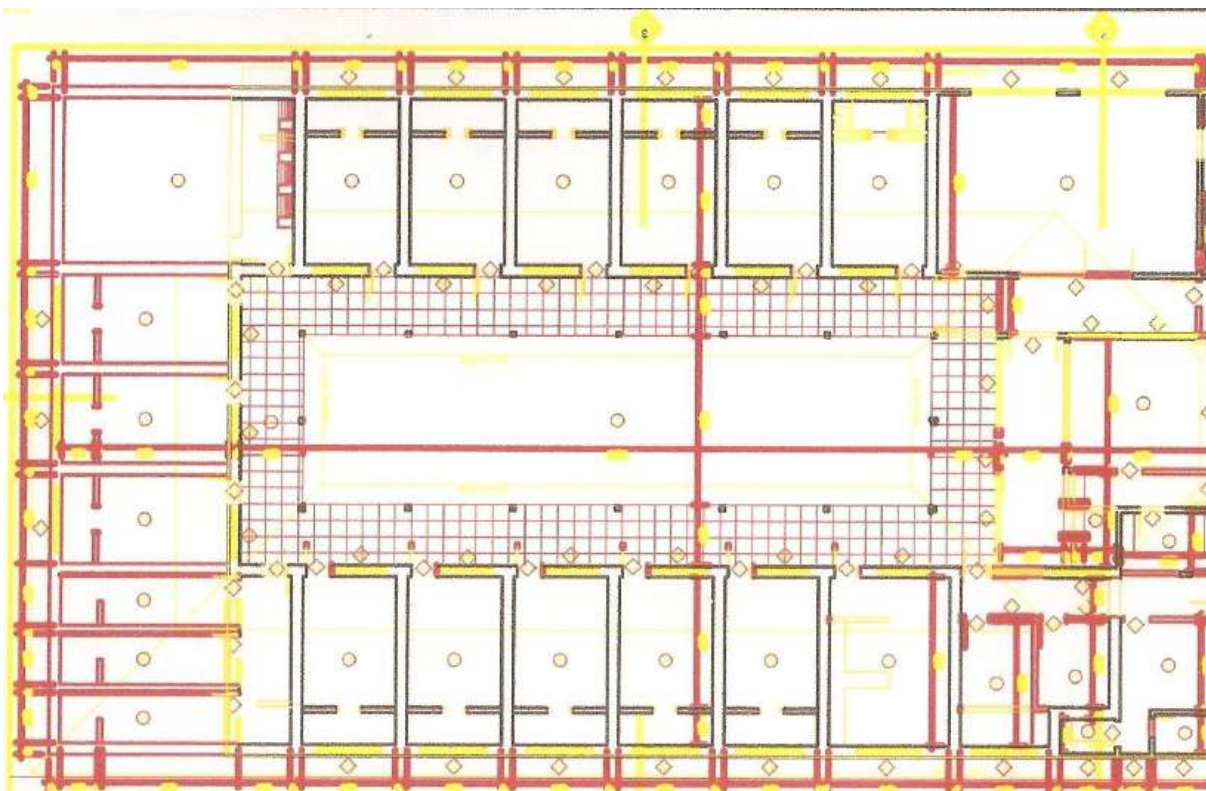
Ala feminina do CPJC, vista aérea. Imagem do Google Maps.



Entrada da ala feminina do CPJC (entrada principal ao centro, cozinha à direita).

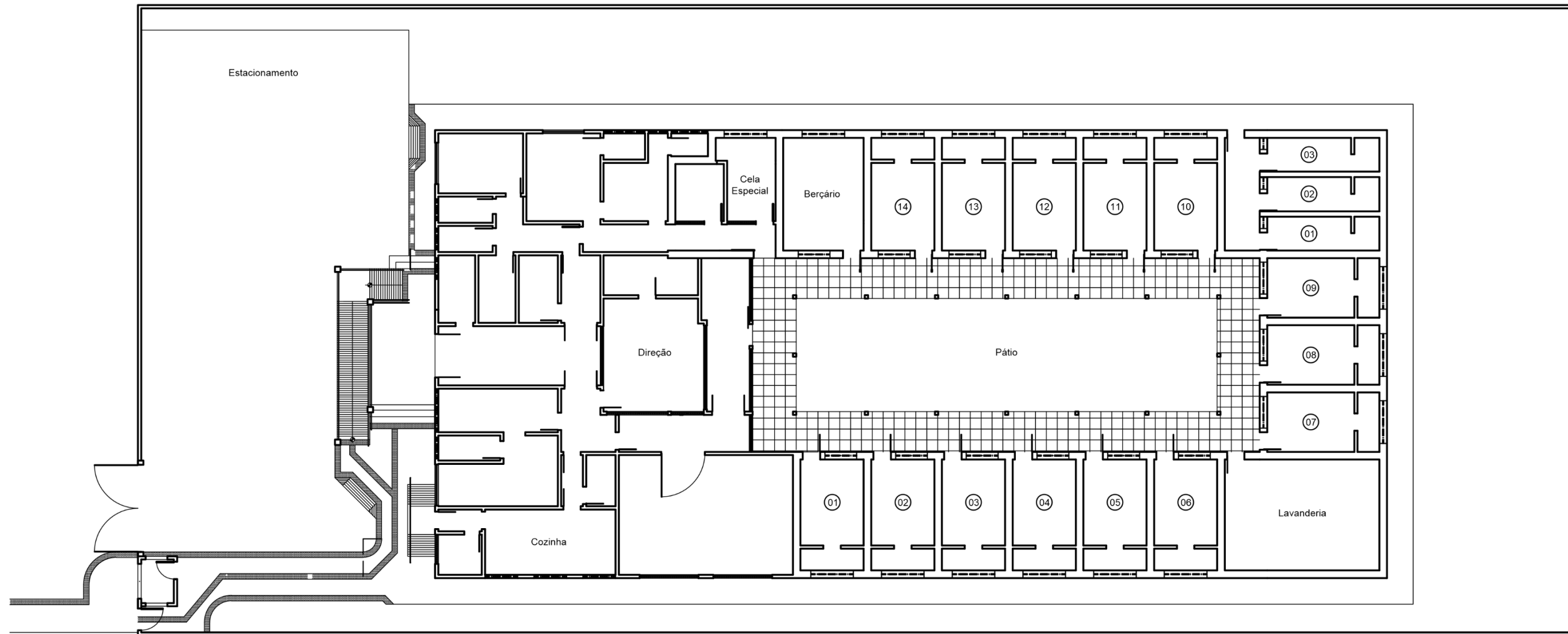


Pátio das celas de convivência (vista do portão principal de acesso)



Recorte simplificado da planta do pavilhão em 2010

Na próxima página segue a planta baixa simplificada, com alguns nomes e números referentes aos espaços físicos da prisão feminina.



Planta Baixa Simplificada

Escala 1:200